



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO PPG
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
CONTEMPORANEIDADE - PPGEduC

NILZA DA SILVA MARTINS

UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS:
Espaços de Educação e Cidadania

SALVADOR

2011

NILZA DA SILVA MARTINS

**UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS:
Espaços de Educação e Cidadania**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, no âmbito da Linha de Pesquisa III - Educação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Professora Dra. Ronalda Barreto Silva

SALVADOR

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Elane Conceição Damasceno-1582

M386u Martins, Nilza da Silva

Universidade e movimentos sociais: espaços de educação e
cidadania/Nilza da Silva Martins. - Salvador, 2011.

120f.:il.color.; 29 cm

Orientadora: Prof^a Dra. Ronalda Barreto Silva

1. Educação 2. Movimentos Sociais 3. Universidade I.Titulo

CDD 378

**UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS:
Espaços de Educação e Cidadania**

NILZA DA SILVA MARTINS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 19 de dezembro de 2011, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ronalda Barreto Silva - Orientadora
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Estadual de Campinas-UNICAMPI

Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva - Examinador
Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN
Doutorado em Desenvolvimento Sustentável
Universidade de Brasília – UNB

Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes - Examinador
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Análise Geográfica Regional
Universidade da Barcelona

SALVADOR
2011

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por nunca ter me abandonado na caminhada de ir aos poucos me fazendo gente. As dificuldades foram enormes, a vontade de desistir bateu várias vezes, mas sentia a cada momento o seu abraço caloroso a me dizer: “Coragem, eu venci, você também chega lá”.

A todos os meus familiares sanguíneos e os emprestados de Barreiras, que direta ou indiretamente foram presença em vários momentos.

A minha querida mãe Aparecida e o meu querido pai Eugenio que depois de mais de vinte anos “longe de casa”, tive a oportunidade de estar na situação de “cuidadora” daqueles que me deram a vida e cuidar deles neste segundo semestre de 2011.

Aos minhas queridas filhas Inaê e Luisa. Razão de minha vida e fonte de inspiração para continuar lutando por um mundo mais justo e solidário. Minhas desculpas pelas ausências, mas minha certeza de que minha luta é para que vocês cresçam em “graça e sabedoria”, igual ao Menino Jesus.

A meu amigo Reginaldo, ou melhor, nosso amigo como diz Luisa, pelo companheirismo, a partilha financeira nas caminhadas semanais que tive que fazer para Salvador em 2009 no cumprimento dos créditos teóricos.

Ao Professor Valdeci Augusto pelo apoio fundamental nos momentos difíceis.

A minha orientadora, Professora Ronalda Barreto da Silva, pelas correções na hora certa, pela firmeza, pelo diálogo e compartilhamento das lutas por um mundo mais justo.

A Professora Ana Jovina, que me incentivou a fazer a inscrição em um momento muito difícil da vida política.

Ao professor Adalberto (hoje Superintendente da Cultura) por ter levado minha inscrição e vibrado quando ela foi aceita.

À Pró-Reitora Adriana Mármori, pela amizade e companheirismo de sempre.

Às Professoras Marilde Guedes, Kelli Almeida e Sandra Magalhães pioneiras nessa incursão epistemológica.

A professora Anatália Dejane pelas valiosas contribuições, pelo olhar atento à produção escrita, pelo carinho e disponibilidade.

Aos(as) professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB, principalmente Eduardo Nunes, Avelar Mutim, Luciene Ribeiro, Jorge Tarqui, Ivan Novais, Elizeu Clementino pela acolhida e contribuições em minha caminhada.

Aos(as) queridos(as) colegas do mestrado especialmente a Cida, Adriana Peixinho, Fabiane, Cláudia, Igor, Cátia, Dário (*in memorian*). Obrigado pelos momentos especiais. Destaco Josias, Edson, Roberio pelo companheirismo no apartamento, pelas reflexões construídas coletivamente, pelos cafés, almoços e partilha conjunta das alegrias e incertezas.

Aos colegas do Departamento de Ciências Humanas - Campus IX Barreiras – Bahia, pela confiança e os diversificados incentivos. Entre eles destaco Rosa Furtado, Christiane Régis, Cosme Wilson, Aline Teixeira, Solange Perdigão, Marta Faria.

Aos colaboradores deste trabalho: professores, estudantes e militantes dos Movimentos Sociais a quem agradeço pela disponibilidade e atenção ao nosso projeto.

As minhas monitoras Cleonice, Rayra e especialmente a Queina. Obrigada! Vocês fazem parte dessa construção.

RESUMO

Esse trabalho analisa de que maneira os Movimentos Sociais e a Universidade têm sido espaços de decisão em torno das questões estratégicas relacionadas ao desenvolvimento sócio-econômico-cultural-político do Território da Bacia do Rio Grande. O desdobramento dessa questão fundante volta-se para análises que envolvem a universidade na contemporaneidade, enfocando o Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, localizado em Barreiras, Território da Bacia do Rio Grande. Para tanto, buscamos analisar os Movimentos Sociais, seus desafios e constituição enquanto espaços de educação e cidadania, articulados com a Universidade na consolidação do Território. Por fim, nos reportamos ao Território para identificar suas configurações contemporâneas, a política de desenvolvimento territorial implantada em nosso Estado, diferenciando territórios de identidade e cidadania na consolidação do Território da Bacia do Rio Grande. As discussões pautaram-se no enfoque crítico dialético, como suporte epistemológico Gamboa (2003), Chauí (2003), Dias Sobrinho (2005), Gonh (2011) e Perico (2010). Para tanto, fizemos um levantamento dos projetos de pesquisa e extensão no período de 2005 a 2010 registrados no Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) do Departamento de Ciências Humanas de Barreiras. Totalizaram-se 156 projetos, destes 50 se relacionam aos movimentos sociais. Os dados foram levantados por meio de dois instrumentos: (i) entrevistas realizadas com os professores-coordenadores dos projetos, estudantes e militantes dos movimentos sociais e, ainda, de (ii) análise dos projetos e relatórios das reuniões do território. As informações obtidas apresentam o distanciamento entre os projetos desenvolvidos pelo Departamento de Ciências Humanas e os movimentos sociais, além da pouca compreensão que os profissionais da universidade demonstram ter do território, apontando para a necessidade de uma articulação entre essas duas instituições para a consolidação das políticas territoriais.

Palavras-chave: Educação- Movimentos Sociais- Território- Universidade

ABSTRACT

This paper examines how social movements and the University have been spaces for decision making around strategic issues related to socio-economic-cultural-political territory of the Rio Grande Basin. The unfolding of this foundational question turns to analysis involving the university in contemporary society, focusing on the Department of Humanities University of Bahia, located in Barra, the basin of the Rio Grande. To this end, we sought to analyze social movements, its constitution as challenges and opportunities for education and citizenship, articulated with the University in the consolidation of the Territory. Finally, we report the Territory to identify their contemporary settings, the territorial development policy implemented in our state, territorial differences of identity and citizenship in the consolidation of the basin of the Rio Grande. The discussions are guided in dialectical critical approach, to support epistemological Gamboa (2003), Chauí (2003), Dias Sobrinho (2005), Gonh (2007) and Evecherri Perico (2010). To this end, we conducted a survey of research and extension projects in the period 2005 to 2010 recorded in the Research and Extension (NUPE), Department of Humanities Barriers. Amounted to 156 projects, 50 of these relate to social movements. The data were collected through two instruments: (i) interviews with teachers, project coordinators, students and activists of social movements, and also of (ii) analysis of projects and reports of meetings of the territory. Information obtained show the distance between the projects developed by the Department of Humanities and social movements, and little understanding of the University professionals demonstrate that they have the territory, pointing to the need for a linkage between these two institutions for the consolidation of political territorial.

Keywords: Education -Social Movements- Territory - University

Lista de figuras

Figura 01 Mapa da Divisão Territorial do Estado da Bahia	p.81
Figura 02 Fotos de Fazendas do agronegócio	p.87
Figura 03 Fotos da agricultura familiar	p.88
Figura 04 Percentual de Projetos vinculados ou não Movimentos Sociais	p.91
Figura 05 Percentual de Projetos vinculados aos Movimentos Sociais	p.95
Figura 06 Projetos vinculados aos Movimentos Sociais	p.96
Figura 07 Tipos de projetos vinculados aos Movimentos Sociais	p.97

Lista de Tabelas

Tabela 01 Municípios do Território da Bacia do Rio Grande	p.85
Tabela 02 Relação dos Projetos vinculados e não vinculados aos Movimentos Sociais	p.92
Tabela 03 Temáticas desenvolvidas nos Projetos vinculados aos Movimentos Sociais	p.93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ATES- Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

BNB- Banco do Nordeste

CDCA- Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

CDH- Comissão de Direitos Humanos

CEDETER- Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial

CET- Comissão Estadual de Território

CETA- Coordenação dos Trabalhadores Assentados e Acampados das áreas de Reforma Agrária e Quilombolas

CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CUT- Centra Única dos Trabalhadores

DCH- Departamento de Ciências Humanas

EBDA- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário

FASB- Faculdade de São Francisco

FETAG- Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FETRAF- Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IDH –Índice de Desenvolvimento Humano

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MLST- Movimento de Libertação dos Sem Terra

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra

NUPE- Núcleo de Pesquisa e Extensão

ONG- Organização Não-Governamental

PARFOR- Plataforma Freire

PROINF- Programa de Infra Estrutura e Serviços Rurais

PTDRS- Planos Territoriais de Desenvolvimento Rurais Sustentáveis

PRONAF- Programa Nacional da agricultura Familiar

PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

SDT- Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SINDICOB- Sindicato dos Comerciantes de Barreiras

SEPLAN- Secretaria de Planejamento

SEC- Secretaria de Educação e Cultura

STR’S- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TBRG – Território da Bacia do Rio Grande

UEFS- Universidade Estadual de Feira de Santana

UESB- Universidade do Sudoeste Baiano

UESC- Universidade Estadual de Santa Cruz

UFBA- Universidade Federal da Bahia

UNEB- Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.14
CAPÍTULO 1 A UNIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE	p.28
1.1 Concepção de Universidade	p.29
1.2 A Universidade e os Movimentos Sociais.....	p.37
1.3 Universidade do Estado da Bahia: o <i>campus</i> de Barreiras.....	p.45
1.4 Na tessitura do saber acadêmico constrói-se o compromisso com a sociedade.....	p.48
CAPÍTULO 2 MOVIMENTOS SOCIAIS: nossas reflexões e seus desafios contemporâneos	p.54
2.1 Conceituando Movimentos Sociais.....	p.55
2.2 Os Movimentos Sociais na contemporaneidade	p.58
2.3 Movimentos Sociais no Território da Bacia do Rio Grande	p.64
2.4 Movimentos Sociais e Universidade: espaços constituídos de educação e cidadania	p.70
CAPÍTULO 3 TERRITÓRIO e suas configurações contemporâneas	p.72
3.1 As políticas de desenvolvimento territorial.....	p.76
3.2 A discussão territorial na Bahia.....	p.79
3.3 Territórios de Identidade e Territórios de Cidadania: entendendo sua complexidade	p.81
3.4 O Território da Bacia do Rio Grande.....	p.84
3.5 A Universidade e os Movimentos Sociais.....	p.90
CONSIDERAÇÕES	p.104
REFERENCIAS.....	p.110
APÊNDICES.....	p.114

INTRODUÇÃO

Nada do que foi será de novo de um jeito que já foi um dia
Tudo passa, tudo sempre passará
A vida vem em ondas do mar
Um indo e vindo infinito
Tudo que se vê não é
Igual o que a gente viu em um segundo
Tudo muda o tempo todo no mundo...
(Lulu Santos)

Os fundamentos da caminhada

Mais do que iniciar uma caminhada é preciso ter certeza dos caminhos, ou caminho a ser trilhado. Como diz o autor da epígrafe acima, as mudanças são cotidianas, ou melhor, acontecem a cada momento. “Nada do que foi será igual o que a gente viu a um segundo”. Na certeza dessa afirmação, acreditando que as pessoas e o mundo mudam, é que começamos o nosso percurso metodológico.

No primeiro momento é importante destacar o porquê pesquiso essa temática, ou seja, a relação da universidade e os movimentos sociais no Território da Bacia do Rio Grande- BA. Sou oriunda e militante dos Movimentos Sociais. Desde os onze anos de idade participo intensamente de atividades sociais: Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), Comissão de Direitos Humanos (CDH), Comissão de Defesa dos Posseiros Urbanos e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Aliás, foi esse envolvimento com os trabalhadores rurais que me trouxe de Volta Redonda- RJ em 1986 para Barreiras- BA. Em 1988 ingressei na universidade como estudante do Curso de Pedagogia. Neste período, participei do movimento estudantil, estive presente no Congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE) em São José dos Campos- SP em 1988. Contribuí para a rearticulação dos Encontros Nacionais de Pedagogia, chegando a fazer parte das Executivas Estadual e Nacional. Ao término da graduação fui para a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC- MG) fazer especialização, retornei em 1994 concursada para a UNEB no Campus de Barreiras.

Nos últimos anos tenho trabalhado com os componentes curriculares de Educação e Movimentos Sociais e Educação do Campo. A partir dessas atividades, temos construído algumas relações da universidade com os movimentos sociais, tais como visitas a assentamentos de trabalhadores rurais, seminários construídos na universidade com a presença e participação dos movimentos sociais, visitas a Escola Família Agrícola, palestras com os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e com a Coordenação dos Trabalhadores Assentados e Acampados (CETA- BA).

Minhas *itinerâncias* profissionais e políticas têm sido marcadas por momentos de angústia, reflexão e identificação da importância desta relação. Nestas experiências constato que, embora existam trabalhos comuns, as distâncias entre a Universidade e os

Movimentos Sociais são profundas, mas tenho convicção de que é possível a criação de novos espaços de diálogo na perspectiva de organização do Território sendo este espaço de legitimação, de estímulo para a formulação e implementação de políticas públicas que contemplem a diversidade dos atores sociais e a pluralidade das instituições partícipes desse Território. São essas questões que justificam a escolha deste tema na realização da pesquisa.

Sob essa lógica, Severino (2001) nos ajuda a compreender as dimensões da pesquisa. Segundo ele,

(...) a pesquisa acaba assumindo uma tríplice dimensão. De um lado, tem uma dimensão epistemológica: a perspectiva do conhecimento. Só se conhece construindo o saber, ou seja, praticando a significação dos objetos. De outro lado, assume ainda uma dimensão pedagógica: a perspectiva decorrente de sua relação com a aprendizagem. Ela é mediação necessária para o processo de ensino/aprendizagem. Só se aprende e só ensina pela efetiva prática da pesquisa. Mas ela tem ainda uma dimensão social: a perspectiva da extensão. O conhecimento só se legitima se for mediação da intencionalidade da existência histórico-social dos homens. É a única ferramenta de que o homem dispõe para melhorar sua existência. (p.21)

Levando em consideração a análise apresentada, constatamos a importância da pesquisa como um dos pilares da construção do conhecimento, como também da relação que este conhecimento precisa ter com os sujeitos sociais. Não podemos desvincular a historicidade, o compromisso político e ético da universidade na construção destas novas dimensões, bem como a necessidade de intervenção. Neste contexto, as relações dialéticas construídas entre os diversos atores inseridos no Território são possibilidades para a efetivação de práticas mais plurais e multidimensionalizadas no conjunto da sociedade.

Nesta linha de raciocínio salientamos que a escolha da temática deste trabalho emergiu das minhas experiências de formação profissional e militância política social como uma questão inquietante: os Movimentos Sociais, em sua articulação com a Universidade, têm sido articuladores das decisões sobre as questões estratégicas relacionadas ao desenvolvimento sócio-econômico-cultural-político do Território da Bacia do Rio Grande? Esta questão pode ser dividida nas seguintes reflexões: Quais são os fatores que impedem as relações dialéticas entre os Movimentos Sociais e o Departamento de Ciências Humanas (DCH) - Campus de Barreiras dentro do Território? De que forma os Movimentos Sociais e o DCH - Campus Barreiras têm

construído relações de proximidade? Os Movimentos Sociais se fazem presentes nos processos reivindicatórios do DCH – Campus de Barreiras? Como são estabelecidos no contexto da constituição do Território os vínculos entre os Movimentos Sociais e a Universidade? As discussões sobre os Movimentos Sociais no Território da Bacia do Rio Grande se fazem presentes na Universidade? A partir desses questionamentos trazemos como objetivo desse trabalho analisar de que maneira os Movimentos Sociais e a Universidade têm sido espaços de discussão das questões estratégicas relacionadas ao desenvolvimento sócio-econômico-cultural-político do Território da Bacia do Rio Grande. Para tal, tencionamos discutir a universidade na contemporaneidade, enfocando o Departamento de Ciências Humanas de Barreiras e a sua presença no Território da Bacia do Rio Grande. Buscamos também analisar os Movimentos Sociais neste mundo contemporâneo, seus desafios e como se constituem enquanto espaços de educação e cidadania, articulados com a Universidade na consolidação deste Território e, por fim, nos reportamos ao Território para identificar suas configurações contemporâneas, a política de desenvolvimento territorial implementada em nosso Estado, diferenciando territórios de identidade e de cidadania e a consolidação do Território da Bacia do Rio Grande.

Este Território é composto pelos seguintes municípios: Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley. Historicamente essa região que compõe o oeste baiano sempre foi “esquecida” pelas políticas governamentais. Este território possui algumas peculiaridades: ao mesmo tempo em que é o carro chefe do agronegócio da Bahia¹ é também possuidor de baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)². Convivemos com a agricultura de ponta (pivô, tratores de alta tecnologia, colheitadeiras) e também com o agricultor que ainda usa “junta de boi” e a enxada para sua atividade agrícola.

Neste cenário vemos que o Território de Identidade da Bacia do Rio Grande é um espaço heterogêneo, incrustado com grandes desigualdades sociais. Podemos identificar que essas desigualdades perpassam vários aspectos. Dentre eles destacamos a questão da infraestrutura que é bastante precária em quase todos os quatorze municípios. Outra situação também fundamental relaciona-se à questão ambiental.

¹ Na região encontram-se as maiores produções de soja, algodão, milho do Estado da Bahia.

² O IDH de Riachão das Neves é de 0,57.

Devido ao avanço do agronegócio, temos visto, a passos largos, a destruição da vegetação nativa, o desaparecimento de rios, o fim das matas ciliares. Trazemos também nessa reflexão o abandono das políticas governamentais no nível federal e estadual que por séculos desconsiderou esta região em suas ações desenvolvimentistas.

A Universidade do Estado da Bahia – Campus IX – Barreiras (BA) é parte integrante deste Território de Identidade plural, diverso, contraditório. Esta instituição existente há trinta anos, tem sido responsável pela formação de profissionais em diversas áreas que atuam neste espaço territorial. Atualmente, além do Curso de Pedagogia, que em 2011 completou vinte e três (23) anos de existência, possui cursos de licenciatura em Biologia, Letras e Matemática e, também, os bacharelados em Ciências Contábeis, Ciências Agrônômicas e o Curso de Agronomia Sustentável em parceria com o Programa Nacional de Escolarização e Reforma Agrária (PRONERA) e o CETA/BA (Coordenação dos Trabalhadores Acampados e Assentados). O Departamento também sedia a Plataforma Freire (PARFOR) com vários cursos³ de Licenciatura, atendendo Barreiras e demais municípios do Território.

Compreendendo a importância do Território, e sua relação com a Universidade, temos como uma de suas razões precípuas a formação dos indivíduos com competência e capacidade de construir uma sociedade digna, enfrentando os desafios éticos, morais e de direitos humanos. Para tanto, é preciso compromisso social e cultural. A universidade e outras instituições não podem silenciar-se frente às mudanças que estão ocorrendo em seu *lócus*. É necessário participar, intervindo, interferindo, reelaborando dialeticamente o conhecimento.

A construção do Território de Identidade da Bacia do Rio Grande pauta-se em um processo dinâmico e multidimensional, criando ambiências para a articulação de diferentes atores sociais, além de relacionarem-se com os setores econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais, redimensionando a relação com a sustentabilidade do planeta. Sendo assim, é importante saber se o Campus de Barreiras (BA) da Universidade do Estado da Bahia está sendo um espaço de estímulo e potencialização de esforços para a consolidação deste Território, considerando que neste Território os Movimentos Sociais há muito tempo vêm construindo meios de compreensão não só da

³ Os cursos atualmente oferecidos pelo Departamento de Ciências Humanas de Barreiras pela PARFOR são: Artes, Biologia, Educação Física, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Sociologia. Ainda temos funcionando no município de Cristópolis, os cursos de Letras, História e Matemática (em fase de implantação) e o de Pedagogia no município de Wanderley também em fase de implantação.

dinâmica desenvolvimentista que assola a nossa região, bem como das alternativas que precisam ser construídas para o enfrentamento e diálogo com os setores econômicos.

O que temos visto no entanto, é que a Universidade ainda não conseguiu perceber a importância do Território, pois não vem estabelecendo com ele ações coletivas para o enfrentamento e diálogo com os diversos atores sociais que o compõe. Neste sentido, cabe questionar: onde se encontram os projetos que fomentam o empoderamento dos agricultores familiares frente aos desafios do agronegócio. Onde estão às ações extensionistas que discutem as políticas públicas atuais para que as associações de moradores, cooperativas populares, possam se credenciar para o recebimento e uso dos recursos públicos que são disponibilizados em vários projetos governamentais. Onde se encontram as ações que possam incentivar a prática da economia solidária numa sociedade que é pautada pela lógica capitalista. Quais as ações de fortalecimento dos Movimentos Sociais são empreendidas na Universidade para que o caráter coletivo de suas práticas sejam fomentadas.

Assim, menciona Gohn (2005):

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sóciopolítico, construído por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. [...] (p.44)

Os Movimentos Sociais estão presentes em todo Território da Bacia do Rio Grande, seja nas áreas rurais ou urbanas. Tem crescido sua intervenção nas atividades cotidianas. No entanto, é preciso analisar se eles e o Departamento de Ciências Humanas (DCH) Campus Barreiras - têm sido aglutinadores dos espaços de decisão das questões estratégicas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico e cultural do Território.

Portanto, precisamos identificar distanciamentos e proximidades existentes entre os Movimentos Sociais e a Universidade, assim como as concepções que os/as militantes dos Movimentos Sociais têm da Universidade e vice-versa, pois como espaços de educação e cidadania constituintes do Território, essas instituições precisam estabelecer relações norteadoras e definidoras do processo de desenvolvimento sustentável. Logicamente que muitas dessas ações estarão permeadas de conflito, mas é

fundamental perceber que sem este dinamismo não chegaremos a uma compreensão dos desafios que são colocados tanto para a Universidade como para os Movimentos Sociais.

Segundo Arroyo (2003), os Movimentos Sociais contribuem para o processo de reeducação do pensamento educacional brasileiro. Isso posto, torna-se relevante perceber o caráter pedagógico que permeia as ações territoriais entre o DCH - Campus de Barreiras e os Movimentos Sociais. Assim, estudar a relação entre os Movimentos Sociais e o DCH - Campus de Barreiras - representa a possibilidade de levantar dados que podem indicar saberes e práticas sociais construídos no interior da Bahia a partir dos sentidos atribuídos à territorialidade, que impulsiona um sentimento de pertencimento, de internalização das intervenções e produção de novos conhecimentos. É imperativo, portanto, compreender a complexidade desta relação: Universidade e Movimentos Sociais para que possamos no embate diário, no confronto das disputas, construir novas “sociabilidades”.

A opção pelo método da pesquisa

Considerando as especificidades do objeto de estudo da pesquisa, a natureza do problema e consciente da complexidade que requer uma investigação com base no materialismo histórico-dialético, o método a ser trabalhado neste estudo é uma aproximação aos princípios dessa abordagem que estamos denominando de crítico-dialética. Para tanto nos inspiramos em Frigotto (2002) quando argumenta que:

No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social. (p.81)

Essa opção ancora-se no pressuposto da compreensão dos fatos em movimento, relacionando-os com os sujeitos históricos. Neste sentido, implica em conhecer a universidade, se os projetos que a mesma realiza articulam-se com os movimentos sociais, o território e sua constituição e os atores que nele atuam.

Este entendimento de fazer pesquisa permite um olhar mais “apurado”, pois levamos em consideração aquilo que aparentemente não está presente, mas foi expresso através de múltiplas determinações apresentadas em uma diversidade sociocultural. Na compreensão da realidade em estudo e com vistas à construção de novos olhares interpretativos, são sujeitos desta pesquisa os militantes dos Movimentos Sociais, pois precisamos conhecer a concepção que eles têm da Universidade e se ela pode contribuir com as ações que eles desenvolvem. Trazemos também os professores do Departamento de Ciências Humanas coordenadores de Projetos de Pesquisa e Extensão, registrados no Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE), que mantêm contato direto com os Movimentos Sociais. Precisamos saber a concepção que estes profissionais têm dos Movimentos Sociais, as dificuldades encontradas nessas ações, de que forma envolvem os estudantes em projetos dessa natureza, os aprendizados construídos nessa tarefa e como a Universidade tem contribuído na consolidação do Território. E temos também como sujeitos de nossa pesquisa os estudantes que participam desses Projetos que se relacionam com os Movimentos Sociais e os estudantes do Curso de Agronomia Sustentável que são oriundos e militantes dos Movimentos. Nesta discussão com os estudantes temos como foco a compreensão que eles têm da Universidade e dos Movimentos Sociais, os motivos que os levaram a participar desses projetos, as relações que fazem da Universidade com os Movimentos Sociais e de que forma essas ações contribuem com sua formação cidadã. A partir dessas escolhas é possível adquirir um conjunto de fatos que possam ajudar a responder as questões investigadoras que orientam este estudo.

Na discussão sobre método, Viana (2003) aborda que:

(...) O método, assim como a realidade, não está submetido à leis, mas é aberto, passível de mudança, apresentando uma multiplicidade de possibilidades. Enfim, é o ser humano que pode mudar o método e a realidade, ao invés de estar submetido a eles, pois é ele que cria o método para analisar a realidade e a realidade social não é nada mais do que a relação entre os seres humanos, sendo constituída, portanto, por eles mesmos. O que foi constituído pelos seres humanos pode ser mudado, transformado. A realidade social é constituída pelos seres humanos. Por isso eles podem mudá-la. Ao mudá-la, o método também deve mudar. Eis o verdadeiro caráter da dialética: um produto humano, histórico, social. (p.21)

Essa opção metodológica permite, ainda, uma melhor análise da relação estabelecida entre a universidade e os movimentos sociais. Isso nos ajuda na compreensão dessa abordagem dialética, que não fragmenta e nem padroniza as ações

humanas, mas em suas múltiplas determinações apresenta a importância da mudança, lembrando que a realidade não é estática e nem pré-determinada, ela pode e deve mudar, pois os seres humanos são historicamente movidos por uma “multiplicidade” de ações.

Utilizamos entrevistas e fizemos a análise documental dos projetos registrados no NUPE do Departamento de Ciências Humanas de Barreiras no período de 2005 a 2010, além dos relatórios das reuniões de Colegiado do Território no mesmo período. Esses instrumentos ajudaram na compreensão e exposição da realidade em estudo. Contribuíram na construção de olhares múltiplos sob vários determinantes.

Diante desse pressuposto, Gamboa (2003) menciona que:

A qualidade da pesquisa depende da lógica científica que fundamenta cada modelo. E essa lógica se constrói quando se articulam técnicas, métodos, teorias numa abordagem epistemológica. Essa epistemologia que dá unidade aos processos da produção do conhecimento tem como base uma teoria do conhecimento que permite compreender os interesses que motivam e comandam o processo. Nesse nível das teorias do conhecimento podemos identificar as perspectivas filosóficas, políticas e ideológicas e os compromissos que o pesquisador tem com a realidade que conhece e pretende conservar ou transformar. (p.403-404)

A partir desse posicionamento, a pesquisa mobiliza o estabelecimento de uma articulação com as técnicas, teorias e métodos utilizados, pois essa relação fundamenta e unifica a construção político-epistemológica do conhecimento. Neste contexto, reconhecemos o valor social das concepções ideológicas e o posicionamento do pesquisador com a realidade em investigação.

Sob este aspecto, Gamboa (2007) nos apresenta a seguinte reflexão:

Técnicas e métodos não estão separados. É o processo da pesquisa que qualifica as técnicas e os instrumentos necessários para a elaboração do conhecimento. As opções técnicas dependem dos caminhos a serem percorridos e dos procedimentos a serem desenvolvidos. (p.64)

Nesta pesquisa a relação entre a universidade e os movimentos sociais pauta-se no reconhecimento e valorização das dimensões históricas e políticas dos lugares onde os sujeitos estão constituindo os dados. Desse modo, o caminho escolhido inspira-se no enfoque crítico-dialético em que a produção social do conhecimento não se dá como um ato isolado, de quem, por determinações diversas, encontra-se na instituição universitária. Essa produção é fruto de ações coletivas.

Cria-se, portanto, condições para refletir, analisar e construir novos paradigmas que precisam ser referencialmente socializados. A universidade enquanto instituição social (CHAUÍ, 2003) debate com todos esses paradoxos, sabe que está incrustada em uma sociedade de classes e que, por diversas vezes, é chamada a se colocar diante desse conflito. Perante esses aspectos, justifica-se a opção pelo enfoque crítico-dialético, que segundo Gamboa (2007):

(...) busca apreender o fenômeno em seu devir histórico e em suas inter-relações com outros fenômenos, buscando compreender os processos de sua transformação, suas contradições e potencialidades de mudança. O homem conhece para transformar. O conhecimento tem sentido quando revela as alienações, as opressões e as misérias da atual fase de desenvolvimento da humanidade, questiona criticamente os determinantes econômicos sociais e históricos e dá potencialidade à ação transformadora. O conhecimento crítico do mundo e da sociedade e a compreensão de sua dinâmica transformadora propiciam ações (práxis) emancipadoras. (p. 173)

Esses elementos demonstram a importância da universidade e o estabelecimento de relações com os movimentos sociais. Temos convicção que as contradições estarão presentes. Primeiro, pela sua dimensão histórica, tanto da universidade e também pela trajetória dos movimentos. Segundo, essa relação pressupõe a necessidade de revisar conceitos construídos tanto de um lado, como de outro. A partir disso é possível a construção de novos olhares, novos paradigmas. O conhecimento que ela produz tem um sentido social e contribui para a emancipação do homem enquanto sujeito histórico e político. Neste ínterim, as produções coletivas resultantes da universidade e dos movimentos sociais constroem conhecimentos críticos e sintonizados com o tempo presente.

Outro aspecto também a considerar diz respeito à operacionalidade que este conhecimento precisa exercer. Não tem sentido todo um esforço de construção coletiva se não for colocado para a emancipação dos sujeitos. Souza Filho (2005) nos adverte que:

O conhecimento do mundo, da vida, da realidade social e histórica distingue os humanos de todas as demais espécies. Entre outras coisas, é a busca do conhecimento – sua produção e transmissão – que constitui o homem como humano. (...). Assim, a humanidade aspira à verdade, mas nunca esta é plena, nem é adquirida por um só sujeito do conhecimento. É necessário procurá-la sem cessar, e esta é tarefa de muitos, razão por que essa tarefa pode ser ensinada, transmitida, propagada. (p. 177)

O conhecimento está entrelaçado com os saberes produzidos nos movimentos sociais num esforço conjunto. Segundo o autor, sua procura é incessante e coletiva. A cada momento ele é renovado, reestruturado dialeticamente. Torna-se relevante, portanto, a importância da construção dialética do conhecimento que não pode ser apresentado de maneira aleatória, porque sua criticidade contribui para as alterações e as transformações históricas. Com esse enfoque crítico-dialético, podemos compreender as relações estabelecidas entre a universidade e os movimentos sociais em sua dinamicidade e multidimensionalidade. Assim, os eixos comuns de educação e cidadania presentes nas duas instituições transcorrem-se em ações coletivas no território.

Com essas reflexões, podemos compreender o conhecimento como resultado da pluralidade de práticas socioculturais presentes nas ações territoriais e construídas dialeticamente pela diversidade de sujeitos que ressignificam suas histórias e, por isso, torna o ser humano um ser inacabado pelo próprio processo histórico de inconclusão que vive. A este respeito Gamboa (2007), apresenta a seguinte reflexão:

Nas pesquisas dialéticas, o homem é concebido como ser social e histórico, que, embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é seu criador e transformador. De acordo com o enfoque crítico-dialético, o conhecimento da realidade, do mundo, das dinâmicas sociais e a ação transformadora dos homens se orientam para a obtenção de maiores níveis de liberdade, adquiridos através de permanentes lutas e da superação das contradições sociais. A história dos homens assim o demonstra. O interesse cognitivo predominante neste tipo de enfoque é o crítico-emancipador. (p.177)

Assim, esta pesquisa, com o enfoque crítico-dialético, ao discutir a relação entre a universidade e os movimentos sociais proporciona aos movimentos sociais e à universidade, a análise de novos repertórios, quando apresenta o ser humano enquanto sujeito histórico desse território capaz de interferir e construir novos projetos sociais e econômicos. Ao mesmo tempo, a universidade é apresentada como uma instituição social que, apesar das suas contradições, pode construir, coletivamente com os movimentos sociais, ações emancipatórias de educação e cidadania.

Os instrumentos utilizados no levantamento de dados: o percurso de uma caminhada coletiva

O processo de estruturação do percurso metodológico contou com uma sistemática previamente elaborada a partir do contexto histórico em que está inserido a universidade e os movimentos sociais. O ponto de partida para o levantamento de dados levou em consideração a relação estabelecida entre essas duas instituições considerando os projetos que formalizam política e institucionalmente essa relação.

Inicialmente fizemos o levantamento de todos os projetos na área do ensino, da pesquisa e da extensão, a partir do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) no Departamento de Ciências Humanas de Barreiras, no período de 2005 a 2010. Da totalidade destes projetos, trabalhamos com as ações extensionistas e de pesquisa considerando que sua finalidade política e educativa aproxima-se da discussão sobre os movimentos sociais, a partir da concepção de que como ações coletivas, eles estão diretamente relacionados com as comunidades. Os projetos analisados neste estudo são aqueles que estão relacionados às ações coletivas, que se destinam à reflexão para melhoria de vida da comunidade em que estão inseridos. Eles serão os documentos de estudo. Flick (2009) menciona que:

(...) Nas instituições, os documentos são destinados ao registro das rotinas institucionais e, ao mesmo tempo, ao registro da informação necessária para a legitimação da maneira como as coisas são feitas nessas rotinas. Isso se torna particularmente relevante quando problemas, fracassos ou erros precisam ser justificados. (p.234)

Neste contexto, é fundamental compreendermos a importância dos documentos na pesquisa, pois através deles temos o conhecimento da realidade vivenciada, os reflexos da mesma no contexto sócio histórico. A sua utilização permite uma análise dos projetos de pesquisa e de extensão, desde sua concepção, bem como os resultados desses, a partir dos relatórios de execução produzidos. Outros documentos utilizados foram os relatórios dos Encontros Territoriais desenvolvidos pelo articulador territorial. A partir deles foi possível compreender toda a dinâmica vivenciada na implantação desta política, os impasses, o envolvimento dos movimentos sociais, do poder público, do agronegócio e da agricultura familiar. Portanto, foram analisados 50 projetos de pesquisa e extensão de onde foram eleitos alguns participantes que concederam

entrevistas acerca de suas experiências na articulação entre universidade, território e movimentos sociais. Entre esses participantes, estão professores-coordenadores dos projetos, alunos e militantes dos movimentos sociais..

Os professores, os estudantes e os militantes dos movimentos sociais colaboraram por meio de entrevista semi-estruturada, agendada previamente e gravada em áudio. A partir dessa abordagem, reconhecemos a temporalidade e a historicidade como elementos instituintes das experiências e saberes dos sujeitos participantes deste estudo que se efetivou como uma oportunidade de ressignificação e de comunicação. Sob essa perspectiva, a entrevista não foi meramente um instrumento de perguntas e respostas, mas apreendeu uma dinâmica de concretude de espaços e tempos dialógicos.

Outro aspecto também a salientar é que esses sujeitos são historicamente envolvidos nas ações extensionistas e de pesquisa estudadas e, portanto poderão a partir de sua fala fornecer dados importantíssimos para a análise em foco, bem como refletir sua prática.

Neste sentido, Ghedin e Franco (2011) contribuem dizendo que, nessa perspectiva, “as pessoas falam, às vezes se percebem, se reconhecem, os grupos emergem, as identidades são descobertas, encontrando-se às vezes deterioradas, mutiladas, outras vezes em processo de construção, de desconstrução”. (p.64).

Reconhecemos que a pesquisa em foco contribui para a ressignificação das atividades de extensão realizadas pelo DCH, pois a partir de novos olhares estabelecem-se novas posturas, novas formas de compreensão da realidade. Sob este aspecto os mesmos autores ainda nos dizem que:

À medida que se vê, traz-se para dentro tudo que está fora. O olhar possibilita a passagem da subjetividade, criando inúmeras formas de ver os mesmos objetos. Possibilita a criação do ser, ao mesmo tempo que permite a recriação do mundo segundo as formas de que dispõe para interpretá-lo. (...) Diante desse processo criativo, é imprescindível o olhar para que, por meio dele, se possa aprender a pensar melhor e não se deixar enganar pela imagem construída para iludir o pensamento e alienar o espírito humano, lembrando que olhar atentamente as coisas e os objetos de investigação é penetrar no mundo. (p.80)

Este é um dos objetivos que esperamos conquistar com este estudo, a possibilidade de construirmos, *universidade e movimentos sociais* olhares investigativos e desalienadores, pois estaremos “penetrando no mundo”, em nosso caso, no território,

construindo aquilo que Freire (1989) chamou da passagem da *consciência ingênua para a consciência epistemológica*.

Essa passagem não é fácil, exige de cada um – universidade e movimentos sociais - a posição de aprendentes. Nela não existe conhecimento superior ou inferior. O que se preconiza é a capacidade de juntos com a diversidade construirmos caminhos que possam no território implantar políticas públicas que contribuam com a melhoria da qualidade de vida dos atores sociais. Diante disso, acreditamos que essa construção só pode ser concretizada nas relações dialéticas, na elaboração do conhecimento que deve estar a serviço da coletividade.

CAPÍTULO 1

A UNIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender.

Paracelso

1.1 Concepção de Universidade

A discussão em torno da Universidade, seu papel e função remonta há alguns séculos. Sua trajetória histórica nos lembra dos desafios vivenciados por aqueles que diuturnamente vêm tentando construí-la. Sempre se fala nesta instituição como produtora de saberes. Saberes esses que vivem em constantes projetos de disputa. De um lado, estão aqueles que acreditam que os conhecimentos da universidade são revitalizados, reestruturados, referenciados na prática social e, por outro lado, têm aqueles que acreditam que ela é o *locus* genuíno do saber. A partir dessa “contradição”, pontuamos sua dimensão política e científica. Esta perspectiva nos leva a repensar a sua gênese e, acima de tudo, o seu papel na contemporaneidade que nos aponta para as questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Pensando nesta conjuntura, Dias Sobrinho (2005) afirma que:

A universidade é muito mais do que aquilo que dizem a seu respeito. Essa complexidade de sentido tem a ver com o fato de que ela é uma instituição que se realiza por meio de práticas humanas, sociais, portanto, ações constitutivas do ético e do político. Não se trata da formação apenas prática, ainda que isso hoje ganhe grande valor, em uma hora em que valor é entendido como preço. Não obstante essa tendência é sempre importante que a ética exige que a universidade seja um espaço institucional de formação de seres pensantes, críticos, reflexivos. (...) (p.31)

A abordagem apresentada nos reporta para que possamos concebê-la enquanto instituição que está permeada de “práticas humanas e sociais”. Práticas essas que estão diretamente relacionadas com o seu contexto. É impossível pensarmos de forma descontextualizada, sem inseri-la no espaço social, econômico, cultural e político. Para tanto, é preciso levar em consideração as relações humanas que se convergem em seu interior e o seu papel de suscitadora de outras formações, de construção coletiva de conhecimentos, a partir da relação dialógica que estabelece com os sujeitos sociais que vivem nos diversos espaços políticos que estão em seu entorno. Por isso, uma de suas características é a sua própria universalidade, em defesa de uma visão plural e incrustada no território em que está inserida.

Contrapondo tal discussão, notamos que essa visão de universalidade tem sofrido nas últimas décadas uma atrofia. Isso se revela em função da omissão de uma das suas principais características que é fomentar as condições para a produção do

conhecimento. Essa sua responsabilidade fragiliza-se quando não viabiliza projetos e programas em prol do bem-comum e do avanço da ciência, da arte, da cultura.

Nessas condições, ampliam-se a necessidade de identificar e desconstruir as visões multifacetadas que permeiam esse espaço acadêmico, que se sustenta legal e politicamente por três dimensões: ensino, pesquisa e extensão. Neste contexto, Dias Sobrinho (2005) adverte:

A educação superior é, ao mesmo tempo, central para o desenvolvimento social e econômico, mas, paradoxalmente, é vítima de descrédito. Ainda que seja a instituição central da produção do conhecimento e da capacitação para a aprendizagem continuada, a universidade tem por hoje ameaçada até mesmo sua natureza essencial, ou seja, está em crise o sentido de sua existência. Para lá das questões técnicas e utilitárias, a questão é ontológica. Não se trata apenas de apresentar respostas de um ponto de vista operacional e técnico. Mesmo quando essas respostas sejam técnica e operacionalmente satisfatórias, resta à educação superior dar conta de uma questão de fundo: justificar a sua razão de existir, definindo o seu próprio ser em relação ao que pode acrescentar na construção da vida humana. (...) (p.38)

Em nosso entendimento, um dos maiores desafios contemporâneos da universidade está ancorado na possibilidade de, através de sua existência, contribuir na construção da vida humana. Nesse sentido, torna-se salutar repensar o significado dessa afirmação a partir das contradições históricas vivenciadas na atualidade. Levando em consideração esse aspecto, sabemos que a universidade em um território de disputa, também vivencia essa ação. É fundamental que ela, em suas opções políticas, defina quais projetos devem ser priorizados em suas atividades acadêmicas que tenham como objeto a ampliação da vida humana. Esta decisão permite que enquanto instituição social, apesar da contradição histórica em que está inserida, a universidade seja parceira na construção de uma lógica societária que tem como premissa a dignidade humana.

A possibilidade de estabelecer diálogos com a diversidade de sujeitos históricos demonstra que a universidade, além das tarefas mais cotidianas, deve ser uma força capaz de contribuir para as afirmações destes. Na justificativa de sua existência cabe a esta instituição aproximar-se cada vez mais da sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, principalmente daquelas que foram excluídas do acesso aos bens e serviços. A construção de espaços sociais incluídos

devem permear suas ações coletivas. A esse respeito, Souza Filho (2005) apresenta a seguinte reflexão:

Como vivemos em sociedades divididas em interesses, a missão da universidade define-se com relação a esses interesses e seus conflitos. Se pensarmos o caso da universidade pública, uma clara opção se torna necessária: mantida com recursos públicos, ela somente pode se destinar àqueles interesses que realizem interesses públicos e coletivos, o interesse geral, o bem comum. (...) (p.179)

Percebemos que essa instituição necessita ser ajustada para que os interesses coletivos sejam mais evidentes e vivenciados. Ela não precisa ser rotulada de universidade para os pobres e excluídos, contudo suas ações, principalmente na esfera pública, podem contribuir para a diminuição da pobreza e da exclusão social. Essa nova construção está diretamente relacionada à própria concepção da pesquisa e ao papel que a instituição universitária denota a esta ação tão fundamental para a produção científica. Trata-se da referência social da universidade. Na construção coletiva do conhecimento este é o foco que precisa ser evidenciado. Assim, no contexto estudado a presença da universidade em um território deve ser caracterizada por ações que efetivamente devem contribuir para a diminuição da pobreza e para o interesse comum. Entretanto, na lógica da sociedade capitalista a universidade deve propiciar a produção de insumos que estejam a serviço do desenvolvimento econômico que nem sempre é coletivo.

Por outro lado, não se pode deixar de abordar que este posicionamento implica necessariamente em opções políticas que, dentro de um território de identidade em disputa, vão gerar conflitos e confrontos com todos aqueles que não desejam a construção de uma sociedade autônoma e independente. A universidade não pode equidistar-se desses confrontos. Muito pelo contrário, cabe a ela posicionar-se enquanto instituição pública, responsável pela construção coletiva de saberes. Dentro do território, os embates de classe são claramente expostos, como exemplifica a disputa entre os interesses da agricultura familiar que não coadunam com os interesses do agronegócio, predominante no Território da Bacia do Rio Grande⁴. Não se trata de tomar partido. É preciso, enquanto instituição pública, colocar a serviço da sociedade e, nesse caso específico, dos agricultores familiares os conhecimentos que possam

⁴ O Território da Bacia do Rio Grande é formado pelos municípios de Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley. Destes, Barreiras, Formosa, Luís Eduardo e São Desidério, são considerados os carros-chefes do agronegócio.

subsidiá-los na melhoria de suas vidas, dando a eles condições de enfrentar os desafios impostos pelo agronegócio.

Souza Filho (2005) alerta:

Não se trata aqui de pensarmos a universidade separada do mundo dos problemas reais e ignorando as demandas concretas da sociedade. É legítimo que a universidade retorne os recursos que nela são investidos na forma de produtos que possam ser apropriados pela sociedade, tais como conhecimento, tecnologias, assessorias, participação em projetos comunitários, formação de profissionais nas mais diversas áreas, etc. – desde que tenha sempre em vista o interesse público -, mas “acompanhar mudanças em curso” (no campo tecnológico, social etc.) não pode significar atrelar o ensino e a produção do conhecimento a interesses estranhos aos fins da educação e da ciência. (p. 179)

Repensá-la a partir dessa análise é reconstruir um novo fazer universitário, que, dialeticamente, vai modificar a sua estrutura interna, pois são evidentes as dificuldades de relações dialógicas entre concepções que se verificam nesta instituição. Outra questão essencial é a consciência de que o ensino não acontece como um ato isolado da prática científica. Nesta interação, reside o fim da grande dicotomia, ou seja, o entrelaçamento do ensino, da pesquisa e da extensão no cotidiano da universidade, entendidos como projetos comunitários.

Percebemos, ainda, que a superação desse entrave contribui para a edificação de instituições universitárias mais comprometidas com a sociedade, desconstruindo um processo histórico que fez com que ela se afirmasse desvinculada das práticas e demandas sociais. Durante um período da história, as camadas das populações economicamente desfavorecidas não conheciam e nem acreditavam que podiam contar com essa instituição em suas demandas cotidianas. A sociedade de classe produziu a universidade de classe e esta encastelou o saber e fez com que apenas alguns pudessem ter acesso a ele. Ela desconsidera a dinâmica social que demonstra, através das relações dialéticas, que o conhecimento é fruto de práticas coletivas. A partir dessa concepção, a universidade não conseguiu ecoar as angústias das populações excluídas.

A Universidade, enquanto espaço de produção do conhecimento, precisa estruturar-se institucionalmente na articulação de suas funções educativas. Enquanto uma instituição social (CHAUI, 2003) ela não pode apenas refletir a forma de organização da sociedade, mas intervir nesse processo organizacional em uma

perspectiva de construção de identidades. As relações que a universidade estabelece com a sociedade são dialéticas. Precisamos compreendê-las, também, inserida em um contexto de formação acadêmico-profissional que extrapola uma visão puramente voltada para um “ensino médio melhorado”, mas acima de tudo, um espaço político de articulação de saberes culturalmente constituídos que reconstroem caminhos de intervenção concreta na realidade.

Um ensino que acontece desarticulado da pesquisa e da extensão torna o saber atrofiado, descontextualizado e, conseqüentemente, reproduz relações acadêmicas fragmentadas e precarizadas. A construção desse modelo tem se fortalecido no desenvolvimento do capitalismo que apresenta reflexos inquietantes para a universidade. Dentro dessa lógica, ela passa a estruturar-se de forma organizacional, atendendo os interesses daqueles que desejam que ela seja operacional, que atenda as demandas apresentadas pelo modelo vigente da sociedade. Caminhando nessa mesma linha de raciocínio, Silva (2006) nos apresenta a seguinte reflexão:

A concepção de universidade daí decorrente desvirtua seu histórico papel de produção do conhecimento *desinteressado* (grifo da autora) e de formação, bem como de análise e crítica das questões sociais mais relevantes, absorvendo, na íntegra, o discurso neoliberal em torno da eficiência e produtividade. Portanto, resulta numa concepção de crescimento que não implica em um efetivo desenvolvimento da instituição universitária ao imprimir uma lacuna entre as pesquisas produzidas, o ensino e a extensão, servindo a interesses outros, nacionais e internacionais. (p.234)

Segundo a autora, essa mudança da “concepção universitária” está sintonizada com o processo de reestruturação produtiva que a sociedade vivencia, afetando diretamente a produção do saber universitário. Constatamos que esse deslocamento de compreensão de universidade está engendrado na implementação de várias reformas no âmbito da educação superior. Nessa lógica, Camargo e Hage (2004) enfatiza o seguinte:

(...) o governo, para avançar na implementação de seu projeto de reformas na educação, tem se utilizado estrategicamente de todo um arcabouço legal que envolve numerosos pareceres, resoluções, portarias, decretos, leis os quais são aplicados de forma tópica, ou seja, dissociados entre si, apresentando-se como desvinculados de uma política de globalização mercadológica mais abrangente, excludente e discriminatória; fato que tem contribuído para diluir o poder de mobilização dos grupos e entidades da sociedade civil que discordam dessas políticas. Trata-se de uma estratégia que atribui à reforma educacional um caráter de regulação social, garantindo ao governo um controle efetivo de políticas e conteúdos do ensino, (...) (p.265).

Para as autoras, o que está em curso, além dessas mudanças, é toda uma estratégia de controle governamental, na consolidação de um novo modelo universitário. Outro aspecto fundante nesta abordagem é que toda essa desestruturação universitária está associada à consolidação das atuais políticas públicas. Sguissard (2005) menciona que a cada dia o Estado se afasta de suas responsabilidades na prestação direta desse serviço e vai assumindo gradativamente o papel de *regulador*.

Diante dessas reflexões, percebemos que o processo de desarticulação existente entre o ensino, a pesquisa e a extensão pauta-se nessa lógica. Hoje vivenciamos uma universidade preocupada em atender as demandas do mercado e comprometida com os interesses que contraditoriamente esbarram numa concepção mais societária. Ressaltamos ainda que essas ações não acontecem de forma tranquila. A universidade é palco de disputas. Nesse ínterim vários interesses se debatem e se confrontam, portanto não podemos pensá-la fora da concepção de classe. Precisamos compreender que mesmo dentro dessa discussão, a universidade pode atender às peculiaridades regionais, levando em consideração os interesses da maioria da população.

A lógica desse contexto é a do *neocapital* que está vinculada à redução de custos e ao aumento significativo de novos trabalhadores com perfis profissiográficos embalados por uma concepção de qualificação coerente com a lógica capitalista. Vale salientar que o mercado se pauta no discurso da autonomia, da polivalência, como atributos essenciais que devem possuir esse novo trabalhador. Entretanto, essas qualificações não simbolizam sua permanência no emprego, muito pelo contrário, o rodízio é muito rápido, pois a cada dia é solicitado um profissional mais atualizado.

Sobre este aspecto, podemos perceber que o sistema educacional passa a ter um papel essencial. É preciso “oferecer” ao mercado pessoas que possam atender à sua demanda, em um período mais curto possível. Logo, o aumento significativo de vagas, desconsiderando as questões de qualidade, é o que mais se apresenta neste contexto. Ratificando essa análise, Ristoff (1999) salienta que:

(...) É, sem dúvida, fundamental que o país desative a bomba-relógio da repressão quantitativa, fruto do nosso elitismo histórico, mas é também fundamental que no processo não se ative a bomba-relógio da baixa qualidade. Os cursos sequenciais não podem ser usados para transformar as poucas universidades em “colleges” (*grifo do autor*) e a educação pelo lucro não pode ser sinônimo de Universidade. (p.32)

O fortalecimento desse novo tipo de universidade não tem sido aceito de forma pacífica. Os movimentos sindicais e associações dos profissionais da educação diretamente ligados ao ensino superior têm resistido a essa política de reestruturação. Por isso são frequentes e cada vez mais fortes os embates em torno do dilema: quantidade X qualidade. Frear o elitismo que ainda permeia nossos espaços acadêmicos é uma atitude imperiosa. Contudo, não podemos associar o aumento no número de vagas com a diminuição da qualidade do ensino superior, ou até à visão de um ensino médio “melhorado”. Neste contexto, Chauí (2001) enfatiza que “não devemos reduzir a graduação a um segundo grau avançado com formação de mão-de-obra rápida e barata” (p.38).

A compreensão, dentro de uma perspectiva dialética que precisamos ter da universidade, é que ela se constitui espaço ético-científico de formação, de construção de saberes e valores, de aprendizagens revisitadas e de novos conhecimentos. Pensar o ensino é ter convicção da necessidade de investimentos qualitativos e significativos desvinculados do processo de massificação. Além disso, é acreditar na extensão como um braço integrador da comunidade, capaz de produzir novos olhares para as práticas cotidianas. Esta reflexão nos leva a ver a pesquisa como elemento fundante de intervenção na sociedade. Esta é a relação que precisamos construir. Nela reside o tripé da educação superior: ensino, pesquisa e extensão.

A partir dessa abordagem, percebemos que, contrariando o discurso capitalista de expansão e de atendimento às peculiaridades regionais, que podem ser atendidas desde que estejam direcionadas para o bem coletivo, notamos uma mudança do papel da universidade e sua integração ao novo modelo de expansão do capital. Defendemos a posição de Chauí (2003), quando a define como uma instituição social. Em suas palavras:

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos **no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade.** (grifos nossos) (p.05)

Essa construção defendida pela autora tem enfrentado vários desafios no que diz respeito à constituição, reconstituição e afirmação de identidades. Hoje, mais que do antes, a estruturação da universidade em espaços *uni* e *multicampi* requer de seus atores,

sejam eles docentes, discentes e comunidade, posicionamentos mais críticos e uma participação social mais ativa.

Nesta conjuntura, ensino, pesquisa e extensão e suas relações com a sociedade tem nos impulsionado a analisar as demandas atuais que estão historicamente delegadas à universidade. Esta relação constitui uma das funções políticas e sociais da universidade no contexto da educação superior. Através do fortalecimento dessas ações como eixos articuladores da construção do conhecimento científico, é possível conhecer o território, compreender os diversos atores sociais e suas formas de atuação, percebendo a complexidade histórica em que estão inseridos.

Ressaltamos a importância de a universidade reconstruir dialeticamente o conhecimento a partir de sua inserção nos espaços políticos, contribuindo para que as pessoas envolvidas na diversidade dos movimentos sociais existentes possam construir caminhos mais justos. Em outras palavras, as lutas históricas por melhorias nas condições de vida da população devem ecoar nas instituições universitárias. É fundamental nesta discussão nos atermos sobre a produção social do saber, no sentido de que a atuação da universidade nos espaços dos grupos populares não se constitua em invasão cultural.

A nossa compreensão é que o saber historicamente construído pela humanidade deve ser revitalizado, reelaborado em consonância com a diversidade sócio-político-econômica-cultural. Essa forma de entendê-lo e vivenciá-lo oportuniza àqueles que estão na universidade uma nova postura, um novo comprometimento. Nessa análise, Romano (2006) apresenta a relevância da universidade para a edificação de uma sociedade mais justa,

Quem trabalha na universidade pública □ professores, estudantes, funcionários □ tem consciência de que a instituição pertence ao Estado democrático de direitos e deve obedecer às normas de convívio estabelecidas na Constituição política. A universidade pública se define pelo seu âmbito estatal ou nada significa. No Estado de direito, a vida das pessoas é regulada por leis e não pelo arbítrio deste ou daquele dirigente político, setor social ou partido. (p.18)

A responsabilidade da universidade, do conjunto de seus atores, que são os professores, professoras, estudantes, funcionários e funcionárias passam a ser ampliada, extrapola os “muros” e começa a sintonizar-se com a própria dinâmica social. Enquanto espaço político de constituição, reconstituição e afirmação de identidades, todos têm o

compromisso de proporcionar ambiências formativas para as construções coletivas. É também sua tarefa oportunizar reflexões históricas dialéticas sobre as práticas dos movimentos sociais, no sentido de contribuir na construção de sua autonomia, desmistificando a idéia de que esses necessitam ser tutelados por partidos ou dirigentes políticos.

Nesta abordagem, a pesquisa, o ensino e a extensão têm a função de contribuir para o cultivo de saberes que, articulados dialeticamente, proporcionam a criatividade, a inventividade e a construção de novas práticas. Neste íterim, a instituição universitária deixa de ser um local eivado de conhecimentos descontextualizados e, por conseguinte, torna-se um território sócio histórico fomentador de culturas, multidimensionalizadas pelas questões sociais, políticas, culturais e econômicas.

A universidade, sob esta ótica, tem a tarefa política de proporcionar aos grupos sociais uma reelaboração do conhecimento produzido, tornando-o instrumento de emancipação. Para que isso ocorra, a relação histórica construída externamente com o território em que está inserida pauta-se na ética e no respeito à diversidade social, política, econômica e cultural. Trata-se do processo de resignificação das ações voltadas para a comunidade. No entanto, não podemos deixar de mencionar que vivemos em uma sociedade de classes que tem produzido instituições dentro dessa lógica e a universidade não difere deste contexto. É a partir dessa compreensão que discutiremos as demandas atuais da universidade na perspectiva da sociedade capitalista trazendo no seu bojo o mundo do trabalho e a sua reestruturação produtiva.

1.2 A Universidade e os Movimentos Sociais

Considerando que a instituição universitária é parte integrante da sociedade e no processo de reestruturação das forças produtivas acompanha toda essa transformação, a categoria trabalho tem sido um dos elementos que mais tem sofrido variações. Daí que falar de universidade, contemporaneidade, movimentos sociais, nos remete ao discurso de como essas mudanças paradigmáticas afetam diretamente as alterações vivenciadas pelos sujeitos sociais.

Para tanto, compreendemos a categoria trabalho como “atividade através da qual o homem modifica o mundo, a natureza, de forma consciente e voluntária, para

satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, habitação, vestimenta etc.)”.⁵ Nesta abordagem percebemos que o trabalho é essencialmente uma característica do ser humano, pois somente ele é capaz de modificar o seu espaço de uma forma consequente. A partir dessa compreensão, é imprescindível incluir no debate das relações sociais, políticas, culturais e educacionais contemporâneas a discussão sobre trabalho. É evidente que esta proposição apresenta uma nova morfologia, pois não se trata apenas de seu viés clássico, mas este associado à contemporaneidade. Corroborando com essa temática, Antunes (2007) discute que:

Contrariamente, entretanto, às teses que advogam o fim do trabalho, estamos desafiados a compreender o que venho denominando como a *nova polissemia* (grifo do autor) do trabalho, a sua *nova morfologia*, (grifo do autor) isto é, sua *forma de ser* (grifo do autor) (para pensarmos em termos ontológicos), cujo elemento mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo do capital nas ultimas décadas. (p.14)

É fundamental essa compreensão, pois hoje são muito comuns alguns autores dizerem abertamente que não temos mais trabalho, ou melhor, que o trabalho acabou. O que temos percebido é que existe uma reestruturação do processo produtivo, onde com certeza vários postos foram remodelados ou até mesmo deixaram de existir, devido à nova reconfiguração do sistema capitalista e a universidade como espaço de formação do trabalhador e produção de ciência e tecnologia tem suas características adaptadas às necessidades do momento. Nessa perspectiva, assevera Antunes (2007):

Dentro dessa contextualidade, pode-se constatar uma nítida ampliação de modalidades de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira para trabalhadores sem carteira assinada. Se nos anos 1980 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho de perfil temporário, nas décadas seguintes esse número aumentou significativamente, para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício, sem registro formalizado. Ou seja, em plena *era da informatização do trabalho*, (grifo do autor) do mundo *maquinal* e *digital*, (grifo do autor) estamos conhecendo à *época da informalização* (grifo do autor) do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, (...) (p.16).

⁵ JAPIASSÚ, Hilton, MARCONDES, Danilo. Dicionário Básico de Filosofia, 2001 (p.184).

Evidentemente a partir dessa realidade é preciso reconstruir outras formas de atuação, de entendimento inclusive desta nova forma de organização social, econômica e política. O trabalho vem sofrendo transformações profundas. O que percebemos é um aumento da informalidade, dos serviços terceirizados, dos trabalhos temporários. É necessário compreender as raízes dessa nova organização produtiva e, sem dúvida, o desemprego estrutural é um dos maiores resultados.

Outros aspectos que também precisam ser considerados são os reflexos que esta nova organização produtiva apresenta para os trabalhadores. O aumento da exploração é evidente, a construção de leis trabalhistas mais “flexíveis”, de arrefecimento dos direitos sociais conquistados ao longo de vários anos tem sido a tônica dessa nova forma de acumulação do capital. É preciso também atentar para o fato de que hoje não existe mais a concentração de parques industriais, mas uma disseminação de várias unidades produtivas espalhadas pelo mundo. Esses espaços de produção estão presentes em países e/ou regiões que possuem baixo poder aquisitivo, o que acarreta situações de muita exploração.

A partir de todo este contexto não podemos certificar o fim do trabalho mas, antes de tudo, compreendê-lo nessa nova *performance*, acreditando que devemos constituir novas estratégias de enfrentamento. Nesta dimensão, Antunes (2007) nos alerta dizendo:

Essa nova morfologia do trabalho, que aqui tão- somente indicamos alguns pontos centrais, não poderia deixar de afetar os organismos de representação dos trabalhadores. Daí a enorme crise dos sindicatos, para ficar somente neste exemplo.(...) Aqui queremos tão –somente registrar que a *nova morfologia do trabalho* (grifo do autor) significa também um *novo desenho das formas de representação das forças sociais do trabalho* (grifo do autor)(...). O mais importante hoje é aquele movimento social, sindical ou partidário que consegue chegar às *raízes* (grifo do autor) das nossas mazelas e engrenagens sociais, tocando suas *questões vitais* (grifo do autor). E, para fazê-lo, é imprescindível conhecer a nova (e ampla) morfologia do trabalho, bem como as complexas engrenagens do capital. (p.22)

Essa constatação nos oportuniza a repensar os “caminhos de combate” que devemos empreender, tendo certeza que os desafios são incomensuráveis, pois a classe trabalhadora sofreu uma desestruturação, modificou-se, perdeu força a partir deste novo modelo do sistema capitalista. Um dos fatores que tem delineado esse novo momento são as novas modalidades de trabalho e a crescente necessidade de ter acesso ao

conhecimento sistematizado. Nesta nova configuração é indispensável a relação entre trabalho e educação, ou melhor, a compreensão deste enquanto princípio educativo. Neste ínterim, Saviani (2006) menciona que,

(....) Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural, não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (p.3)

Nesse aspecto, é que se percebe a importância da educação, pois a partir da relação que o ser humano estabelece com a natureza e com o seu grupo é que ele vai se apropriando e transformando o seu espaço na garantia de sua sobrevivência. Essa construção necessita ser entendida como uma gama de conhecimentos que ele vai adquirindo no processo educativo formal e não formal, que acontece na universidade e nos movimentos sociais. A nossa análise ancora-se na importância da universidade e a sua relação com os espaços populares de formação da cidadania, ou seja, os movimentos sociais. A compreensão de um espaço pedagógico imbuído e permeado de relações sociais e que estão presentes no território é um dos caminhos para o entendimento de construção de saberes coletivos que possam transformar-se em saberes acadêmicos e vice-versa. Arroyo (2003) aponta para a grandiosidade dos saberes socialmente construídos que ultrapassa a dimensão curricular academicista, pois vem recheado de uma lógica social coletiva.

A necessidade de construir currículos emancipatórios, que dialoguem com o saber construído nos movimentos sociais, que respeitem e convivam com a diversidade dos projetos e das ações coletivas, levando em consideração as especificidades dos sujeitos sociais, presentes no território, é uma oportunidade de estabelecer relações de proximidade entre a universidade e os movimentos sociais dentro de um território. Assim afirma Arroyo (2003):

Recuperar essa concepção mais alargada de educação como formação e humanização plena pode ser uma das contribuições mais relevantes da pedagogia dos movimentos para a educação formal e não-formal. Para o repensar e agir pedagógicos. Alargar esse foco supõe ver os educandos para além de sua condição de aluno, de alfabetizando, de escolarizando... Para vê-los como sujeitos de processos sociais, culturais, educativos mais totalizantes, onde todos estão imersos seja

na tensa reprodução de suas existências tão precárias, seja na tensa inserção em lutas tão arriscadas onde tudo está em jogo. (p.37)

É a partir dessa premissa que se pode pensar uma articulação entre a universidade e os movimentos sociais, onde os militantes passam a ser vistos como sujeitos de direitos, criadores de suas histórias, capazes de intervir e reconstruir uma nova dinâmica social. Segundo Dias Sobrinho (2005), esta é uma de suas tarefas, ou seja,

(...) a universidade tem formado inteligências e personalidades, produzido conhecimentos e técnicas, desenvolvido os instrumentos e artefatos que impulsionam as fábricas e tem sido a instância crítica e criativa da cidadania e da vida democrática. Em outras palavras, a universidade tem sido a instituição da sociedade dedicada a desenvolver, em seus espaços e em seus processos, a formação dos sujeitos sociais em suas completas dimensões. Ela é um espaço social em que os sujeitos sociais se formam e se constituem por intermédio de suas experiências com o saber e com os outros. (p.30-31)

Torna-se salutar, portanto, compreender que enquanto instituição social a universidade não pode equidistar-se dos problemas emergentes da própria sociedade, tampouco manter-se neutra diante das diversidades sociais. Ela possui um caráter peculiar, pois os conhecimentos que produz servem de instrumentos emancipatórios ou legitimam o “status quo”. Assim, podemos resumir, se dá a articulação política entre ensino, pesquisa e extensão.

A universidade também se constitui um espaço de construção de culturas e contraculturas, de novos paradigmas e quebra de outros que foram historicamente elaborados. Tal configuração faz parte de uma conjuntura de múltiplos determinantes. A decisão política da universidade é que vai garantir a sua nova reconfiguração. Pensar sob esta nova concepção nos leva a compreender a missão da universidade. Conectado a esta análise, Souza Filho (2005) aponta o seguinte:

Como uma instituição formada por pesquisadores e também formadora de pesquisadores, a universidade deve agir como o pesquisador age em seu trabalho: deve começar por formular problemas. Uma universidade deve ser capaz de formular problemas socialmente relevantes. Inseridas em regiões, com suas especificidades, seus problemas, as universidades devem indagar sobre as carências, as dificuldades, os dilemas dessas regiões. Uma universidade deve se perguntar sobre os problemas importantes das localidades em que se encontram instaladas: nas diversas áreas (educação, saúde, violência, direitos humanos, meio ambiente etc.), quais são os principais problemas? Que contribuições a universidade pode oferecer à sociedade para o enfrentamento desses problemas?

Que sugestões podem apresentar à sociedade, aos poderes públicos?
Que diálogo pode sustentar com os diversos segmentos sociais,
discutindo questões relevantes para a população local? (p.180)

A reflexão do autor apresenta elementos que anunciam que os atores sociais vivem em localidades impregnadas de conflitos. Seu questionamento pauta-se nos desafios que são colocados para os sujeitos sociais que vivem e convivem neste espaço. É preciso compreender o papel questionador da universidade a partir da realidade e também o papel de fomentador de sugestões que devem ser apresentadas tanto para a sociedade como para o poder público. Responder esses dilemas articulados com os movimentos sociais torna-se um ato político imprescindível.

A presença da universidade no território se afirma enquanto parte integrante dos conflitos e contradições inerentes aos seus atores sociais. No exercício de suas atividades no atendimento às demandas outrora apresentadas se ampliam. Neste contexto, efetiva-se sua afirmação identitária enquanto instituição. Corroborando com esta reflexão, Chauí (2003) menciona que:

Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde o seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma *prática* social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturadas por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. (p.05)

A concepção de universidade a partir desse pressuposto nos aponta para a necessidade de construção de caminhos cada vez mais sólidos entre a universidade e os movimentos sociais. É necessário o desdobramento dessa assertiva em ações coletivas, onde cada um, a partir de sua singularidade, do respeito à sua constituição histórica, possa contribuir dialeticamente na edificação de um mundo melhor. Essa é uma opção política de universidade.

Ainda sob este aspecto, cada vez mais a sociedade exige da universidade respostas para suas demandas sociais, culturais, éticas, políticas e econômicas. Isto tem se concretizado muito a partir do momento em que é provocada a responder a uma diversidade de desafios impostos pela lógica capitalista. Na compreensão dessa nova demanda, é importante perceber o que diz Dias Sobrinho (2005):

(...) a universidade sempre se fortaleceu e se transformou, em acordo ou desacordo, respondendo as demandas majoritárias de seu tempo. A grande questão que se lhe coloca é a de que não lhe basta ser coetânea de seu tempo; mais que isso, ela precisa estar adiante de seu tempo. Transforma-se por efeito das mudanças que ocorrem em todas as esferas, mas também produz as transformações do mundo. Não deve, entretanto, perder a capacidade de se autodeterminar. Esta questão, hoje, é particularmente delicada e tem produzido sentimentos de incertezas e ambiguidades. (p.32-33)

Essa reflexão nos aponta para o momento desafiador vivenciado pela universidade enquanto instituição de ensino superior. Sintonizada com o tempo presente, possui a determinação política de sua responsabilidade na provocação de mudanças que podem ser feitas na sua própria estrutura, bem como aquelas realizadas ao seu redor. O entendimento desses desafios constrói caminhos novos de atuação da universidade. Outro aspecto importante nesta abordagem é o que diz respeito à sua autonomia política, pedagógica, administrativa e financeira. A capacidade de autodeterminar-se é condição *sine qua non* para a sua atuação de maneira livre, mas comprometida com o seu *lócus* de ação.

Confirmando essa abordagem, a Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LBDEN n.º 9.394/1996) em seu artigo 43, inciso III apresenta uma das finalidades da Educação Superior:

Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

Para que este preceito seja cumprido, a autodeterminação é fundamental, pois a partir dela a universidade, juntamente com os movimentos sociais, elabora projetos e programas na área do ensino, pesquisa e extensão, que fomentem o desenvolvimento territorial de forma articulada e contextualizada. A sociedade contemporânea tem apresentado desafios incomensuráveis para as instituições, na medida em que fragmenta os espaços territoriais transformando-os em “não lugares” (AUGÉ:1994), fortalecendo o não pertencimento dos atores sociais. Nesse sentido, afeta diretamente a universidade e sua estrutura. Entretanto, essa desestruturação pode ser analisada sob o prisma de uma abordagem dialética, a partir de suas contradições, dado que, por um lado a lógica capitalista fragmenta e, por outro lado, os movimentos sociais, através de suas ações

coletivas, podem construir novas realidades perpassadas por uma nova concepção societal que deve ser construída no embate diário.

Outro aspecto fundamental diz respeito à lógica organizacional que está presente na instituição universitária. Isto se efetiva em sua estrutura administrativa, política e pedagógica. Enfatizando esse modelo trazemos para a análise desse trabalho a experiência *multicampi* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que se encontra presente nos vinte seis territórios. A UNEB possui vinte e nove (29) Departamentos em vinte e quatro (24) *campi*, localizados em vinte e quatro (24) municípios. Alguns *campi* tem mais de um Departamento. Com esta dimensão ela consegue atender todo o estado.

1.3 Universidade do Estado da Bahia: o *campus* de Barreiras

O nascimento da Universidade do Estado da Bahia está inserido na lógica de expansão do ensino superior como também da crise da educação pública. A sua fundação ocorreu em 1983 e está organicamente ligada ao Governo do Estado da Bahia pela Secretaria Estadual de Educação (SEC) que ainda mantém sob sua responsabilidade administrativa e financeira as seguintes universidades: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade do Sudoeste Baiano (UESB) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Das quatro estaduais, a Universidade do Estado da Bahia é a única que está presente em todo o território baiano. Ela mantém relações diretas com os quatrocentos e dezessete municípios⁶ por meio de seus cursos, projetos e programas. Devido à sua heterogeneidade, esta instituição apresenta algumas peculiaridades que a diferem das demais universidades estaduais da Bahia. Entre essas peculiaridades está sua estruturação em *multicampia*⁷. Sendo assim, estudar a Universidade do Estado da Bahia é analisar a sua estrutura *multicampi*, avaliando sua inserção territorial e o papel sócio-político-cultural que cada um desses “*campi*” exerce. Segundo Fialho (2005), “a

⁶ A UNEB se faz presente através de programas e ações extensionistas com instituições públicas e privadas, beneficiando milhões de baianos em sua maioria desfavorecidos e excluídos. (www.uneb.br/institucional). Acesso em 24.10.2010.

⁷ Estrutura organizacional desconcentrada na sua dispersão físico-geográfica (FIALHO, 2005, p.20). Esse modelo oportuniza a presença da Universidade nos 26 Territórios de Identidade do Estado da Bahia.

multicampia permite o contato permanente com a multiplicidade de realidades diversas e heterogêneas” (p.99).

A sua presença em várias regiões contribui para o desenvolvimento local, bem como para o surgimento de saberes imbricados numa dada realidade. É importante que sua atuação prestigie a identidade, a história e a cultura dessas regiões. Para que isso se concretize as relações político-dialéticas precisam ser cada vez mais estreitadas. Os Departamentos da Universidade espalhados no território baiano precisam ecoar os anseios dos atores sociais presentes nesta diversidade que é o nosso Estado. Neste sentido, trazemos como um dos elementos de discussão desse trabalho o Departamento de Ciências Humanas situado em Barreiras no oeste da Bahia.

O Departamento de Ciências Humanas de Barreiras está situado no oeste da Bahia, na cidade de Barreiras que se encontra a quase 900 km de Salvador e 650 km de Brasília. Esta região é conhecida nacionalmente pelo seu grande potencial agrícola, principalmente, a agricultura de exportação que teve a partir da década de 70 todo o incentivo desenvolvimentista. O potencial econômico é visível a partir do avanço do chamado “agronegócio” que tem se afirmado na região e trazido transformações profundas no que diz respeito à economia, à sociedade, ao meio ambiente, à política e à cultura.

Nessas quatro décadas identificamos que esse território tem sido palco de profundas transformações que tem refletido em vários aspectos que vão desde a ampliação da logística para atender os interesses do grande capital⁸, até a crescente precarização socioeconômica presente em quase todos os municípios que compõem o território. É neste palco de contradições que nasce o *campus* da Universidade do Estado da Bahia. Segundo Carvalho (2008):

A implantação do Campus da Universidade estadual na cidade de Barreiras acompanhou o grande ciclo de desenvolvimento iniciado na década de 70 com os primeiros projetos de agricultura irrigada, acelerando-se na década de 80. Fatores como o baixo preço de terra, incentivo e financiamentos públicos, aliados as características favoráveis de solo, clima e potencial hídrico, transformou Barreiras em um dos grandes celeiros do agronegócio nacional. (p.64)

⁸ Essa afirmação se concretiza com a construção da Ferrovia Leste-Oeste que tem como principal função o escoamento dos grãos produzidos na região oeste.

É nesse contexto de crescimento e graves problemas sociais, culturais e ambientais que temos uma instituição pública de ensino superior presente há trinta anos neste território. Durante todo esse período, ela vem sendo responsável pela formação de vários profissionais através de seus bacharelados e licenciaturas.⁹ Estar presente em todo o território baiano, conhecer a realidade das pessoas que aqui residem, ter condições de, concretamente, contribuir na gestão territorial é um grande desafio. A *multicampia* implantada pela UNEB tem sua origem em questões eleitoreiras, pois uma boa parte dos cursos implantados em vários municípios atendeu aos interesses dos políticos locais. Entretanto, contraditoriamente, podem contribuir para a construção de projetos alternativos ao crescimento desigual vivenciado em nosso estado, combatendo a pobreza que ainda assola o território baiano. Sob esse arcabouço de contradições, vive a universidade em sua estrutura institucional e, ao mesmo tempo, parte integrante do processo de reestruturação do modelo de universidade. Silva (2006) menciona a importância da “universidade como *lócus* de resistência, é local de confronto ideológico e disputa política” (p.235).

Na abordagem apresentada pela autora, notamos as contradições impostas pelo modelo societal capitalista que insiste em transformar as universidades em organizações sociais, contrariando as ações construídas pelos diversos movimentos dos educadores do ensino superior em defesa dessa instituição universitária. Além das disputas internas vivenciadas pela universidade, ela convive também com as questões territoriais e com os projetos macro que caminham ao seu lado, tais como a Reforma do Estado. Todas estas ações influenciam diretamente os seus estatutos internos. Uma das grandes batalhas atuais relaciona-se com a questão da formação do seu quadro docente. As demandas apresentadas pela contemporaneidade exigem do docente qualificação. Sem esta ele não consegue “progredir” em sua carreira profissional. A interiorização dessa qualificação ainda é extremamente precária.

Essa afirmação se concretiza no Departamento de Ciências Humanas de Barreiras que possui em seu quadro 89 docentes, sendo apenas 11 doutores.¹⁰ Corroborando com essa análise, Gamboa (2003) apresenta a seguinte reflexão:

⁹ O campus de Barreiras possui os bacharelados de Engenharia Agrônômica, Agronomia Sustentável e Ciências Contábeis. As licenciaturas são de Biologia, Letras, Matemática e Pedagogia. Atualmente sedia também vários cursos de licenciatura que pertencem à Plataforma Freire (PARFOR).

¹⁰ Informações obtidas na Direção do Departamento em fevereiro de 2011.

A pesquisa educacional foi restringida, de fato, aos programas de pós-graduação. Neste contexto, as condições para o desenvolvimento da pesquisa foram atreladas aos Planos Nacionais de Pós-Graduação e as agências de fomento direcionavam seu apoio à manutenção do binômio: pós-graduação-pesquisa. Dessa forma impossibilitou-se o desenvolvimento da pesquisa na graduação ou como pesquisa docente, independente da pós-graduação. (...) (p.78)

Como aponta o autor, vivenciamos os paradoxos do tripé ensino-pesquisa e extensão quando a pesquisa é pouco estimulada na graduação sendo “deixada” para o outro nível do ensino superior que é a pós-graduação. Nesse contexto, percebemos que embora a universidade esteja presente em “todos os cantos do Bahia”, ou seja, nos territórios, existe ainda uma carência de pesquisas, devido ao número inexpressivo de doutores e mestres.¹¹ É preciso neste momento trazermos à tona essas contradições: se por um lado, vive-se a pressão por produtividade para a progressão funcional, de outro não existe política de incentivo ao trabalho, sobretudo no interior do Estado. Boa parte dos profissionais acaba conciliando o momento da formação com as atividades laborais. Muitos docentes são obrigados a deixarem o seu estado ou a sua cidade para irem em busca da formação em pós-graduação *stricto sensu* devido ao reduzido número de vagas nos mestrados e doutorados na Bahia, o que transforma esse momento tão especial em uma luta ferrenha.

A realização de pesquisas a partir de uma visão territorial é um dos caminhos para a universidade pensar a partir do seu *lôcus*, colocar a serviço da sociedade a ciência que produz, como também, construir, dialeticamente, novos conhecimentos com os movimentos sociais.

Ademais, Chauí (2003) discute a relação que a universidade pode construir com a sociedade quando diz:

É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas (p.06).

¹¹ A Universidade do Estado da Bahia possui 1949 docentes, sendo 361 doutores efetivos e 07 doutores contratados, 738 mestres efetivos e 109 contratados, 523 especialistas efetivos e 175 contratados. FONTE: Sistema Integrado de Gestão de Pessoas - BETA. Março de 2011. UNEB- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Essa atitude conflituosa no território é fundamental, pois o mesmo é permeado de conflitos e nesta pluralidade de saberes são gestados e construídos novos conhecimentos. No fortalecimento dessa análise, Fialho (2005) apresenta a seguinte reflexão:

Enfim, uma universidade – qualquer universidade- tanto promove como se sujeita, interage e reage aos níveis e às condições de desenvolvimento regional e local. Numa universidade multicampi, esta situação é potencializada pela diversidade de campus em contato com tantas realidades distintas. A instituição universitária multicampi não é um fenômeno social isento das condições que produzem fenômenos sociais. (...) Sua fixação geográfica é determinada pelas forças que definem a apropriação diferenciada do território. Sua presença naquele lugar (re)ordena o uso daquele espaço. (...) (p.115)

Diante do exposto, podemos afirmar que o Departamento de Ciências Humanas de Barreiras, enquanto parte integrante do Território, pode contribuir em sua edificação e estruturação, pois sendo uma instituição de pesquisa, ensino e extensão, deve colocar a serviço deste território os conhecimentos produzidos nas relações dialéticas que estabelece com outras instituições, bem como construir de forma coletiva e articulada novos saberes. Para que isso ocorra, é imprescindível compreender as várias interfaces que regem essa relação na elaboração de saberes que vão dialeticamente sendo construídos e reconstruídos. No entanto, essa ação ainda não se efetiva, pois a universidade continua fragmentando o conhecimento e tornando-o desprovido de significado para as pessoas ou instituições que atuam no território.

1.4 Na tessitura do conhecimento acadêmico constrói-se o compromisso com a sociedade

Uma das funções políticas e pedagógicas da universidade está em colocar os conhecimentos que produz a serviço da sociedade. Para que isto ocorra, as relações dialógicas com os movimentos sociais e demais segmentos da sociedade precisam ser cada vez mais estreitadas. Neste sentido, denominamos de universidade “territorializada” àquela que vive uma relação de pertencimento com os sujeitos

históricos que habitam o território, construindo parcerias, ajudando na elaboração de projetos e programas que visam às ações coletivas. A formalização dessas ações não acontece harmonicamente, pois a sua territorialidade é permeada de conflitos, devido sua constituição e o seu caráter investigativo. Levando em consideração essa abordagem, Romano (2006) apresenta a seguinte consideração:

A universidade forma indivíduos para as mais diversas áreas do pensamento. O universo humano é o seu horizonte. Ela serve às comunidades locais no mesmo impulso em que serve a comunidade nacional internacional, e vice-versa. Toda universidade digna deste nome não se limita ao espaço e tempo da imediatez. Ela realiza a passagem do singular ao universal e permite aos cidadãos de uma cidade perceberem seus problemas e esperanças em nível cósmico. (...) (p.20-21)

É, portanto, necessário haver uma relação que precisa ser cada vez mais estabelecida entre as demandas locais e os problemas universais. O território no qual a universidade e os movimentos sociais estão inseridos não está isolado, ele está incrustado em uma dada realidade que se articula tanto localmente, quanto universalmente. O pensar e o agir local não podem ser descontextualizados. É preciso superar a universidade desterritorializada. Torna-se fundamental abordar que essa desarticulação existente se fortalece com a implantação da Reforma do Estado Capitalista Brasileiro que em sua gênese apresenta a mudança na constituição da universidade. Neste âmbito, Chauí (1999) adverte que

(...) a Reforma do Estado transforma a educação de direito em serviço e percebe a universidade como prestadora de serviços, confere um sentido bastante determinado à idéia de autonomia universitária, e introduz o vocabulário neoliberal para pensar o trabalho universitário, como transparece no uso de expressões como “qualidade universitária”, “avaliação universitária” e “flexibilização da universidade” (p.215).

Tal abordagem concretiza-se quando se introduz na universidade todo um discurso “neoliberalizante”, criando um fosso entre a educação enquanto direito e educação enquanto mercadoria, podendo ser vendida e comprada de acordo com a capacidade econômica de cada sujeito. Lima (2006) discute a transformação dos serviços públicos em mercadoria. Em suas palavras:

A extensa e profunda divisão social do trabalho necessária à institucionalização do capitalismo importando no desdobramento da

mercadoria em dinheiro mostram, sem sombra de dúvida, que o leitmotiv da produção fundada no capital não visa o bem-estar da sociedade, a melhoria da qualidade de vida – saúde, emprego, habitação, educação, saneamento, etc. A produção de mercadorias tem por objetivo a produção de mais-valia que se metamorfoseará em lucro, seja comercial, industrial e/ou financeiro. (p.98-99)

Essa visão mercadológica contribuiu para o crescimento das privatizações no ensino superior, o surgimento de faculdades de qualidade “duvidosa”, pois os parâmetros deixaram de ser a necessidade e o desejo da população em ter acesso a universidade, mas o retorno econômico que essas novas instituições poderiam fornecer. Nesse mesmo aspecto, Silva (2006) menciona que,

(...) o ensino superior sofre mudanças na sua identidade e no projeto de desenvolvimento institucional das universidades públicas. A escassez de recursos as tem levado a cuidar dos problemas emergenciais de manutenção em detrimento das questões acadêmico-pedagógicas, da consolidação da identidade institucional, do projeto de desenvolvimento sob uma perspectiva social e de uma real inclusão, ampliando-lhe o acesso e possibilitando a permanência dos que nela ingressarem. (...) (p.223)

Essa afirmação nos apresenta alguns aspectos importantes que vão desde a identidade da universidade, passando pela diminuição dos recursos e envolvendo a discussão da inclusão que não é apenas o acesso, mas a permanência daqueles que nela chegam. Corroborando com essa análise, observamos o que diz Frigotto (2005) em um debate envolvendo universidade e mundo do trabalho. Ele posiciona-se dizendo:

(...) a universidade pública e a educação básica de nível médio estão cada vez menos na agenda da classe burguesa brasileira detentora e associada, de forma subordinada, ao sistema capital mundial. Mesmo o ensino fundamental, que ainda não é universal, caracteriza-se por uma enorme desigualdade entre os diferentes grupos ou frações de classe social. (p.24).

Todo esse processo aponta para a importância e necessidade de construção de saberes “grávido” de compromisso social, saberes que possam subsidiar e apontar caminhos na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Mais uma vez recorremos ao debate em torno das contradições que permeiam a função da universidade. Formar professores capacitados é muito importante, mas ter professores

pesquisadores e comprometidos com as transformações sociais, políticas e econômicas é imprescindível neste novo panorama mundial.

A tessitura de um novo conhecimento acadêmico pode se concretizar nas relações gestadas entre a universidade e os movimentos sociais. Assim, a formação do professor precisa articular em sua prática pedagógica o ensino, a pesquisa e a extensão, como ato político imprescindível para essa nova universidade.

O conhecimento do território e de seus atores oportuniza um redesenho desta instituição social. A construção de projetos e programas articulados com os sujeitos sociais presentes no território sinaliza que a universidade pretende, dentro de sua complexidade, “reinventar” novas posturas pedagógicas, a partir de suas contradições, reconhecendo os seus limites institucionais, fomentando a criação de novas relações sociais.

A construção e a reelaboração de novas atividades que ultrapassem o contexto de sala de aula, reapresentam-se para o professor como uma possibilidade de ampliar o seu fazer pedagógico, dando ao mesmo a perspectiva de construir uma nova dimensão profissional. Segundo Souza Filho (2006):

A universidade cumpre o seu papel quando forma profissionais “inconformados, inadaptados”, profissionais capazes de se indignar e de produzir indignação diante das desigualdades e das injustiças, diante da discriminação e da violência. (p.183)

A “indignação” quando associada aos anseios dos movimentos sociais produz novos saberes acadêmicos, que podem nortear a construção de diversas ações de enfrentamento no que se refere à disputa no campo do poder. Outro aspecto a salientar é a discussão a respeito da qualidade universitária. Não podemos quantificá-la. No entanto, o que vemos é um *rankiamento* a partir dos parâmetros estabelecidos na lógica neoliberal, pois o conceito de qualidade, como outros, foram apropriados pelo Estado e confundem o debate de democratização da educação. A esse respeito, Silva (2003) posiciona-se dizendo:

(...) é importante chamar a atenção para o significado que o conceito de qualidade toma nas orientações dos organismos internacionais fomentadores de políticas educacionais, como o Banco Mundial. (...) As preocupações têm se voltado para os resultados do sistema escolar e esses devem ser adequados às exigências do mundo do trabalho (...) (p.73).

Portanto, essa discussão em torno da qualidade não pode ser isolada do contexto da reestruturação produtiva que atingiu em cheio o mundo do trabalho, tornando-o vulnerável e cada vez mais flexível. Nessa conjuntura tão diversa, interessa-nos compreender a universidade enquanto instituição pública, produtora de conhecimentos, conforme posiciona-se Chauí (2001).

Destacamos ainda que, a discussão sobre qualidade precisa ser focada também nas relações com os movimentos sociais, que diretamente são atingidos por essa nova lógica societária. A tessitura do saber acadêmico será gestada no confronto, na formação de “intelectuais orgânicos” capazes de enfrentarem e reconstruírem uma nova “sociabilidade”. Essa construção muitas vezes enfrentará obstáculos, pois fugirá da lógica capitalista que, segundo Neves (2006), o Estado em suas reformas educacionais preconiza,

(...) a reforma da educação superior em processo de implantação, contribuem de modo significativo para a formação ético-política desse novo tipo de intelectual urbano. Elas se propõem a disseminar e consolidar uma cultura cívica, na qual o cidadão, transmutando-se de sujeito de direito para assistente social, individual ou coletivamente, assume o papel do Estado na promoção do “bem-estar social”. (p.95).

Contrariando essa concepção recomendada pelo Estado, a universidade, em sua relação dialética com os movimentos sociais, vai transformando as ações que a sociedade capitalista espera dela na formação do “sujeito em assistente social”, em uma nova reconfiguração sócio-política e cultural. Na concretização dessas ações, é imprescindível o estabelecimento de parcerias, a construção de projetos coletivos, a elaboração e afirmação de identidades. A desconstrução de uma lógica e a possibilidade de estruturação de outra não se efetiva de uma hora para outra. A vivência histórica tem nos mostrado que precisamos estar sempre vigilantes nesta construção. A elaboração do saber novo comprometido com os movimentos sociais nascerá das relações dialógicas que serão estabelecidas entre estes e a universidade. Segundo Dias Sobrinho (2005):

A educação, a informação e o conhecimento oferecem as melhores possibilidades para os cidadãos e as nações enfrentarem as violentas ondas globais que inundam todos os vãos e desvãos do planeta. Porém, é essencial também contar com as âncoras da pertinência e da responsabilidade social que vinculam as pessoas às suas identidades concretas, para que assim possam ver com mais clareza e propriedade

o horizonte ético, a direção e sentidos do futuro a construir, como indivíduos autônomos e nação soberana. (p.245)

Neste contexto acreditamos que a construção dialética do saber acadêmico está entrelaçada com a afirmação dos valores éticos políticos e culturais. Sua tessitura se efetiva na relação com os movimentos sociais. Souza Filho (2005, p.180) apresenta para a universidade a tarefa de ajudar na resolução dos principais problemas da sociedade, tais como saúde, educação, violência, direitos humanos. Todos esses desafios estão presentes no território. A construção dessa “nação soberana” que menciona o autor não se efetiva fora do enfrentamento cotidiano com a diversidade de atores sociais que vivem neste espaço social e político. Nesta luta diária, as contradições são evidenciadas. É fundamental a compreensão de que elas vão aflorar a cada instante. Portanto, as relações são efetivamente dialéticas.

De forma mais ampla, precisamos a partir das realidades apresentadas no território construirmos novos olhares, novas intervenções, novas posturas. Tudo isso se efetiva nos caminhos coletivos estabelecidos entre a universidade e os movimentos sociais. A crença de que essa relação é necessária e possível, embora conflituosa, contribui para que possamos estabelecer vínculos mais efetivos entre essas duas instituições.

CAPÍTULO 2

MOVIMENTOS SOCIAIS: nossas reflexões e seus desafios contemporâneos

*Os movimentos são fluidos, fragmentados,
perpassados por outros processos sociais.
Como uma teia de aranha eles tecem redes
que se quebram facilmente, dada sua
fragilidade; como as ondas do mar que vão e
voltam eles constroem ciclos na história, ora
delineando fenômenos bem configurados, ora
saindo do cenário e permanecendo nas
sombras e penumbras, como névoa
esvoaçante. Mas sempre presentes.
Maria da Glória Gohn*

Neste capítulo discutiremos os movimentos sociais, sua importância, seu papel no território na Bacia do Rio Grande e a relação que estabelecem com a universidade. Como diz a autora da epígrafe, eles não vivem uma lógica histórica linear. Operam de forma diversificada, aparecem e desaparecem de acordo com os momentos sociais, políticos, econômicos e culturais, demonstrando, através da complexidade em que vivem, atuações plurais e coetâneas com o tempo presente.

O nosso entendimento a respeito dos movimentos sociais está pautado na compreensão que são frutos de várias ações que envolvem uma coletividade. Por isso quando se fala deles é fundamental que tenhamos o entendimento qual ótica e movimento ou movimentos estamos nos referindo. Nesse aspecto podemos afirmar que o Brasil viveu e ainda permanece ladeado dessas ações coletivas. Sob essa perspectiva podemos dizer que a população indígena ao reagir contra o domínio português, foi precursora nos movimentos sociais no território brasileiro. A partir daí, vivemos uma infinidade de ações coletivas. Dos indígenas da colonização ao Movimento Sem-Terra da atualidade, somos um país que apresenta em sua história política, social, econômica e cultural várias formas de reação ao poder constituído. Evidentemente que a totalidade dessas ações foi sendo diversificada a partir de múltiplas determinações.

2.1 Conceituando os movimentos sociais: papel e função

Partindo do pressuposto de que os movimentos sociais estão inteiramente relacionados aos processos de ações coletivas, percebemos que estas também mudam de acordo com as questões históricas. Não existe um conceito pré-determinado. Ele está inserido nas questões sociais, políticas, econômicas e culturais de cada tempo. Hobsbawm (1995), quando discorre sobre as grandes transformações ocorridas no século XX, deixa claro que foi neste período que ele denomina como “breve” que aconteceram as mudanças profundas vivenciadas pela humanidade¹². O que constatamos são os reflexos destas modificações no cotidiano de cada cidadão, de cada cidadã, que acabam gerando ações e reações a partir das interferências ocorridas. Os movimentos sociais demonstram através de suas pautas a insatisfação diante da retirada

¹² No livro *A era dos Extremos: o breve século XX*, o autor apresenta as grandes transformações vivenciadas neste século. É um contraponto ao seu livro anterior que fala sobre o longo século XIX.

e/ou o não cumprimento de direitos. De acordo com Gohn (2007), os movimentos sociais podem ser caracterizados,

(...) como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas. (p. 13).

Nesta compreensão afirmamos que os movimentos sociais enquanto ação coletiva demonstram, a partir da conjuntura social, política e econômica uma multidimensionalidade de atuação. Evidentemente que pode apresentar caminhos diferenciados, pois quem determina o que fazer, como e quando são as circunstâncias apresentadas em cada tempo e lugar. Em decorrência dessa visão plural, não se deve generalizar as ações coletivas provenientes do movimento social, nem tão pouco menosprezá-la. Independentemente de qualquer modelo econômico, existem caminhos construídos de reação às imposições apresentadas. Aí reside à dinâmica política que perpassa as ações coletivas.

Outro aspecto fundamental está associado ao contexto histórico. Os movimentos sociais atuam de acordo com a diversidade do mesmo. É ele que determina o tipo de ação ou ações a serem desenvolvidas. Em vários momentos elas podem associar-se com outras questões, em outros podem até mesmo contrariar. Tudo isso depende da multiplicidade dos determinantes políticos, econômicos, sociais e culturais. O momento histórico com toda sua complexidade vai delineando a ação dos movimentos sociais e dos seus sujeitos sociais.

Daí que hoje, quando se fala em movimentos sociais devemos considerar a diversidade de demandas decorrentes da sociedade contemporânea. O mundo atual tem sido palco de muitas transformações que interferem diretamente na vida das pessoas. As mudanças vão desde as questões macro da economia e da política, passando também pelas sociais, culturais, ambientais e éticas. Neste sentido, percebemos alguns reflexos em relação aos movimentos sociais, pois, historicamente, a sua gênese coaduna com a expansão do modelo capitalista.

As primeiras ações coletivas registradas na sociedade moderna estão relacionadas ao processo de exploração causado à classe trabalhadora em decorrência da Revolução Industrial. A introdução da maquinofatura no processo produtivo imprimiu mudanças incomensuráveis aos responsáveis diretos pela produção. Os trabalhadores deixaram de ter o controle de seu produto, passando a vender sua força de trabalho aos donos do capital. O início da industrialização foi marcado de um lado, pelo grande crescimento econômico, da produção em série e de outro, pela intensa divisão da força de trabalho e tamanha exploração da classe trabalhadora. Diante de tudo isto a única solução encontrada naquele momento era a destruição e a quebra das máquinas¹³, pois elas simbolizavam a exploração que eles vivenciavam. Agindo desta forma, os operários pensavam que estariam destruindo a causa de seu sofrimento.

Passado esse momento, outra forma de enfrentamento organizado pela classe trabalhadores que podemos nominar de as primeiras organizações coletivas foi a criação de uma caixa comum de ajuda mútua. Quando falecia um companheiro, esses recursos eram destinados para o funeral e serviam também para contribuir com as viúvas e filhos órfãos que ficavam totalmente desamparados à mercê da própria sorte. Aos poucos, os trabalhadores foram construindo suas organizações com o objetivo de lutarem pelos seus direitos. A história registra uma infinidade de instituições e formas de lutas como também a reação dos donos do capital a toda essa movimentação operária. Sem sombra de dúvida, sem o enfrentamento, sem a contestação, a classe trabalhadora não tinha alcançado os direitos que possui na atualidade. Corroborando com essa afirmação, Siqueira (2007) menciona que:

(...) os movimentos sociais, expressos na luta dos trabalhadores e demais oprimidos pela lógica do capital, entram freqüentemente em conflito com a sociabilidade dominante na medida em que superam os mecanismos que os restringem aos interesses imediatos e particularizados, dirigindo-se para a constituição de novas relações sociais e econômicas. (p.08)

Nesse sentido, entendemos que todas essas lutas contribuem para a consolidação de uma sociedade baseada em outros paradigmas políticos e econômicos.

¹³ A quebra das máquinas no início da industrialização ficou conhecida na história como Ludismo. Essa atitude simbolizava a destruição daquilo que diretamente relacionava-se à exploração vivenciada pela classe trabalhadora.

Cabe aos movimentos sociais, no embate diário com a lógica capitalista vigente a edificação de uma nova “sociabilidade”, principalmente neste cenário contemporâneo.

2.2. Os movimentos sociais na contemporaneidade

A sociedade contemporânea conjunturalmente apresenta-se como um período bem delimitado na história da humanidade. Ao refletirmos as questões político-sociais e econômicas do século XX, identificamos que um vendaval de mudanças afetou direta e indiretamente a vida de todas as pessoas. Quando se refere a esse período, Berman (1986) denomina-o de turbilhão que move e mexe com todas as pessoas. O sujeito pós-industrial, ou melhor dizendo, contemporâneo, é apresentado como protagonista de uma dinâmica interna e externa diferenciada. Ele vive o aqui e o agora e, por isso, não consegue absorver tudo que lhe é apresentado, mas sente necessidade de “entender e responder” os desafios deste tempo. Um dos grandes reflexos desta dita “modernidade tardia”, é a desterritorialidade, o não-pertencimento, que produz um sujeito descentrado, desenraizado e, conseqüentemente, descomprometido com o outro, pois é necessário viver o tempo-presente, na velocidade de seus acontecimentos.

Nas palavras de Berman (1986):

(...) Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor □ mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e de nacionalidade, de religião e de ideologia: nesse sentido pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. (p. 9).

Desde a modernidade os sujeitos vivem situações conflituosas, pois tem necessidade de acreditar, de construir algo diferente, mas vive as turbulências de seu tempo. Suas raízes que poderiam ser consideradas sólidas apresentam vicissitudes, suas crenças são abaladas. A angústia se instala. O que mais impressiona neste contexto é a destruição dos referenciais e a banalização do cotidiano. As pessoas não se incomodam mais com os problemas diários que passam a ser vistos como “normais”. Fávero (2002) diz que “só a falta pode levar à consciência do que está faltando aos homens, pela

percepção do vazio daquilo que lhe falta. A miséria absoluta não é bom terreno para a esperança” (p.135).

A sociedade contemporânea estruturou-se a partir de estratégias que colocaram os homens e mulheres indiferentes aos acontecimentos de suas vidas cotidianas. É pautada pela velocidade, pelas relações efêmeras, que conduzem aos desgastes sociais, políticos e ambientais, que têm colocado o sujeito social numa situação de instabilidade. A modernidade foi capaz de produzir a fragmentação de seus conhecimentos, o abalo de suas crenças, à destruição da esperança.

Desta forma, o processo de indignação vai sendo substituído por outros tipos de intervenção e mobilização social, ficando, infelizmente, nas lembranças e registros dos antigos militantes políticos. O século XX aponta para a necessidade de ampliar o olhar e a compreensão deste momento presente. Na perspectiva de Hobsbawn (1994), não se pode analisar o enfraquecimento das relações comunitárias, a crise de identidades, o esgarçamento da sociedade civil apenas sobre os efeitos do avanço científico-econômico e tecnológico. É preciso entender as mudanças que foram operacionalizadas no íntimo de cada sujeito, na relação que este sujeito estabelece consigo, com o outro e com o território em que vive. Segundo Gohn, (2004):

(...) os antigos militantes envelheceram ou cansaram-se, ou tornaram-se dirigentes de organizações, parlamentares etc. E não se formaram novos quadros de militantes. Os poucos novos que surgiram passaram a atuar de forma radicalmente diferente. O *slogan* “o importante é ser feliz” é bastante ilustrativo. Ninguém quer mais sobrepor os interesses dos movimentos aos de sua vida pessoal, particular. A militância passou a ser mais seletiva e qualitativa. A militância quantitativa □ que dava visibilidade aos movimentos nas ruas, na mídia etc., □ reduziu-se consideravelmente ou simplesmente desapareceu. (p.340)

O principal destaque deste momento histórico é a possibilidade de reconstrução da identidade das pessoas como sujeitos sociais que apresentam novas postulações, que revigoram suas lutas a partir de atuações diversificadas. Essa nova roupagem demonstra que a tentativa de sua destruição, do discurso do fim da história, fruto da sociedade pós-industrial, tem produzido uma nova forma de ação coletiva. Essa nova configuração dos movimentos e de seus militantes é resultante deste modelo de sociedade capitalista, que impõe aos sujeitos sociais novos olhares, como também novas atuações. Temos um novo perfil de militantes e, conseqüentemente, uma permanente e gradativa

configuração, que apresentam atuações diversificadas, que se constitui em redes, que se articulam por meios midiáticos, que ampliam suas agendas políticas a chegam até mesmo a reestruturá-las.

Em tal contexto, esse militante também passa por um processo de autotransformação, pois assume vários papéis, que podem até se contrapor. O mesmo militante tem posições diversas: mulher, negra, moradora da periferia, funcionária pública e, assim, por diante. Neste exemplo, temos inclusos vários papéis na constituição da identidade do sujeito, entre eles: gênero, etnia, categoria profissional e etc. Desse modo, observamos que a sociedade pós-industrial está contribuindo para emergir novos sujeitos sociais. Gohn (2007) posiciona-se a esse respeito, dizendo que:

A noção do novo sujeito histórico, povo, um dos eixos estruturantes do movimento popular, reformulou-se, assim como deu sentidos e significados às suas práticas. Resulta desse processo uma identidade diferente, construída a partir da relação com o outro, e não centrada exclusivamente no campo dos atores populares. Esse outro estava presente nos relacionamentos desenvolvidos com novas formas de associativismo emergente, interações compartilhadas com ONGs e a participação nas políticas. (p.24)

Dessa forma, compreendemos as alterações significativas que os movimentos sociais têm vivenciado. A própria organização popular vem sofrendo profundas transformações. Percebemos uma mudança radical no estabelecimento das mobilizações, como também de participação das pessoas. O militante tem aperfeiçoado sua atuação. Essa nova configuração é acentuada por múltiplas determinações, que perpassam pelas questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Neste rol, observamos que a lógica imposta pelo capital produz novas atuações dos movimentos sociais. Neste novo cenário, é possível vislumbrar perfis diferenciados dos que militam e também das formas de organizações comunitárias.

A partir dessa visão, notamos que esta nova *performance* está associada diretamente à concepção de Estado que vem se constituindo na contemporaneidade. O que se caracteriza cada vez mais é a retirada do mesmo de algumas questões e a convocação da sociedade para que assuma determinados papéis. Diante disso, vivenciamos uma espécie de “crise”, ou melhor, dizendo, de novas atuações dos movimentos sociais. Sob esse aspecto, Bocayuva (2000) apresenta a seguinte reflexão:

As atuais metamorfoses no regime de acumulação e seus efeitos espaço-temporais incidem sobre as dinâmicas coletivas, redefinindo

os elos centro e periferia, reestruturando o modo de produção e reprodução social. O impacto da acumulação flexível e das formas da sociedade informacional como características da atual transição nos modelos de desenvolvimento, redefinindo a economia mundo do capital, revolucionam as condições que entrelaçam a dimensão objetiva e subjetiva da vida social. (p.103)

Com essa análise e considerando as novas forças hegemônicas que contribuem para as transformações que assolam a lógica capitalista, ressaltamos que os impactos vivenciados pela vida social produzem uma nova dinâmica organizativa que dialeticamente vai desenvolvendo novas ações e, conseqüentemente, reações diferenciadas. Dando continuidade a essa reflexão, Gohn (2007) assim argumenta:

Os movimentos sociais alteram completamente sua posição na ordem internacional geral. Nos países do Terceiro Mundo, os chamados movimentos progressistas ou populares entraram em crise, muitos se decompõem ou retrocedem as formas de resistência em que se manifesta o uso da força (sem-terras no Brasil, chiapas no México). Os movimentos que se articulavam mais às agendas dos “novos movimentos sociais” □ de mulheres, ecológicos etc., redefinem-se e somente os de caráter mais global sobrevivem. E sobrevivem segundo códigos criados pela agenda global. Não são mais movimentos das mulheres ou dos índios etc. São de gênero, raça, etnia etc. (p.339).

No entanto, essa ampliação de demandas e a incorporação de novos conceitos têm oportunizado aos movimentos sociais que sobreviveram a estas mudanças, ações diferenciadas, mais plurais que não podem encobrir as questões de fundo, tais como, a discriminação sexista e étnica, a precarização do trabalho feminino, etc. Os desafios que são apresentados neste momento são de ampliar as agendas, não de ofuscar ou esconder, pois partes delas ainda não foram resolvidas.

Levando em consideração essa nova conjuntura de atuação dos movimentos sociais, notamos que apesar de mudanças em suas atividades organizativas, em sua essência histórica permanece. Continuam ladeados de ações reivindicatórias. Batista (2007) reporta que,

Os movimentos sociais assumem múltiplas formas organizativas, demandas, reivindicações que questionam todas as formas de exploração, submissão, segregação, preconceitos, discriminações, evidentes no jogo das relações conflituosas dos macro e micro poderes que permeiam relações sociais de produção e demais relações sociais. Os espaços de contestação são palcos de lutas onde se forjam novas significações, atribuem-se novos conteúdos e significados aos lugares, criando-se novos territórios contestados da polis, da rua, da praça, da

arena onde se exercita a cidadania, uma cidadania planetária, autônoma e não tutelada. (p.03)

A partir dessa constatação, podemos compreender que os movimentos sociais abarcam em sua constituição histórica toda uma gama de atividades que demonstram que independente das forças hegemônicas existentes, eles não “fogem da luta”. Outro aspecto fundamental diz respeito à concepção de cidadania. Os movimentos sociais são instituições que contribuem para a formação e ampliação da consciência cidadã. Segundo Vieira (1999), a cidadania planetária vem sendo construída pela sociedade civil e entra em confronto com o poder político do Estado e econômico do mercado. Sem sombra de dúvida, essa construção acontece através dos movimentos sociais.

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, salientamos a presença de novos atores que militam nos movimentos atuais. Esses sujeitos adquiriram por conta da sociedade globalizada, um número infinito de informações que oferece a ele a possibilidade de fazer escolhas, de saber que é necessário, de estar “atenado” aos novos repertórios que esta sociedade produz. A militância vem perdendo o seu sentido mais clássico e tornando-se cada vez mais “contemporânea”. É o que afirma Gohn (2004):

(...) o novo modelo de vida e de trabalho, na era da globalização, exige que as pessoas tenham mais habilidades comunicativas do que acervos de conhecimentos ou grande experiência anterior, no domínio de certas técnicas, tecnologias ou saberes especializados da ciência. O mundo atual estaria a exigir pessoas que saibam trabalhar em equipe, que saibam administrar suas emoções não se sobrepondo aos demais, que saibam ouvir e dar espaço para a fala do outro. O pressuposto básico é que a criatividade e as inovações só podem surgir em ambientes abertos, nos quais a discussão das idéias e o debate de opiniões estejam presentes. Os velhos líderes, que dominavam pela retórica, que influenciavam suas bases por suas personalidades fortes e marcantes, estariam fora do novo modelo. (p.341)

Diante do exposto, observamos que a sociedade contemporânea tem evidenciado uma nova liderança, ou seja, atores do movimento social que tenham habilidades no discurso, não fiquem presos às particularidades, saibam conviver. Esses pressupostos são interessantes, porém é necessário repensarmos até que ponto as sociedades globalizadas estimulam e desejam que os sujeitos possam ser protagonistas de suas ações. Os diálogos abertos são realmente incentivados ou vive-se uma aparente demonstração de participação, de construção de cidadania? Quais são as forças hegemônicas que desejam esse envolvimento da população? Estamos construindo

canais de participação de fato ou apenas usando os canais disponibilizados pela lógica do capital?

Tais questões são refletidas por Gohn (2005) na perspectiva da cultura da participação. Segundo ela:

(...) A cultura da participação exige, para seu desenvolvimento, que não haja condicionantes ou imperativos externos. A liberdade é a sua categoria central. A participação dos indivíduos deveria ser feita objetivando não apenas obter um bem material imediato, ainda que extremamente necessário, mas também o crescimento daquele ser enquanto indivíduo, estimulando o desabrochar de seu potencial humano, de sua individualidade, aspirações e desejos. Ou seja, o amadurecimento de sua personalidade. (p.107)

A participação a ser adotada em um contexto de estímulo ao crescimento pessoal e de grupo. As propostas de participação apresentadas pela sociedade pós-industrial não leva em consideração a liberdade, não estimula o desenvolvimento dos sujeitos sociais, não os torna construtores de um projeto. Este é mais um dos paradoxos da contemporaneidade: permitir a participação é diferente de construí-la coletivamente.

Ao mesmo tempo em que fala da participação, criatividade, inventividade, estabelece padrões para que a mesma ocorra. Isto é extremamente presente quando se efetivam modelos de participação em conselhos, órgãos de discussão entre o poder público e a sociedade civil. É evidente o receio, a preocupação daqueles que estão nas direções das instituições públicas.

Uma das grandes dificuldades presentes nos movimentos sociais é a compreensão desses novos desafios contemporâneos. De um lado, seus atores vivem a angústia de não conseguir mobilizar a sociedade para as causas históricas que ainda não foram resolvidas, e de outro, a de responder os desafios coetâneos. Na reestruturação de suas agendas de reivindicações, o movimento social não pode abandonar a utopia, o sonho de construção de sociedades democráticas, inclusivas, participativas.

Outra questão importante nesse debate refere-se à militância social. Notamos que ela tem sofrido retrocessos, abalos e até certo descrédito. É preciso pensar a formação dos novos militantes dentro dessa nova configuração. Neste contexto, a capacidade de envolvimento das pessoas, o incentivo à participação, à disponibilidade para ouvir devem ser atributos de quem se coloca na posição de liderança.

É pertinente a afirmação de Gohn (2004) quando diz continuar acreditando nas “utopias” e que os conhecimentos adquiridos ao longo do processo histórico de luta dos movimentos sociais possam “restaurar a esperança” de que devemos continuar lutando e construindo sociedade verdadeiramente democrática, participativa, que saiba conviver com a diversidade, a pluralidade, mas que tenha a coragem de se insurgir, de desafiar, de ousar, mesmo diante daquilo que considera impossível.

Outra dimensão importante nesse debate é o fato de que as pessoas não querem participar mais de grandes mobilizações sociais. Notamos na atualidade, interesses em causas diversas e projetos coletivos distintos. Nesse cenário, os conceitos de participação, cidadania, movimentos sociais têm sofrido mudanças conceituais que trouxeram à tona outras demandas, outras modalidades de atuação e percepção do mundo, conseqüentemente, o denominado Novos Movimentos Sociais (NMS). São evidenciadas temáticas diferenciadas. Esses não trazem em seu bojo as demandas movidas somente pelas questões econômicas, mas aquelas oriundas das questões ambientais, de raça, de gênero. A ampliação dessa agenda é resultado dos desafios apresentados na sociedade atual. Os movimentos vão se adequando às novas provocações, é como se vivenciasse um processo de ressignificação, de reconfiguração.

Essa configuração que os Novos Movimentos Sociais (NMS) estão construindo apresenta uma multiplicidade de olhares, desejos, vontades de continuarem insurgindo, de reconstruírem esperanças, mesmo que em alguns momentos sejam “obrigados”, estrategicamente, a retrocederem em suas demandas, a “recolherem suas armas”, para, em seguida, em outros espaços e com novos métodos, apresentaram-se mais fortalecidos, mobilizados e convictos de que não há vida sem movimentos.

Neste contexto de construção e reconstrução, embalados por uma concepção dialética que permite que as relações entre sujeitos historicamente territorializados seja pautada na dialogicidade, no reconhecimento e no respeito às diferenças, é que abordaremos os movimentos sociais no Território da Bacia do Rio Grande- BA e os desafios contemporâneos por eles vivenciados diante da heterogeneidade existente neste espaço.

2.3 Os Movimentos Sociais no Território da Bacia do Rio Grande

Os movimentos sociais estão presentes no Território da Bacia do Rio Grande, seja nas áreas rurais ou urbanas. Nos espaços rurais a presença mais significativa são os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) e com o aumento de áreas agrícolas destinadas à Reforma Agrária as associações de pequenos produtores. Os STR's têm nas duas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI reestruturado bastante suas agendas de reivindicações, isto em virtude do novo modelo de apropriação do espaço agrário presente nos municípios do extremo oeste baiano¹⁴. Nos espaços urbanos, o processo de organização social está direcionado aos servidores públicos, destacando os profissionais da educação e algumas outras categorias, tais como os comerciários e os operários da construção civil. Esses últimos são mais atuantes nos municípios que apresentam um crescimento urbano.

Outra forma de organização são as associações de moradores nas cidades com maiores densidades populacionais e, conseqüentemente, com problemas de infraestrutura. Além dessas organizações, temos também um movimento em defesa do meio ambiente que tem crescido devido ao processo de destruição ambiental que a região vive. Registramos também algumas atividades pontuais tais como: movimento em defesa da paz; movimentos estudantis e movimentos associados às comunidades tradicionais. Neste destacamos as comunidades dos geraizeiros¹⁵ que na última década do século XX e, na primeira do século XXI, começam a organizar-se de forma mais institucional. Por fim, temos percebido que os movimentos sociais têm construído meios de compreensão não só da dinâmica desenvolvimentista que assola a nossa região, bem como das alternativas que precisam ser elaboradas para o enfrentamento e diálogo com os setores econômicos deste Território. Com esse objetivo, torna-se necessário compreender a identificação, a proximidade e os distanciamentos existentes entre os movimentos sociais e a universidade, assim como os níveis de compreensão que os/as militantes têm da Universidade, enquanto espaços de educação e cidadania constituintes do Território. Neste contexto, são estabelecidas relações norteadoras e definidoras do processo de desenvolvimento sustentável.

¹⁴ Constituem extremo oeste baiano os municípios de Angical, Baianópolis, Barreiras, Brejolândia, Canápolis, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santana, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, São Desidério, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley.

¹⁵ Codinome dos moradores dos Gerais, ou seja, dos cerrados baianos. A população nativa o denomina assim e este tem significado, tais como, lugar onde se tem determinadas frutas típicas, como o pequi; lugar de “refrigero” para o gado no período de estiagem.

Dizemos isso inspirado em Arroyo (2003) quando menciona que os movimentos sociais contribuem para o processo de reeducação do pensamento educacional brasileiro. Temos muito que aprender com os movimentos sociais. Eles estão a cada momento construindo alternativas de sobrevivência frente aos desafios da sociedade contemporânea. Ancorado neste aspecto, torna-se relevante analisar o caráter pedagógico que perpassa as ações territoriais entre o Departamento de Barreiras e os movimentos sociais. O estudo dessa relação representa, neste momento histórico, a possibilidade de sistematização de saberes e práticas sociais construídos no interior da Bahia a partir dos sentidos atribuídos à territorialidade, que implicam um sentimento de pertencimento, de internalização das intervenções e produção de novos conhecimentos. É imperativo, portanto, compreender a complexidade desta relação para que possamos construir ações coletivas, respeitando a singularidade e a especificidade de cada instituição. A discussão sobre educação e cidadania no Território da Bacia do Rio Grande nos reporta ao debate sobre desenvolvimento territorial, de ocupação e intervenção social, política, econômica e cultural que contraria à política neoliberal.

Para Berman (1981), a vida moderna tem sido afetada por mudanças significativas que vão desde as grandes descobertas científicas, a nova relação de ocupação do nosso espaço, destruição de antigos ambientes e surgimentos de novos, muitos virtuais, com o aceleração do ritmo de vida, o crescimento urbano desordenado, surgimento de novas formas de poder e de luta de classes e a destruição dos espaços territoriais.

Diante desse quadro avassalador, torna-se extremamente complexo falar do sentido de pertencimento, territorialidade, educação e cidadania, em uma sociedade que se fragmenta e sua organização é sustentada pela quantidade de informações técnico-científicas que é capaz de produzir, estocar e circular como mercadoria (LYOTARD, 1979). Esta forma de entendimento de sociedade mostra que o seu crescimento está mergulhado na quantidade de informações que as pessoas conseguem armazenar, utilizando, para tanto, as mais diferentes ferramentas.

Neste aspecto, a universidade como instituição social tem um caráter peculiar, pois os conhecimentos que produz servem de instrumentos emancipatórios para a organização e constituição dos movimentos sociais na construção de sua inserção territorial. Assim, menciona Raffestin (1993), “[...] o território se apóia no espaço, mas

não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder” (p.144).

Percebemos que tanto a universidade quanto os movimentos sociais são instituições de poder no Território. Dentro de um processo de articulação podem definir as prioridades e de que forma podem contribuir para conduzir as políticas públicas neste espaço territorial. Os movimentos sociais com o seu poder de articulação e a universidade com o conhecimento científico têm, conjuntamente, condições de intervir nas decisões que são destinadas ao território. Dialeticamente vão se apropriando e se constituindo protagonistas do espaço identitário. A proximidade dessas relações é condição *sine qua non* na construção destas novas sociabilidades. A esse respeito Haesbart (2004) afirma:

O território, como espaço dominado/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalas e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de multiterritorialidade. E toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora. Os movimentos anti-globalização e anti-neoliberalismo que o digam, zapatistas a frente. Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas (p.19)

O reconhecimento da importância estratégica do Território da Bacia do Rio Grande é o maior desafio da universidade e dos movimentos sociais diante da responsabilidade de prover processos formativos na perspectiva da educação cidadã. Percebemos que nesta multiplicidade de atores sociais, que se conflitam em interesses sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais, o viés da educação e da cidadania são diferenciadores na construção de um território plural, mas que respeita e entenda as singularidades de seus atores e organizações sociais. A universidade como uma instituição social precisa expressar as peculiaridades deste Território. Chauí (2003) argumenta que:

[...] A partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir dela, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma

instituição inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar esta idéia, seja para opor-se a ela, no correr do século XX a instituição universitária não pode furtar-se à referência à democracia como uma idéia reguladora.[...] (p.5)

A análise de que a educação e a cultura são constituintes de cidadania, reforça a importância da articulação territorial concebida como elemento aglutinador de uma nova realidade social. Neste sentido, Delfrantes (1994) menciona que a Universidade deve estar vinculada ao ambiente cultural da comunidade, destacando a cultura como conteúdo primordial. A sua abordagem vai além quando diz:

É de suma importância que a universidade identifique a diversidade cultural, política, econômica e social da comunidade na qual se insere. Quando estas questões surgem, como focos centrais de um grande debate na busca de uma universidade inclusiva, também dedicada às classes trabalhadoras, à diversidade étnica, a multiculturalidade, aspectos como pertinência, competência e equidade, passam a se constituir termos de referência para a definição de suas atribuições e abrangências (p.117)

Assim, a Universidade tem papel importante na constituição do Território, ou seja, de articuladora de novas forças sociais, tendo como premissa a compreensão da pluralidade social e cultural. Como espaços de formação, proporcionar ambiências para que diversas construções coletivas sejam estimuladas a se constituírem, como também se devem oportunizar as reflexões sobre as práticas atuais dos Movimentos Sociais no sentido de dialogicamente construir novos caminhos.

Para tanto, é preciso entender as dimensões identitárias presentes nos Movimentos Sociais. A esse respeito, Fleuri (1998) menciona que diferentes sujeitos sociais, atuando em contextos culturais diversos, desenvolvem relações de poder e saber e que a partir disso vão emergindo paradoxos, contradições, tensões, conflitos. O território é, segundo ele, um espaço onde essas tensões e conflitos estarão presentes, pois sua constituição é pautada na diversidade.

Para a mesma questão, Arroyo (2003) salienta que os Movimentos sociais têm seu modo de conhecer a realidade. Podemos captar neles modos diferenciados de conhecer a questão urbana, a questão agrária, o emprego e desemprego, até modos de conhecer a escola, a educação, a saúde, o transporte, a segurança. São modos de conhecer a lógica social. Eles mostram um modo próprio dos sujeitos sociais se conhecerem, de lidar com sua memória coletiva, com seus direitos. O conhecimento

socialmente construído é muito mais diversificado do que as áreas curriculares pensam. Ele nos recoloca questões complexas no campo da sociologia do conhecimento e da construção e apreensão do conhecimento.

Nesta abordagem de Arroyo (2003) compreendemos os distanciamentos entre os movimentos sociais e a universidade. Nos estatutos do saber acadêmico, não se consegue observar os conhecimentos construídos e forjados historicamente na luta cotidiana. O envolvimento da universidade na formação do território é um espaço único para os saberes coletivos. Neste sentido, essas construções são fundamentais, pois novos olhares têm sido impostos aos educadores, principalmente no que diz respeito à sua formação e qualificação.

São esses saberes que juntamente com o fazer acadêmico proporcionam condições de complementaridade entre a universidade e os movimentos sociais. A constituição de relações de proximidade acontece na medida em que se tenha a coragem de aprender com aqueles que historicamente sempre estiveram na condição de aprendizes. Ela está permeada de contradições, de impasses, mas também de grandes descobertas, de superação do elitismo que se engendrou pela academia, da concepção de ser a “dona” da verdade. Precisamos estar – universidade e movimentos sociais- na condição de aprendizes, pois desta forma podemos construir espaços verdadeiramente democráticos e inclusivos, permeados de educação e cidadania.

2.4. Movimentos Sociais e a Universidade do Estado da Bahia: espaços constituídos de educação e cidadania

Na discussão anteriormente apresentada, temos apontado a importância das questões sócio-político-econômico-cultural para a constituição do Território e os reflexos desse contexto para os movimentos sociais e a universidade. Na relação dialética que se estabelece entre essas duas instituições, percebemos que a história e todas as suas determinações são essenciais nesta compreensão. Quando se aborda dialeticidade queremos enfatizar que, sendo a realidade dinâmica, não existem modelos pré-determinados nesta relação. Ela está impregnada de historicidade.

Levando em consideração esta abordagem, afirmamos que os movimentos sociais são espaços genuínos de educação e cidadania, pois suas ações, mesmo aquelas

que não tenham como finalidade a questão da educação, são profundamente pedagógicas, pois as pessoas que delas participam vão se constituindo em sujeitos sociais. Através dos movimentos sociais vão sendo delineados novos paradigmas de relações coletivas, de associativismo, de cooperativismo, de vida solidária, de respeito às opiniões e ao modo de ser do outro, de compromisso com o território em que vive e consequentemente de uma sociedade justa.

Ademais, a inserção nos movimentos sociais, ajuda na construção de uma visão de “sujeito coletivo”, contrapondo com os objetivos da sociedade capitalista, pautada na individualidade, na competitividade, na indiferença, nas atitudes antiéticas e nada fraternas. Na edificação de um projeto diferente de mundo e de pessoas, trazemos como um dos elementos fundantes nesta análise a cidadania e a educação como balizadores destas novas relações.

Nesta conjuntura, recorreremos à história para que possamos entender de que maneira – cidadania e educação- possam ser elementos aglutinadores de uma nova ordem societal. Vieira (1999) menciona que:

A cidadania, definida pelos princípios da democracia constitui-se na criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais) e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos), significando necessariamente conquista e consolidação social e política. (p. 40)

A premissa apresentada nos aponta que cidadania está relacionada diretamente aos movimentos sociais, pois através deles é possível expressar os direitos que foram retirados ou negados e a luta pela sua efetivação. Em nossa abordagem, não se trata de doação de direitos, mas de conquista e consolidação de um projeto sociopolítico. O próprio conceito de cidadania esteve durante muito tempo relacionado aos “benefícios” doados pelos governos à sociedade. Isso acabou acarretando uma distorção que faz com as pessoas tenham dificuldade de entendê-la enquanto conquista.

Dentro dessa mesma análise, mencionamos que os movimentos sociais em sua dinâmica institucional e política têm fomentado a vivência da cidadania enquanto prática que transforma as pessoas em sujeitos sociais. Eles contribuem para o crescimento da consciência, desmistificando a ideia de outorga de direitos, mas de conquista que se concretiza através das ações coletivas.

Concordamos com a análise de Gohn (2003) ao afirmar que a cidadania brasileira foi sendo construída ao longo da história e não é produto recente. Isto significa que, durante toda a nossa trajetória social, política, econômica e cultural o povo conquistou a sua cidadania, ou seja, das populações indígenas à sociedade brasileira contemporânea, podemos afirmar que houve conquistas diárias. Muitas delas acabaram resultando em políticas públicas de Estado, oportunizando uma maior abrangência para a população.

Um aspecto importante nessa discussão diz respeito ao papel exercido pela educação. É fundamental entendermos a que tipo estamos nos referimos. Nessa abordagem, falamos de um projeto emancipatório, que contribui na construção cidadã dos sujeitos sociais, dos sujeitos históricos. Ela problematiza e se relaciona com a própria realidade contribuindo com sua transformação. Mészáros (2008) a intitula como “uma educação para além do capital”, pois segundo este autor:

(...) uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (p.25)

Incluem-se nessa análise a ideia de que uma educação que pretenda ser autônoma e emancipadora rompe com a lógica societal capitalista e constrói por meio de relações dialógicas uma nova concepção educativa. Sob esse aspecto torna-se necessário a compreensão de que as reformas que vem ocorrendo ao longo de nossa história e com mais ênfase no contexto contemporâneo têm a tarefa apenas de ajuste aos interesses do sistema atual. A educação, a partir desse novo paradigma associa-se diretamente a sua função política, a sua “politicidade”, que se impregna em todas as suas manifestações, ou seja, educação e política são inseparáveis. As ações educativas não são isoladas, estão eivadas de intencionalidade e, portanto, reproduzem a sociedade em que estão inseridas.

A construção de um projeto emancipatório relaciona-se diretamente com a própria concepção de educação que se exerce na sociedade, concebida na perspectiva freireana como um “*ato político*”. Essa é uma afirmação que atribui o seu papel dialético, que se entrelaça na sociedade e constroem juntamente com os movimentos sociais projetos alternativos. Nesse *ínterim* reside um dos objetivos dessa educação, ou seja, dar sentido à própria existência humana, (DIAS SOBRINHO, 2005).

CAPÍTULO 3

ANALISANDO DADOS:

Território, universidade e movimentos sociais na Bacia do Rio Grande

O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História. (Paulo Freire)

Nas últimas décadas temos analisado alguns direcionamentos que vem sendo trabalhados quando construímos o conceito de Território. As questões puramente espaciais vão sendo redimensionadas e sofrem as interferências dos aspectos sociais, políticos, culturais. Albagli (2004), assim define território.

É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta. Daí que o território seja objeto de análise sob diferentes perspectivas – geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política, bioecológica-, que o percebem, cada qual, segundo suas abordagens específicas. (p.27)

Nessa perspectiva, o conceito se amplia, o território é apresentado como um espaço multidimensionalizado. Daí que não podemos desvincular de sua análise todos os aspectos que interferem em sua constituição. A partir dessa concepção, percebemos que todas as instituições presentes no território têm características singulares podendo ou não estabelecer relações recíprocas ou até mesmo antagônicas. Assim, argumenta Raffestin (1993) a respeito da questão: “[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço”. (p. 144) Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder.

Ao analisarmos os “campos de poder” percebemos que eles são intrínsecos ao desenvolvimento territorial, pois ele é permeado de muitas relações. Reconhecemos que a constituição coletiva de territórios proporciona ambiências sociais, políticas, educativas e culturais para que diversas ações sejam estimuladas a se constituírem em atos de transformação, oportunizando a ampliação das reflexões em torno das práticas atuais dos movimentos sociais no sentido de construção de saberes coletivos, contribuindo, portanto, para o redimensionamento dessa lógica capitalista da (des) territorialidade. Torna-se imperioso abordar que este espaço territorial está permeado de contradições. Nesse aspecto, Santos (2008) afirma:

Mas o território não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência. O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente. (p.80)

A partir dessa análise constatamos o palco de disputas e de poder que o território está inserido. Presente na lógica do capital apresenta, em seu bojo, as contradições inerentes a este modelo, bem como os resultados dessa forma de organização social, política e econômica. Outro detalhe fundamental nesse contexto, apresentado pelo autor diz respeito à dinâmica social presente neste lugar, pois o território não é “um dado neutro”. Com esta assertiva, percebemos que os entraves político-ideológicos são comuns. A superação desse impasse se fundamenta na relação dialética que se efetiva no território, que se pauta no conflito, mas também na construção coletiva de espaços formativos e articuladores de uma nova lógica societária.

Esta é uma discussão fundante no território tendo em vista que o mesmo é composto de grupos econômicos e sociais que são contraditórios, não apenas em sua constituição, mas também em seus projetos de sociedade. A partir dessa diversidade, é possível analisar as ações multifacetadas que se encontram presentes em sua constituição. A discussão conceitual de território apresenta em si uma diversidade de fatores que ultrapassam a discussão de região. Território é entendido como ação que os indivíduos constroem entre si e o meio em que estão atuando (SHNEIDER, 2003).

Essa diversidade pode ser compreendida nas relações dialéticas estabelecidas entre os atores sociais, que permeiam o território e trazem à tona as contradições inerentes à sua constituição. Torna-se fundamental a compreensão de que esses espaços são de poder e, portanto, é possível estabelecer relações a partir das realidades multifacetadas. Martins (et al., 2010) sobre essa questão menciona que:

A articulação de atores sociais pressupõe um prazo de maturação e um custo de organização e institucionalização. (...) Isto não quer dizer que o tempo é condição suficiente, mas, sim, que permite reunir capacidades institucionais, formular consensos e construir relações de confiança que podem reduzir os esforços e os custos necessários para a viabilização das ações intentadas. (p.580)

A formulação de consensos, a confiabilidade dentro de um espaço diverso necessita de um “tempo pedagógico” de aprendizagens coletivas. No entanto, essa possibilidade se efetiva na medida em que os atores possam recuar de interesses individuais e passem a construir posicionamentos mais coletivos. Nos últimos anos tem

ocorrido uma avalanche de discussões provenientes do poder público¹⁶ e da sociedade civil organizada que trazem em seu bojo a temática territorial.

Neste sentido, Santos (2005) diz que:

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas. Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares. (p.256)

A partir dessa análise podemos compreender território em sua múltipla dimensão que contempla espaços e pessoas. Essa diversidade vai delineando sua nova reconfiguração.

3.1 As Políticas de Desenvolvimento Territorial

A discussão sobre Território perpassa várias áreas do conhecimento. Essa nomenclatura é utilizada para definir questões associadas tanto aos espaços humanos, quanto animais e vegetais. O debate que ora trazemos especifica território como espaço de ação/ intervenção dos seres humanos entre si e no meio em que estão inseridos. Nesta lógica existem algumas considerações que necessitam ser elencadas. Inicialmente enfatizamos que não iremos dedicar nossas reflexões sobre os espaços rurais e urbanos a partir da concepção territorial.

Para Schneider (2004),

Este espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto em questão, inseridos. Portanto o conteúdo deste espaço é entendido como território. Mas não se trata apenas do conhecimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes encontram-se neles mesmos. (p.8)

¹⁶ Exemplo dessa discussão proveniente do poder público é a política territorial implantada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 2003.

A abordagem territorial nesta perspectiva pressupõe o entendimento de que os problemas, impasses dos atores sociais que constituem o território devem ser resolvidos pelos próprios sujeitos que vivem e atuam nesse espaço. Segundo Haesbaert (2011), a compreensão relacional de território está inserida na idéia de movimento, fluidez, que é permeada de historicidade. Diante disso, os atores sociais, em determinadas épocas, vivem e atuam de acordo com suas especificidades. Sendo movimento ele apresenta um dinamismo que, por vezes, reflete as relações de poder que intrinsecamente estão postas em sua constituição.

Para uma melhor compreensão desta abordagem, Raffestin (1993) diz que:

(...) Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (p.14)

Nessa tessitura é fundamental o entendimento do território como espaço modificado e de relações de poder que se efetivam na interação que os atores sociais estabelecem entre si e com a natureza. Araújo (2010) menciona que “a prioridade ao diálogo e à construção de convergências não nega a existência de conflitos de interesses nem a possibilidade de confrontos. O importante é dar ênfase nos primeiros” (p.206).

A implantação de políticas públicas com foco no desenvolvimento territorial é bastante recente no Brasil. A própria conceituação de território nessa abordagem também é nova. Estamos acostumados a um discurso de desenvolvimento municipal, *quiçá* em alguns momentos regional, sempre voltado para o viés econômico, desconsiderando os aspectos socioculturais. Essa forma de compreensão gerou as grandes disparidades regionais vivenciadas em nosso país. De um lado o “sul maravilha” e de outro a “pobreza do norte, nordeste”.

Desconstruir essa visão não é fácil na lógica capitalista que vivemos. No entanto, o debate territorial empreendido nesta primeira década do século XXI, tem apresentado a possibilidade de elaboração de políticas públicas que contrapondo essa vertente pode aos poucos ir elaborando outros conceitos de desenvolvimento.

Segundo Araújo (2010),

Analisar a experiência brasileira recente de desenvolvimento territorial aponta para ações importantes na busca de sua consolidação, visto que é relevante o dado de que o desenvolvimento territorial pressupõe aposta na capacidade de agentes locais de construir um projeto de desenvolvimento regional e atuar de forma organizada para que políticas públicas e empresariais convirjam para os objetivos deste projeto (...). (p.199)

Nesta vertente, a autora nos aponta a importância dos agentes locais para a consolidação das políticas territoriais, considerando que a organização regional deve fundamentar essa nova forma de construir o desenvolvimento. Sob essa ótica, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) ¹⁷ apresenta como resultado da articulação das políticas públicas a visão da necessidade de,

verticalização de baixo para cima, rompendo as visões normalmente predominantes nas políticas públicas, que tendem a desconsiderar as diversidades locais e regionais. Resulta deste processo um conjunto de institucionalidades que representam uma nova concepção de desenvolvimento autógeno, descentralizado, diversificado e sustentável.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a SDT, no desenvolvimento da política territorial, apresenta uma proposição de rompimento com a lógica de imposição histórica que o nosso país sofreu no sentido de considerar os atores sociais e suas realidades multifacetadas. Neste sentido, cabe às políticas de desenvolvimento territorial a criação de espaços de fomentação e análise dos diversos empreendimentos a partir do foco da sustentabilidade que, em uma abordagem territorial, é questão cotidiana. Caminhando nessa linha de análise, Perico (2009) nos diz que:

Apesar do que expressam muitos dos discursos desenvolvimentistas, continua-se apegado à fragmentação da realidade, onde a natureza segue sendo uma fonte de recursos para um desenvolvimento antropocêntrico, com estratégias que separam a economia do restante das dimensões da vida, alcançando extremos alucinantes como aquele, igualmente dominante, a apregoar: o que polui paga. As propostas de integração multidimensional que caracterizam o enfoque territorial se alimentam dessa necessidade de contar com visões que partam das interdependências entre as dimensões ambientais, econômicas e políticas. (p.33)

¹⁷ Essa abordagem encontra-se na página da SDT no seguinte endereço: <http://www.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/articulacao>. Acesso em 26.11.2011.

A política de desenvolvimento territorial perpassa essas dimensões e apresenta para a sociedade um novo modelo de gestão quando constrói de forma dialógica as relações dos atores sociais. Torna-se imprescindível destacar que elas não são amenas, mas recheadas de conflito. Araújo (2011) diz que “diálogo, cooperação, disputa e conflitos: eis os temas a serem tratados com cuidados nas políticas de desenvolvimento territorial” (p.206). Isso significa que sem essas relações não é possível fomentar trabalhos cooperativos que consigam atender a diversidade de um território.

Segundo Perico (2009), a compreensão dessa diversidade ancora-se na visão multidimensional que apresenta o território. Dentre ela destacamos a dimensão econômica que tem como foco a articulação dos recursos regionais objetivando a geração de trabalho e renda. A dimensão sociocultural associa-se à temática dos valores, da história, da cultura que tem como meta a qualidade de vida da população. A dimensão política institucional refere-se à discussão da governabilidade e o exercício da cidadania. A dimensão ambiental vincula-se ao princípio da sustentabilidade, que não se apoia apenas na preservação, mas na preocupação com as gerações vindouras. Esses desafios vão aos poucos construindo a política territorial no estado da Bahia.

3.2. A discussão territorial na Bahia

Como já foi mencionada anteriormente, a formação conceitual de Território ainda é recente em nossos estados. Compreendê-la significa desmistificar a visão multifacetada de desenvolvimento que foi sendo construída historicamente. A concepção de território vincula-se ao sentimento de pertencimento, de empoderamento das relações econômicas, sociais, culturais, políticas, institucionais e ambientais. Nesta vertente, os atores sociais que vivem no território tem papel preponderante na sua organização. Quando Araújo (2010) aborda o caso brasileiro de formação territorial, deixa claro que em nosso país essa experiência não nasceu de iniciativas locais, mas veio como proposta governamental. Nota-se, com isso, que nem todos os municípios aderiram como também ainda existe um descrédito dessa forma de organização, pois ela quebra a lógica histórica de projetos locais, respaldados por interesses pessoais.

Na formulação dessa política, além dos atores locais, que se colocam como protagonistas torna-se importantíssimo à presença dos entes federados. O Estado no seu papel de implantação de políticas tem a tarefa de articulação dos diferentes setores dentro do Território. Para Araújo (2010) os estados:

(...) que montaram seus programas de investimentos considerando uma regionalização clara de seus Territórios sintonizaram melhor com a proposta do MDA e com os Territórios da Cidadania, e a articulação das políticas federal e estadual se fez de maneira mais eficiente (p.209).

Portanto, é possível perceber a importância desta articulação nas ações que são efetivadas no Território. Na atual abordagem da política territorial temos a Bahia como um dos estados que mais tem se destacado nesta ação. Conforme afirma Araújo (2010):

Um dos estados de maior avanço é a Bahia, onde existe um Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) atuante, presidido pelo Secretário de Planejamento, e onde a opção pela territorialização das políticas estaduais parece bem firme. O exemplo baiano deixa a lição de que é preciso investir nesse elo entre as políticas nacionais e locais. (p.209)

A Bahia tem conseguido, apesar das dificuldades operacionais, implementar as políticas de desenvolvimento territorial. Uma medida governamental muito salutar foi a partir de 2007 a reorganização do estado com base na proposta de territorialização. Essa mudança tem trazido ganhos importantíssimos. A divisão do estado em vinte e seis (26) territórios e a tentativa de operacionalizar as políticas a partir dos territórios tem sido um dos grandes avanços, pois o desenvolvimento sócio-econômico-cultural passa a ser pensado em outra dimensão. Outro fato também importante relaciona-se às questões de empoderamento dos atores sociais que estão presentes em cada território. Levando em consideração essa análise e a organização territorial em nosso Estado, abordaremos a concepção de territórios existentes, ou seja, Território de Identidade e Território de Cidadania.

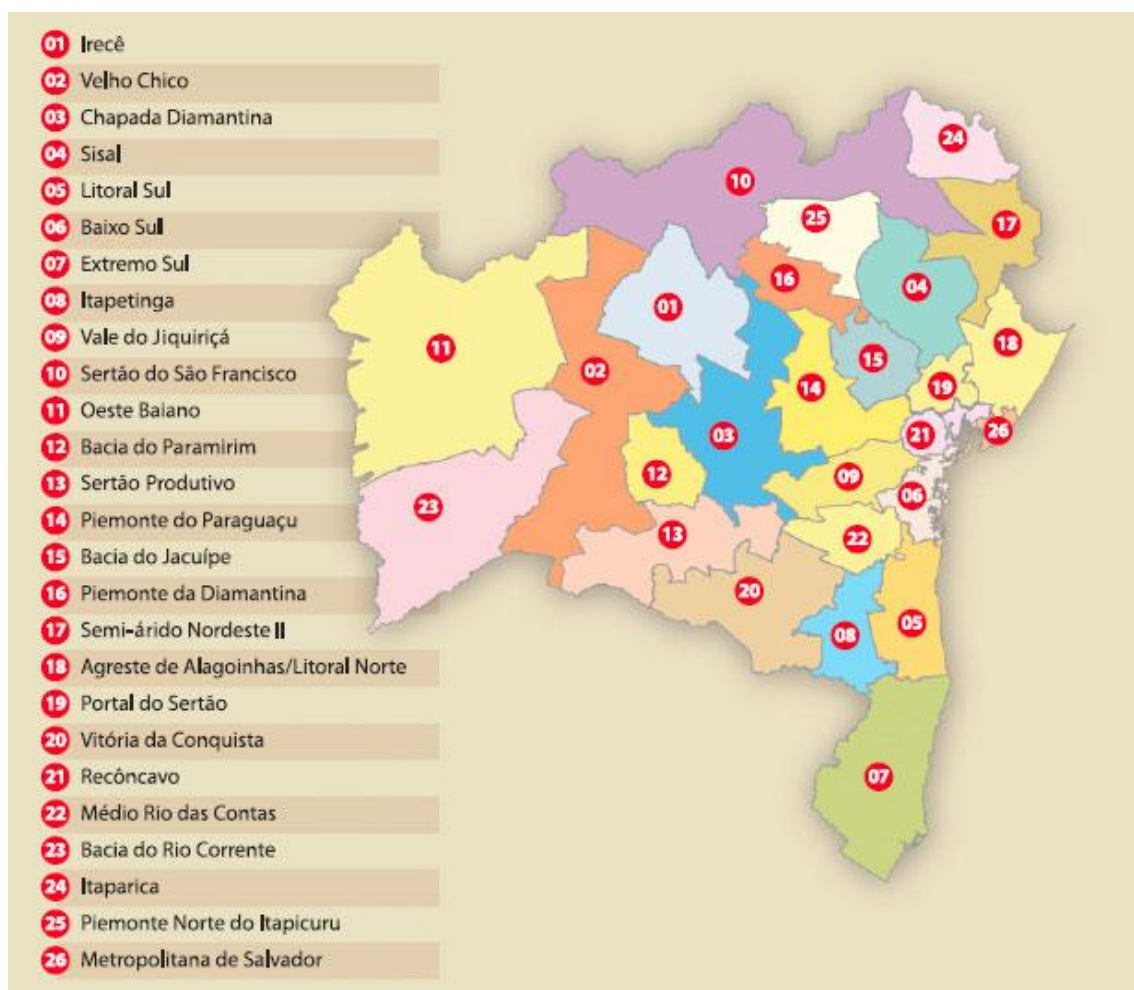


Figura 01: Divisão Territorial do Estado da Bahia

Fonte: SEPLAN- BA

3.3. Territórios de Identidade e Territórios de Cidadania: entendendo sua complexidade

A organização do estado numa lógica territorial contribui para quebrar paradigmas historicamente enraizados na sociedade. Pensar em território é, acima de tudo, trazer para o centro da questão o debate sobre pertencimento que extrapola o aspecto econômico, mas é vinculado às questões sociais, políticas e culturais. Perico (2009) define território

(...) como a dimensão política do espaço- reconhecido e identificado – como unidade de gestão política que o distingue e a ele atribui existência, de certa forma, institucionalizada. Nem sempre o território se constitui uma entidade territorial, como município, província, departamento ou estado. É suficiente ser reconhecido como unidade que pode controlar ou interagir (concretização da institucionalidade). Logo, pode ser a bacia de um rio, a união de organizações territoriais,

um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem caracterizadas. (p.26)

A definição ora apresentada nos remete a uma questão essencial que é a identidade, ou seja, o que aproxima ou distancia as populações dentro de um determinado espaço. Nesta abordagem, a discussão sobre território ancora-se nas relações estabelecidas entre as pessoas ou grupos que se organizam com base em várias situações que os identificam e/ou diferenciam, ou seja, situações de pertencimento. A identidade passa a ter um sentido imprescindível, pois extrapola o viés economicista e apresenta a diversidade de demandas que os atores sociais dentro de um espaço territorial estabelecem. Assim, Perico (2009) afirma:

(...) o Território de Identidade pode inclusive chegar a constituir espaços descontínuos. O elemento central da reflexão que se pretende provocar é o fato de a identidade – como expressão das características diferenciadoras e distintivas da população pertencente a um espaço - converter-se no espírito essencial, básico e estruturante do território. Além de possibilitar descrever e caracterizar o território, a identidade serve de orientação ao ordenamento das estratégias de desenvolvimento ao apoiar e definir o caráter das forças motoras que possibilitam avançar ao alcance do bem-estar. (p.108)

Esta construção nos ajuda a conceber a identidade como elemento de agregação, que não significa subordinação. Para que ela se estruture as heterogeneidades são essenciais. A coesão será estabelecida a partir da capacidade dos atores sociais, dentro de sua heterogeneidade, construírem pactos de relação, considerando as diferenças na construção de um bem-estar que alcance a todos.

É fundamental a compreensão no Território de Identidade a partir de sua constituição histórica, pois, através dela, podemos chegar a construções coletivas mais coerentes com a realidade. Nesse sentido, Perico (2009) comenta que,

(...) torna-se necessário resgatar o processo histórico de ocupação da região, a constituição de seus grupos sociais e formas de organização social e política, os principais movimentos sociais, migrações, conflitos sociais, manifestações culturais, ambientes naturais e recursos, sistemas agrários e acesso a terra e formas de produção e comercialização, tendo em vista apreender a forma como esses aspectos se inter-relacionam e são processados pelos atores sociais, atribuindo-lhes significados que indicam pertinência territorial. (p.62)

Essas características indicam que o Território de Identidade não pode ser visto apenas como um local que agrega várias instituições, ele é o retrato da pluralidade que pulsa em cada espaço. Em suas ações não se escondem os confrontos mas, a partir deles, estabelecem novas sociabilidades que serão construídas nas relações dialéticas que se efetivam entre os atores sociais. São esses *pertencimentos* que vão dando sentido e significado às disputas realizadas, que se efetivam nas relações multidimensionalizadas e estabelecem os espaços de concertação, ou seja, de cidadania.

A necessidade da ampliação das ações governamentais em vários espaços territoriais é algo visível em nosso país. Desde o nascimento da proposta de pensar o Brasil a partir de uma lógica de desenvolvimento sustentável, respeitando o ambiente e as pessoas, em suas diversidades, notamos que as demandas por ações inclusivas têm aumentado. As políticas de desenvolvimento territorial que estão em curso apresentam cada vez mais a necessidade de um processo de articulação que possa ter a presença dos entes federados em suas três áreas de atuação. Presenciamos, durante séculos, ações desarticuladas e, conseqüentemente, desperdício de dinheiro público, pois não se pensava o desenvolvimento a partir do ser humano, mas na lógica do crescimento econômico, do fortalecimento dos grupos hegemônicos.

Contudo, a partir da implantação do governo do Presidente Lula em 2003, iniciou a construção de uma política de desenvolvimento territorial que tem como centro do debate a inversão da lógica de desenvolvimento que vinha sendo construída há algumas décadas em nosso país. Essa nova forma trazia como fundamento central o ser humano e a construção de sua dignidade. Para que esse pressuposto pudesse ser colocado em prática, torna-se fundamental a construção horizontalizada das políticas públicas, considerando os espaços territoriais, seu dinamismo e os atores sociais. Outro aspecto que corrobora com este desenvolvimento é o reconhecimento, por parte dos governos, que, na construção dessa territorialidade os movimentos sociais são forças vivas propulsoras de uma nova lógica societária, por isso é imprescindível a construção de momentos de “concertação”, onde poder público e sociedade civil organizada possam, a partir da heterogeneidade peculiar a cada um, estabelecer momentos de governança. Os territórios possuem uma diversidade política, econômica, ambiental, sociocultural que não pode ser escondida diante dos conflitos existentes. Essa é a grande meta das políticas de desenvolvimento territorial, ou seja, estabelecer diálogos, ações

coletivas e cooperativas, sem desconsiderar os embates e conflitos pertinentes à sua estrutura. A cidadania se efetiva na diversidade do Território.

Os Territórios da Cidadania nascem a partir da necessidade de operacionalizar políticas integradoras de desenvolvimento, tendo como eixo condutor o ser humano e sua sobrevivência no planeta. A sua atuação acaba por complementar e ampliar as ações realizadas nos Territórios de Identidade. Segundo Perico (2010):

Territórios da Cidadania evoca um compromisso de desenvolvimento social, econômico, mas com um profundo sentido político, enquanto se reconhece que o desenvolvimento social não é simplesmente a inserção em uma economia dinâmica por meio da renda, emprego e o rendimento, mas que, conseqüentemente, inclui o desenvolvimento da cidadania. (p.105).

Um dos principais avanços da política de desenvolvimento territorial implantada nos Territórios de Cidadania relaciona-se ao fato de que ela é operacionalizada de forma integrada, pois o seu maior objetivo é a diminuição da situação de pobreza vivenciada nestes espaços. Outro fator que a diferencia diz respeito à capacidade que tem de envolvimento dos ministérios governamentais para o atendimento das políticas estabelecidas. Dessa forma, Perico (2010) argumenta que os “compromissos de um amplo número de ministérios, secretarias e organismos públicos do nível federal, que sob a coordenação geral da Casa Civil da Presidência, assumem compromissos de convergência em suas ações sobre os territórios priorizados” (p.106).

A formatação dada aos Territórios de Cidadania oportuniza a realização de várias concertações, pois, por meio da efetivação dessa política, criam-se consensos, definem-se prioridades territoriais, constroem-se ações coletivas, fomentam-se responsabilidades. Os primeiros Territórios de Cidadania implantados no Brasil em 2008 tinham como eixos comuns o fato de serem constituídos por municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que possuíam colegiados territoriais com grande número de agricultores familiares, o estabelecimento de um plano de desenvolvimento territorial e que demandam maiores investimentos públicos na área social.

3.4. O Território da Bacia do Rio Grande

Como já mencionado anteriormente, o Território da Bacia do Rio Grande é formado por quatorze municípios e compreende uma área territorial de 75.388 km². Parte desse território compõe os cerrados baianos, denominado pelos nativos de “gerais” e outra parte encontra-se na região do vale.

Município	Ano de criação	Área (Km ²)	População	Rural	Urbana
ANGICAL	1890	1.638,70	14.073	7.442	6.531
BAIANÓPOLIS	1962	3.360,10	13.863	10.368	3.495
BARREIRAS	1891	7.895,20	137.428	13.964	123.734
BURITIRAMA	1986	3.797,90	19.589	11.697	7.892
CATOLÂNDIA	1962	659,70	2.609	1.643	966
COTEGIPE	1820	4.018,60	13.638	6.987	6.651
CRISTÓPOLIS	1962	896,50	13.280	10.147	3.133
FORMOSA DO RIO PRETO	1961	16.185,20	22.334	8.887	13.647
LUIS EDUARDO	2001	4.018,80	60.179	5.224	54.955
MANSIDÃO	1986	3.142,80	12.594	7.810	4.784
RIACHÃO DAS NEVES	1962	5.840,20	21.941	11.195	10.746
SÃO DESIDERIO	1962	14.819,60	27.692	19.055	8.637
SANTA RITA DE CÁSSIA	1840	6.071,10	26.261	11.349	14.912
WANDERLEY	1986	3.043,40	12.485	6.607	5.878

Tabela 01: Municípios do Território da Bacia do Rio Grande

Fonte: Agência 10envolvimento - 2010 e IBGE 2010.

Os dados acima apontam a diversidade do Território da Bacia do Rio Grande. Dos 14 municípios, apenas em 04 predomina a população urbana. Os demais têm a maior parte de sua população nos espaços rurais. Isto significa que é um território com forte atuação nas áreas agrícolas. Importante também destacar que no setor agrícola os municípios diferenciam, a saber, Barreiras, Formosa, Luís Eduardo e São Desidério são classificados como área de expansão agrícola, onde predomina a agricultura de exportação. Nesses municípios temos a presença majoritária do chamado agronegócio.

Outro dado importante de ser analisado associa-se a seguinte questão: a prática do agronegócio não gera presença forte no campo. Nesses municípios onde ele predomina, o campo possui poucos habitantes. Em contrapartida, a concentração urbana em cidades com infraestrutura precárias, que não optaram por um desenvolvimento sustentável gera uma infinidade de problemas econômicos, políticos, sociais e culturais.

Nos demais municípios existem o predomínio da agricultura familiar que ainda sobrevive em condições extremamente precárias. Outro fato agravante neste território está associado às questões ambientais. Com o avanço da agricultura modernizada, com uso de tecnologias voltadas para o aumento da produção, temos observado um processo

crescente de destruição do meio ambiente que se caracteriza pelo desmatamento e também pelo uso das águas para a agricultura de irrigação. As grandes propriedades agrícolas só conseguem manter alto índice de produtividade com a utilização de pivôs, uso de defensivos agrícolas e um processo cada vez mais acelerado de sementes geneticamente modificadas.

As imagens que apresentamos a seguir demonstram no primeiro quadro a retirada das águas dos rios através do pivô central. No segundo, mostramos a dimensão das fazendas e o desmatamento que é realizado para a implantação do projeto agrícola. As culturas hoje predominantes são a soja e o algodão. Eles dividem toda a produção anual. Esses empreendimentos agrícolas predominam nos municípios de Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães e São Desidério.

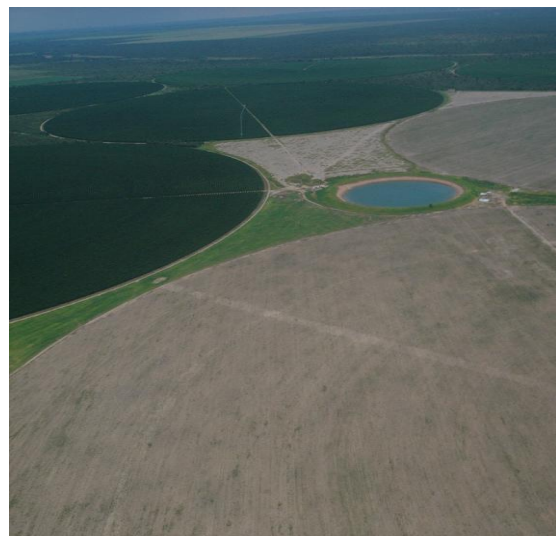




Figura 02: Fotos de fazendas que praticam o agronegócio
Fonte: Arquivo Agência 10envolvimento

A retirada de milhares de metros cúbicos de água dos rios do Território pelos pivôs centrais tem sido alvo de muitas preocupações, debates e embates nas plenárias territoriais. Um dos grandes momentos dessa discussão foi a criação dos Comitês de Bacia que apresenta, na sua estrutura organizacional, a participação dos usuários e do poder público. Este espaço, apesar das especificidades de cada instituição, pode ser considerado como um dos avanços da implantação das políticas de desenvolvimento territorial. Outro aspecto que tem sido alvo de discussões no território é a agricultura familiar. Vivemos o paradoxo entre o agronegócio e este setor.

Apesar do aporte de recursos provenientes do governo federal, notamos ainda um grande número de agricultores familiares empobrecidos. As figuras a seguir demonstram ainda o nível de precariedade vivenciada na agricultura familiar da região. Além dos problemas oriundos das *intempéries* da natureza, tais como seca prolongada, solos que precisam ser corrigidos, os agricultores familiares utilizam ainda instrumentos rudimentares em suas tarefas diárias. Eles desenvolvem a cultura da mandioca - considerada uma das principais da agricultura familiar- e a forma ainda bem tradicional de limpeza dos grãos colhidos.



Figura 03: Agricultura familiar no Território da Bacia do Rio Grande
Fonte: Arquivos da Agência 10envolvimento

As discussões sobre desenvolvimento territorial começa a ganhar fôlego e força no Território da Bacia do Rio Grande a partir da implantação dessa política pela Presidência da Republica em 2003. Inicialmente, aconteceu a participação de algumas lideranças de sindicatos de trabalhadores rurais em atividades promovidas pelo poder público e movimentos sociais, trazendo para o nosso estado a proposta de organização territorial. A primeira versão desta organização territorial trazia o oeste baiano com vinte e cinco municípios, neste caso, incluindo os Territórios do Velho Chico, Rio Corrente e Rio Grande. Durante o ano 2004 as lideranças sindicais que participavam destas discussões no estado foram construindo vários nivelamentos para o entendimento

tanto do Poder Público quanto dos movimentos sociais sobre a importância da política de desenvolvimento territorial.

Em janeiro de 2005 foi instituída a Comissão para a Criação do Território do Oeste da Bahia. Nesta nova organização tivemos o envolvimento direto da Agência 10envolvimento¹⁸ que passa ser a grande referência de articulação territorial. Fevereiro de 2005 realizou-se a 1ª Oficina do Território do Oeste Baiano no auditório do Departamento de Ciências Humanas de Barreiras. Neste encontro houve a definição do desmembramento deste Território. Nasce então, o Território da Bacia do Rio Corrente¹⁹ e o Território do Oeste Baiano²⁰.

No mês de Fevereiro de 2006 conseguiu-se enfim a homologação do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Território Oeste, composto pelas seguintes entidades: As Prefeituras de Barreiras, Wanderley e Mansidão; um representante de um órgão público federal (sem definição), um representante de um órgão público estadual (sem definição), um representante do poder legislativo (sem definição); os STRs de Formosa do Rio Preto, São Desidério, Cotegipe, Santa Rita de Cássia; a CUT Oeste, Sindicob, MST, Comissão dos Direitos Humanos, Centro de Defesa de Crianças e Adolescentes, OAB; um representante do setor produtivo. Foram escolhidas como entidades de apoio técnico: FASB, UNEB, BNB, CODEVASF, ATES, IBAMA, 10envolvimento. Conselho Diretivo: Prefeitura Municipal de Wanderley, representante do Governo Federal, CUT, MST, Sindicob, Agência 10envolvimento.²¹

Em 2007, foi realizada a 4ª Oficina Territorial, com 120 participantes. Esta oficina trouxe duas novidades - a homologação oficial do novo nome do território-, “Território da Bacia do Rio Grande” a recomposição das representações territoriais. Ficaram no Colegiado Territorial as seguintes representações: Prefeitura Municipal de Barreiras, Prefeitura Municipal de Mansidão, Prefeitura Municipal de Wanderley, Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto, Prefeitura Municipal de Luis Eduardo Magalhães, Representante do Poder Legislativo – Câmara de Vereadores de Angical, Representante da CODEVASF, Representante da EBDA; Sindicato dos Trabalhadores

¹⁸ ONG com sede em Barreiras criada em com atuação no âmbito da Diocese de Barreiras. Desenvolve ações na área da agricultura familiar, políticas públicas e meio ambiente.

¹⁹ Este território é formado pelos seguintes municípios: Santa Maria da Vitória, Jaborandi, Cocos, Correntina, Canápolis, São Felix, Coribe, Tabocas do Brejo Velho, Brejolândia, etc

²⁰ Esses dados encontram-se no Relatório da Agência 10envolvimento em março de 2010

²¹ Informações contidas no Relatório produzido pelo articulador territorial

Rurais de São Desidério, Sindicato dos Trabalhadores Rurais Cotegepe, Sindicato dos Trabalhadores Rurais Santa Rita de Cássia, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras, MST, CUT, FETRAF, MLST, CDCA, SINDICOB, OAB, Agência 10envolvimento, UFBA, FASB, Setor Produtivo. Constituiu-se o seguinte “Núcleo Diretivo”: CUT – Oeste, Prefeitura de Barreiras, EBDA – Gerência Regional, SUDIC, STR de Barreiras, Agência 10envolvimento. Como “Núcleo de Apoio Técnico”, ficaram aprovados: BNB, UNEB, UFBA, FASB, EBDA, CODEVASF, IBAMA, STR de Barreiras, ATEs – FETRAF, Agência 10envolvimento.²²

Várias são as atividades desenvolvidas pelo Território. No entanto, existe a necessidade de um processo de articulação das forças que representam os movimentos sociais para que essas instituições possam construir o seu empoderamento. Outro fato a pensar é que os setores do agronegócio continuam utilizando as mesmas formas de gestão frente aos espaços públicos, desconsiderando o diálogo, os embates que precisam ser construídos nas instâncias democráticas do Território.

3.5. A universidade e os movimentos sociais

Iniciamos nosso questionamento epistemológico trazendo para o debate se os Movimentos Sociais, em sua articulação com a Universidade têm sido articuladores dos espaços de decisão sobre as questões estratégicas relacionadas ao desenvolvimento sócio-econômico-cultural-político do Território da Bacia do Rio Grande. Nesse percurso tivemos a oportunidade de analisar 156 projetos de pesquisa e extensão registrados no Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) da UNEB - Departamento de Barreiras entre os anos de 2005 a 2010. Destes, 106 não têm vínculo com os movimentos sociais. Isso significa dizer que, na totalidade dos projetos, 50, ou seja, 32% articulam-se com os movimentos sociais. O gráfico a seguir ilustra esse percentual.

²² Informações contidas no Relatório produzido pelo articulador territorial em março de 2010.

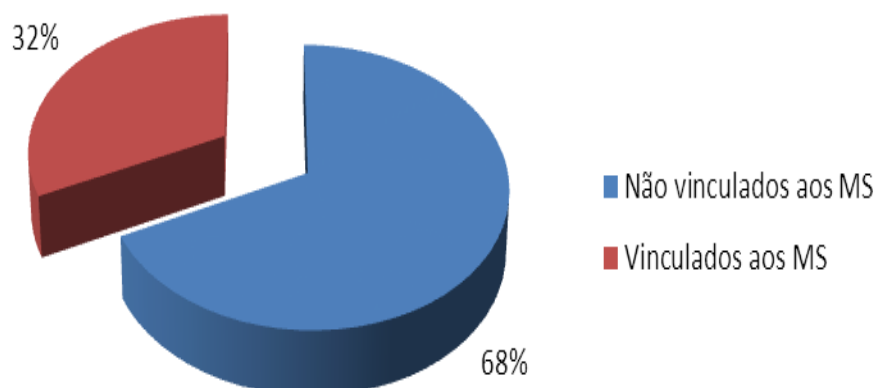


Gráfico 01: Percentual de Projetos vinculados ou não vinculados aos movimentos sociais

Esses dados são importantes para a nossa análise, pois o período pesquisado é o mesmo de implantação da política territorial no Oeste da Bahia. Isso significa que essas discussões estavam muito presentes no cotidiano dos movimentos sociais. No entanto, elas nos apontam que, embora a universidade seja parte integrante do território, compõe seu Núcleo Técnico, os distanciamentos entre os seus projetos educativos e a dinâmica territorial são evidentes, não existe vínculos entre a universidade e os movimentos sociais nas questões estratégicas relacionadas ao desenvolvimento socio-econômico-cultural- político do território. Uma militante do movimento social chamada de Maria²³ menciona que

A universidade precisa ocupar mais esses espaços de atuação coletiva da população e fazer do chão dos movimentos um espaço de pesquisa e debates contínuo. Os movimentos sociais do Oeste baiano também precisam ocupar os espaços acadêmicos da universidade e os estudos por ela realizados.²⁴

O posicionamento ora apresentado nos oportuniza a análise de que a universidade não tem relacionado o ensino, a pesquisa e a extensão como elementos articuladores e construído, a partir dessa relação, subsídios que nortearão suas ações com os movimentos. Outra reflexão também dita pela militante diz respeito aos próprios movimentos quando aborda que eles “precisam ocupar os espaços acadêmicos”. Uma análise sobre essa fala, considerando a capacidade de mobilização que os movimentos

²³ Os participantes da pesquisa serão assim denominados: militantes dos Movimentos Sociais: Maria, Antônio e Carlos; estudantes: Analu, Enai, Elói, Aldo, Nildo; professores coordenadores dos projetos: Pedro e Lourival.

²⁴ Entrevista realizada com Maria, militante do Movimento Social no dia 04 de Julho de 2011.

sociais possuem, a ideia de “ocupação” é bastante interessante. Essa ocupação é necessária para fazer com a universidade pública cumpra o seu papel de colocar a serviço da coletividade os conhecimentos produzidos nesta relação. Gonh (2011) reforça a análise de que os movimentos sociais enquanto construtores de ações coletivas têm politizado suas demandas e possuem caráter educativo, por isso mesmo devem ser vistos pela universidade como instituições que vivenciam caminhos educacionais diferenciados daqueles que ela pratica e utiliza.

Analizamos as áreas de ensino dos projetos que são vinculados aos movimentos sociais. A tabela a seguir nos aponta que dos 50 projetos, 35 são das Ciências Agrônômicas, 12 da Pedagogia, 02 de Ciências Contábeis e 01 das Ciências Biológicas. Com isso, sinalizamos que as temáticas perpassadas nos projetos são de caráter mais técnico, ou seja, não abordam as questões organizativas, não tematizam sobre os direitos dos cidadãos, não trazem os desafios contemporâneos vivenciados pelos movimentos sociais. Não trouxeram também os debates e os impasses vivenciados no território.

	Curso	Total
Não vinculados aos movimentos sociais	Ciências Biológicas	30
	Pedagogia	30
	Letras	13
	Ciências Agrônômicas	14
	Matemática	10
	N.I.	8
	Ciências Contábeis	1
Total		106
Vinculados aos movimentos sociais	Ciências Agrônômicas	35
	Pedagogia	12
	Ciências Contábeis	2
	Ciências Biológicas	1
Total		50
Total Geral		156

Tabela 02: Relação dos Projetos vinculados e não vinculados aos Movimentos Sociais.

Fonte: NUPE

Sob este aspecto podemos observar, nas temáticas desenvolvidas nos Projetos que tem vinculação com os movimentos sociais, uma predominância das questões relacionadas ao trabalho desenvolvido na agricultura familiar. O que nos leva a pensar que as demandas apresentadas pelos movimentos relacionam-se com as questões operacionais da produção, do que propriamente com os aspectos socioeducativos.

É interessante também observar, na Tabela 03, que temáticas como meio ambiente, consciência negra, educação do campo, direito sindical, aparecem em

números bem menores do que as temáticas mais técnicas. Nesse sentido é fundamental analisar se os movimentos sociais não relacionam as ações da universidade às questões mais sociopolíticas, achando que sua contribuição é apenas nas questões técnicas. Ou uma outra análise é que a universidade não tem contribuído para a formação de uma outra lógica societal e acaba dando subsídios para que as pessoas se adequem ao modelo vigente. Essa é mais uma reflexão que começa perpassar por este trabalho.

Temática dos projetos desenvolvidos	Qtde
Bovinocultura	6
Plantas Forrageiras	5
Apicultura	3
Irrigação Barreiras Norte	3
Manejo de Pastagens	3
Pescadores	3
Alimentação do gado	2
Ovinocultura	1
Pecuária	1
Caprino-ovinocultura	1
Agricultura Sustentável	1
Agroindústria do Leite	1
Conservação de Forragens	1
Festejo Rural	2
Meio Ambiente	1
Quilombos	1
Consciência Negra	3
Educação do Campo	3
Educação de Jovens e Adultos	3
Educação Inclusiva	1
Direito Sindical	1
Associação de Moradores	1
Monitoria Núcleo de Ética e Cidadania	3
Total Geral	50

Tabela 03: Temáticas desenvolvidas nos Projetos vinculados aos MS

Fonte: Projetos registrados no NUPE

Prosseguindo essa análise, a militante Maria aborda que a universidade deve “colocar o seu acervo de pesquisa e saberes construídos e acumulados a serviço do sindicato, bem como oportunizar debates acerca da atuação desse movimento no contexto social que está inserido”. A sua posição apresenta desafios para a universidade. Ela não deve apenas desenvolver projetos relacionados às questões técnicas operacionais, mas também ajudar os movimentos sociais a entenderem os desafios contemporâneos.

Frigotto (2005) traduz muito bem os desafios apresentados à universidade nesse momento. Cabe a esta instituição pautar-se nos projetos que consigam empoderar as classes populares para que elas possam reconstruir outra lógica. Não devemos fomentar adaptações, mas trabalhar para o surgimento de novos caminhos. Corroborando com essa abordagem, o militante social Antônio apresenta as seguintes reflexões:

Acho que a educação é muito importante. Importante e necessária. Há uma necessidade muito grande que a gente possa estar aprofundando com as universidades e a gente, como representante do movimento, tem cobrado porque eu acho que ainda deixa muito a desejar (as universidades). Hoje a quantidade de projetos que existem do governo federal que a gente precisa estar aprofundando (sic). Outra questão é a pesquisa, a capacidade de elaboração de projetos. A gente ainda sente uma fragilidade muito grande e, principalmente, dos professores hoje no curso de Técnicas Agrícolas e de Engenharia Agrônômica. Eles estão muito voltados para o agronegócio e a gente acha que tem uma dificuldade muito grande de contribuir com a agricultura familiar (sic).

Os argumentos do militante apresentam dados muito significativos. Menciona a importância da educação e deixa claro que as universidades precisam estar atentas às cobranças do movimento social, bem como aborda a necessidade da pesquisa voltar-se para os interesses da agricultura familiar. É importante a crítica aos cursos e professores que têm priorizado o agronegócio. A maioria dos municípios que constitui o Território da Bacia do Rio Grande possui sua população nas áreas rurais (ver Tabela 01). Nesse sentido, a universidade precisa concretizar o ideário freireano quando argumenta que *a leitura de mundo precede a leitura da escrita*. É impossível uma articulação com o Território sem entender que as ações que se constituem em projetos precisam ressignificar as práticas diárias.

As dificuldades de articulação entre a universidade e os movimentos sociais na implantação das políticas territoriais são notórias. No entanto, existe um esforço das duas instituições em estabelecer novos paradigmas. Isso é possível observar na medida em que de 2005 até 2010 tivemos um aumento do número de projetos que têm vínculos com os movimentos sociais. O gráfico a seguir apresenta essas mudanças.

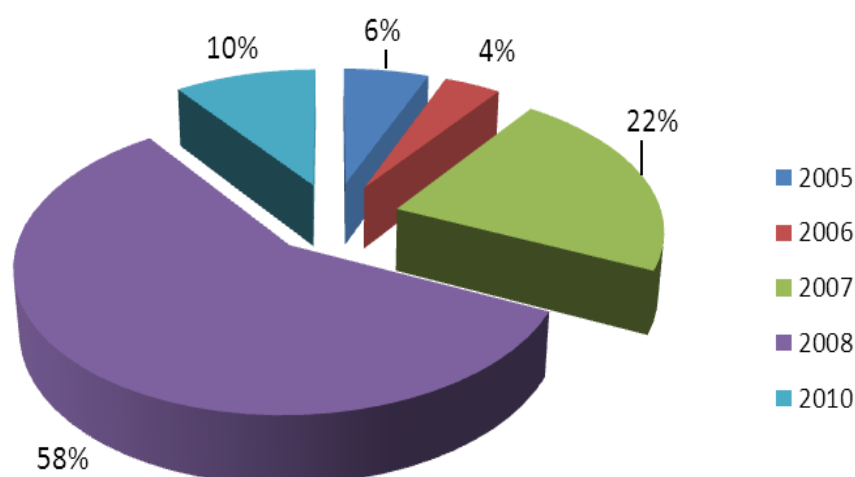


Gráfico 02: Percentual de Projetos/ano vinculados aos Movimentos Sociais

Constatamos, através dos dados, que em 2008 houve um aumento significativo de projetos vinculados aos movimentos sociais. Este fato pode ser analisado a partir da própria dinâmica do território.

Uma mobilização territorial de grande repercussão aconteceu no final de fevereiro de 2008. Impulsionados pela situação crítica dos criadores regionais, o Conselho Territorial promoveu, juntamente com a Gerência Regional da EBDA, um encontro emergencial sobre “Saídas para a agricultura familiar atingida pela estiagem prolongada”.²⁵

Associando esse relato à quantidade de projetos desenvolvidos (vide Tabela 03) percebemos que esses voltaram suas temáticas para a bovinocultura e as plantas forrageiras que deveriam ser utilizadas como alimento para o gado nos períodos de estiagem. Nesse contexto, notamos a universidade, a partir da emergência colocada pelo território, apresentando alternativas para os agricultores familiares, o que se coaduna com a análise de Dias Sobrinho (2005) que aponta para a necessidade de a universidade colocar a serviço da sociedade os conhecimentos que possui. Ela não deve agir somente pela lógica do mercado, mas ir de encontro a ele, para que possa atender às demandas coletivas.

Uma questão a ser apontada é relativo à evidência de que existe uma concentração das atividades em Barreiras e nos municípios mais próximos, dado que a política territorial

²⁵ Relatório de Atividades do Território de Dezembro de 2010, p. 08

tem como meta o desenvolvimento integrado, pautado na sustentabilidade. Desvincula a idéia de resolução individual de problemas, enfatizando o pertencimento.

O gráfico a seguir apresenta que esta perspectiva ainda não está presente nos projetos realizados pela universidade. O território é composto de 14 municípios, parte de sua população concentra-se nas áreas rurais, vivendo da agricultura familiar. (ver Tabela 01). No entanto, ainda prevalece a lógica de favorecer os municípios com maior poder econômico e político. Esses dados são emblemáticos quando apresentam a concentração das atividades (62%) em Barreiras.

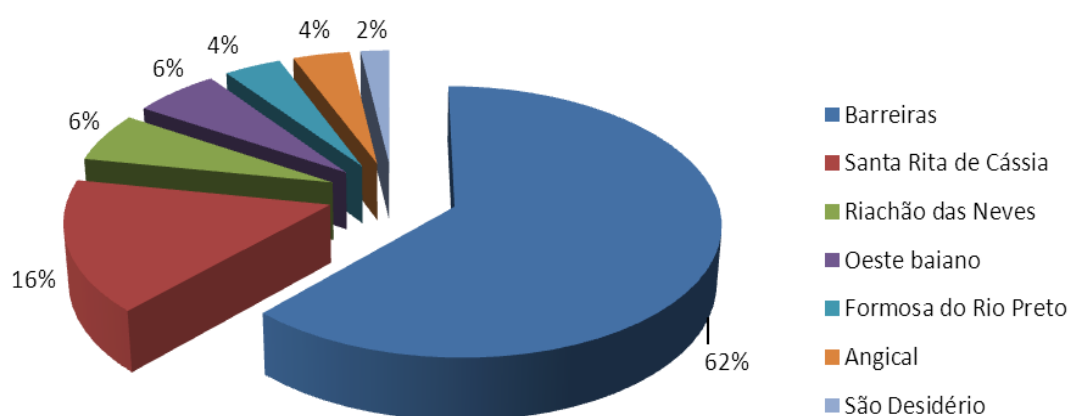


Gráfico 03: Projetos vinculados aos MS desenvolvidos nos municípios

Araújo (2010) corrobora com esta discussão abordando o papel estratégico das universidades na política de gestão do território. Para tal, é imprescindível a elaboração de projetos que contemplem o desenvolvimento territorial a partir das peculiaridades locais, considerando a capacidade de cada município. Neste contexto, a qualificação dos atores sociais é condição *sine qua non* para o desenvolvimento regional.

No que diz respeito à caracterização dos projetos desenvolvidos pela UNEB/Barreiras, a pesquisa apontou que 82% deles que tem vinculação com os movimentos sociais são caracterizados como extensão. Essa constatação nos leva a questionar o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Como qualificar ações extensionistas divorciadas da pesquisa? O gráfico a seguir demonstra uma realidade que necessita ser discutida pela comunidade acadêmica.

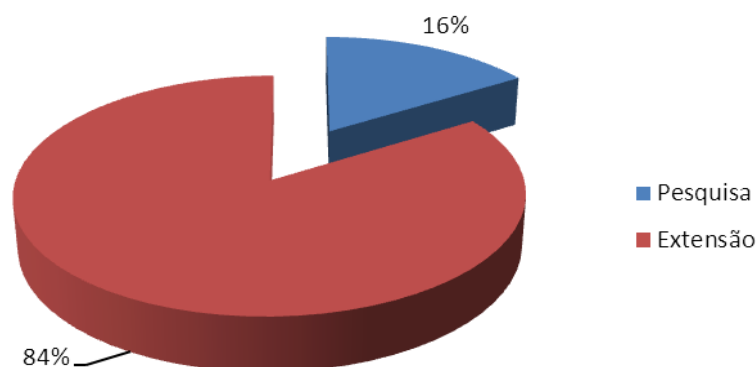


Gráfico 04: Tipos de projetos vinculados aos MS

Dias Sobrinho (2005) apresenta a discussão de que a universidade deve responsabilizar-se pela construção do conhecimento que não deve ser medido apenas na questão operacional. Os cursos de extensão são importantes para as questões imediatas, embora precisem, a partir deles, elencarem uma série de atividades que devem permear a construção de relações mais dialógicas entre a universidade e os movimentos sociais. As contradições inerentes a este espaço territorial perpassam as ações extensionistas da universidade. No exercício de sua função política, não deve permitir que as contradições afloradas se transformem em disputas mesquinhas e carregadas de preconceitos. Em determinados momentos, os representantes do agronegócio tentaram levar um projeto de desenvolvimento conhecido por “Nossa região”. No relatório da Agência 10envolvimento (2009) está registrado que

No correr do ano 2006 umas forças regionais insistiram na implantação do programa estadual “Nossa Região”, o que gerou muita confusão e polêmica de natureza partidária, principalmente nas cabeças de uns administradores municipais. O agro-negócio de grande porte da região, razoavelmente orquestrado pela Associação dos Irrigantes da Bahia – AIBA, impõe seus interesses particulares por meio de sofisticados sistemas de marketing, lobbying e financiamento de interesses políticos (sic). Pouco (ou nada) se importa com a discussão territorial. Nunca mostrou interesse de negociar o desenvolvimento da região com outras forças sociais, a não ser – quando não há como evitar – com os prefeitos e lideranças políticas. Ainda assim, vem sendo muito melhor atendido pelos governos do que as forças que articulam seus interesses em consideração do contexto territorial (p.13).

As análises, neste documento, contribuem para que possamos realmente pensar de que forma um Território que possui contradições tão intensas podem estabelecer momentos de concertação, de diálogo e atividades coletivas. Uma das finalidades da política de desenvolvimento territorial está em construir uma lógica de desenvolvimento que “quebre” com o tradicional “beija-mão”, ou seja, os grupos ou pessoas vão diretamente às autoridades resolverem os seus problemas, dificultando assim a formação de uma lógica que tenha as ações coletivas como pressuposto básico da sociedade. A esse respeito, Araújo (2010) aponta a necessidade de a universidade contribuir para a elaboração de projetos e para a qualificação dos atores sociais locais no sentido de subsidiá-los para uma melhor intervenção no Território. Sob este aspecto, diante da diversidade do território e das demandas, notamos que os projetos de pesquisa e extensão da universidade, aqui em análise, dialogam pouco com os movimentos sociais e, mais ainda, não apresentam as demandas diárias dos mesmos.

Nesse sentido, o militante do movimento social, Antônio, apresenta a sua concepção de universidade:

Acho que precisamos muito mais na questão da política territorial, ter um apoio maior da universidade. Tem alguns projetos em andamento na área de biodiesel, tá tendo uma proposta através do governo do estado, através da secretaria de ciência e tecnologia, uma experiência nessa área de esmagamento de mamona, um projeto que está iniciando agora e que a gente precisa aprofundar, sentar com a direção da universidade. Uma experiência nessa área de pesquisa vai contribuir muito para esse processo de desenvolvimento.

A partir desse posicionamento, compreendemos o que é ser uma universidade territorializada, ou seja, aquela em que suas ações são colocadas a serviço da coletividade. Nessa fala, ele apresenta as demandas provenientes da agricultura familiar e a necessidade das pesquisas contribuírem para a melhoria da qualidade de vida destas pessoas. Nessa mesma direção, dialogando com professores coordenadores dos projetos que se relacionam com movimentos sociais, Pedro e Lourival, afirmaram em relação à universidade:

Espaço para pensar o conhecimento, oportunidade de ver o mundo diferente. Ela oportuniza conhecer realidades antes não conhecidas. Contribui então com o espírito crítico. Enquanto instituição social precisa estar voltada para a sociedade, para os problemas que esta vive.

A posição ora apresentada pelos professores nos chama atenção a respeito da compreensão sobre a universidade. Suas falas evidenciam a universidade enquanto instituição social, que não pode distanciar-se dos problemas. No entanto, essa fala não se concretiza. Faltam participação e apoio da universidade nas atividades desenvolvidas no território. O relatório da Agência10envolvimento publicado em dezembro de 2010 é bastante elucidativo quando se refere às ações do Núcleo Técnico, órgão que a universidade participa:

É indispensável que o Território conte com uma equipe permanente de apoio técnico, conforme as atribuições definidas no Regimento Interno do Colegiado Territorial. O Núcleo Técnico do TBRG, como abordado em cima, continua sem atuação. É este o principal motivo do atraso na elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável. Há muitas pessoas qualificadas nas instituições e entidades territoriais, cujas ideais comungam com a filosofia territorial (desenvolvimento sustentável, integrando interesses diversos, de inclusão social); entretanto, ou por falta de fé, ou por falta de incentivo, ou por preguiça, deixaram de engajar-se determinadamente neste Núcleo.²⁶

O relato nos ajuda a pensar que continua o distanciamento entre a universidade e as atividades do território. Sabemos das várias atuações e do número reduzido de profissionais que estão dentro da universidade, que tem vontade política e interesse de atuarem nesses espaços. Infelizmente são poucos os profissionais com dedicação exclusiva. Àqueles que a possuem já estão envolvidos em seus projetos. Diante disso, notamos que é fundamental a universidade constituir grupos de trabalho que estejam pensando o desenvolvimento territorial sob essa lógica, não apenas a do agronegócio, mas também a que associa crescimento com desenvolvimento sustentável.

Ainda sobre a concepção de universidade, trazemos a fala de alguns estudantes aqui denominados de Enai, Analu e Nildo, respectivamente:

Como local que é gerado o conhecimento e de que alguma maneira irá ajudar nos movimentos.

Antes a gente via a universidade como sendo coisa de gente rica, hoje sabemos que como instituição pública ela precisa estar a serviço da sociedade.

De uma forma diversificada, de uma maneira ampla, com um olhar abrangente e com o intuito de cuidar, acolher e realizar projetos que tentem mudar a realidade social para alcançarem resultados satisfatórios.

²⁶ Relatório de Atividade do Colegiado realizado pela 10envolvimento em dezembro de 2010.

A concepção por eles abordada nos remete à discussão sobre o papel institucional da universidade e a necessidade de sua inserção na sociedade, tentando “mudar a realidade social...” Daí ser imprescindível construir, nos espaços universitários, projetos, seja nas áreas de extensão, ensino e pesquisa, que dialoguem com os movimentos sociais, que possam trazer para dentro da universidade esta pluralidade, pois essa é uma das formas de efetivação de seu compromisso social. podemos apontar a necessidade de articulação entre o saber acadêmico e o saber construído nos Movimentos Sociais. Caldart (2004) nos apresenta essa reflexão quando sinaliza que, “a escola é um lugar fundamental de educação do povo”. Dito isso, podemos afirmar que os conhecimentos dialeticamente construídos na escola contribuem para a empoderamento das classes populares.

Essa concepção de espaço escolar como lugar de formação coletiva, de fortalecimento dos sujeitos sociais é um grande desafio contemporâneo pois, como diz a autora, as relações que perpassam em seu interior, “ensinam” mais do que os conteúdos escolares propriamente. Nessa abordagem, observamos o quanto é fundamental o estabelecimento de relações dialógicas, democráticas e de respeito aos direitos no interior dessas instituições. A partir dessa premissa podemos pensar uma articulação entre a universidade e os movimentos sociais, onde os militantes passam a ser vistos como sujeitos de direitos, criadores de suas histórias, capazes de intervir e reconstruir uma nova dinâmica social.

Sob esse aspecto, o professor Pedro apresenta os desafios contemporâneos que são colocados na efetivação da relação entre universidade e movimentos sociais:

No âmbito da universidade, infelizmente o campus IX vem perdendo fôlego na inserção com as questões sociais. Vem perdendo fôlego até no âmbito do próprio campus. Assim, parece que cada um, cada dia mais quer cuidar de si e não quer saber das questões dos outros. Então não me parece uma coisa só do campus IX, só da sociedade barreirense. mais uma coisa mais ou menos generalizada. Aqui no campus IX, mais precisamente, eu falo assim: os professores antigamente estava empenhados em discutir essa questão, em instigar os alunos a mexer com essas questões parece que isso aqui perdeu as forças. Uma coisa assustadora então se nós formadores não levamos os estudantes a se questionarem não mexemos com eles, os estudantes eles por si só não vão fazer isso.

Nesta fala podemos analisar o grande impasse vivenciado pela universidade. A ausência de envolvimento dos estudantes e dos professores nas questões relacionadas aos problemas diários tem sido um grande desafio. Isso nos remete ao fato de que hoje

as pessoas não estão muito preocupadas com os problemas coletivos. O importante é cuidar de si (GONH, 2005). Desconstruir essa premissa e transformar o espaço acadêmico em espaços coletivos de aprendizagem requer de cada um de nós – universidade e movimentos sociais - novas posturas.

Gonh (2011) enfatiza que “(...) Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, aqui denominado de educação não formal”. Neste sentido conseguimos responder o questionamento apresentado sobre as relações de proximidade entre o *Campus* de Barreiras e os movimentos sociais, quando temos a convicção de que os processos de aprendizagens acontecem em outros espaços, neste caso específico nos movimentos sociais. Essa forma de entendimento oportuniza a universidade repensar seus pressupostos epistemológicos, reforçando assim a visão freireana de que o conhecimento acontece mediatizado pelo mundo. Nesta linha de raciocínio o posicionamento de Antônio, militante do movimento social, sobre a importância da universidade é emblemática:

A gente sente a fragilidade que a nossa sociedade tem do conhecimento, quando a gente convive com o pessoal, quando vai para uma manifestação em Brasília, a gente convive muito com o povo do sul do país, e a gente sente que o nível de conhecimentos deles é muito maior que o nosso, não tem como negar isso e a gente percebe que a universidade é um dos pontos que poderia contribuir muito para a gente ter uma qualidade melhor de intervenção dos movimentos, das cooperativas, todas as organizações.

A construção feita por esse militante expressa algumas questões que precisam ser pontuadas. Inicialmente ele aborda a fragilidade do conhecimento que possui quando este se depara com outros militantes de outros estados ou territórios, menciona abertamente que o “*nível de conhecimentos deles é muito maior que o nosso*”. Os movimentos sociais, conforme a tradição da sociedade burguesa, também hierarquizam os saberes entre o “povo do sul e o povo do nordeste”. Essa lógica precisa ser desconstruída, pois a história nos apresenta uma série de movimentos reivindicatórios que tiveram sua origem em terras nordestinas. Outro ponto a considerar é a relação que ele estabelece na melhoria das intervenções, nas formas de organização e a universidade. Neste ínterim, diz com convicção de que esta pode contribuir qualitativamente com os movimentos sociais.

Diante de tal situação, acrescentamos que a universidade enquanto instituição social necessita rever os seus projetos, ou melhor, precisa reestruturá-los, combinando, nessa ação, o ensino, a pesquisa e a extensão direcionados para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos sociais que vivem no território em que está inserida. Os projetos que foram analisados são em sua maioria de extensão. O nosso questionamento pauta-se nesse ínterim: os projetos nasceram como? Quais foram os estudos (pesquisa) realizados que demonstram a sua necessidade?

Seguindo essa abordagem, a discussão a seguir analisa as mudanças de concepções dos estudantes que atuam nos projetos que se relacionam com os movimentos sociais. Destacamos as seguintes afirmações:

Minha concepção de movimento social mudou. Ajudou a melhorar a minha concepção, eu já tinha uma concepção lá no Rio Grande do Sul, essa parte é muito forte principalmente na minha região no oeste do Rio Grande do Sul. Então eu já conhecia o MST, já conhecia a Via Campesina, o Sindicato Rural a gente participa, meu pai participa do Sindicato Rural desde mil novecentos e setenta e pouco, desde 83, 84 que ele é filiado no PT, então sempre fui criado nessa parte, então aí quando eu comecei trabalhar aqui melhorou. (Elói)

Eu vi que a realidade dos movimentos sociais abrangia várias outras concepções para a minha formação não só profissional, como social enquanto cidadã. O aprendizado nos movimentos é muito grande. (Analu)

Anteriormente eu tinha uma idéia estereotipada sobre os movimentos sociais. Por meio dos projetos percebi que estava errada e conheci a verdadeira essência do movimento social. (Nildo)

A universidade tem ajudado a ter uma visão mais crítica dos movimentos sociais. Conseguimos enxergar melhor. Não mais com paixão, mas com mais conhecimentos. (Aldo)

Considerando essas vozes, acreditamos que a realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão que dialoguem com os movimentos sociais são momentos de aprendizagem significativa para os estudantes universitários. Elas expressam e reafirmam a necessidade da interação da universidade com o território, entendendo sua dinâmica, seus desafios, sua pluralidade. Ademais, essa relação contribui para que visões estereotipadas passem por uma reformulação. Isso acontece tanto na universidade, como nos movimentos sociais.

A construção de novos fazeres pedagógicos inaugura uma relação dialógica entre os movimentos sociais e a universidade, possibilitando à academia ampliar o seu olhar, perceber o que está em seu entorno, intervir, participar, redescobrir sua função pública e conquistar, da parte dos movimentos sociais, a confiabilidade tão necessária entre aqueles que possuem tarefas comuns.

O estudo realizado apontou para a necessidade de articulação entre a universidade e os movimentos sociais. Essa relação está permeada de contradições, de impasses, mas também de grandes descobertas, de superação do elitismo. Precisamos ser – universidade e movimentos Sociais- aprendentes, pois desta forma podemos construir espaços verdadeiramente democráticos e inclusivos.

CONSIDERAÇÕES

As conclusões não finalizam, apenas apontam caminhos...

A relação dialética entre universidade e território oportunizou reflexões sobre a formação multidimensional dos atores sociais inseridos nos espaços acadêmicos e nos movimentos sociais. Sua compreensão, neste contexto complexo e de múltiplas determinações, explicita a responsabilidade da universidade enquanto instituição pública, estimuladora da produção de conhecimentos.

Sob essa lógica de análise, a universidade apresenta, em seu bojo, a necessidade de colocar os conhecimentos construídos na prática social, a serviço do bem comum. Sua presença incrustada em um território permeado pelas desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas projeta a sua importância articuladora e estimuladora de ações coletivas. É dessa maneira que ela se territorializa, ou seja, constrói o seu pertencimento. Pensando nesta dimensão, a universidade contribui para a elaboração de novos paradigmas e quebra de outros que foram historicamente construídos por ideais e concepções nem sempre coletivas. O território é, acima de tudo, um local de conflitos e confrontos de interesses, campo de combate e construção de projetos tanto com viés emancipatório, quanto com viés dominador e explorador.

A reflexão ora construída neste estudo nos permitiu aprofundar os desafios que são delineados para o contexto da educação superior. A partir dessa análise, repensamos, de modo bem contundente, o seu papel histórico instituído em um território de conflitos. Sabemos que a construção de relações éticas confronta em vários momentos com interesses difusos, contrários ao bem coletivo. Muitos desses interesses também se apresentam na ambiência acadêmica. Nesta conjuntura torna-se imprescindível que a responsabilidade pública seja o alvo maior, fazendo com que a universidade contribua não apenas com profissionais que possuam boa formação técnica, mas novas posturas éticas.

Essa compreensão desconstrói e, ao mesmo tempo, constrói possibilidades de trabalho mais comprometido da universidade com o seu *lôcus* de atuação. Cabem às estruturas acadêmicas, por meio de suas ações, redimensionarem a relação entre

conhecimento e formação cidadã. A compreensão da cidadania enquanto direitos civis, políticos e sociais pautam toda a intervenção dos movimentos sociais. Grande parte das mobilizações e ações promovidas por eles acontece devido à retirada de um desses direitos.

A expansão do conceito de cidadania apresenta para a universidade territorializada, ou seja, aquela com pertencimento no espaço em que está inserida, muitos desafios. Dentre eles, destacamos a construção de uma contra hegemonia política, social e cultural que vai confrontar com os ideários capitalistas que reforçam as atitudes e ações fragmentadas em detrimento do coletivo. Neste ínterim, a universidade amplia suas ações e seus objetivos quando estabelece com os movimentos sociais projetos e programas construtores de uma nova “sociabilidade”.

Nessa perspectiva, a noção de educação e de cidadania deixam de ser “jargões” construídos, edificados e tutelados pelo Estado na sociedade liberal e aperfeiçoados no neoliberalismo e passam a se constituir cotidianamente. O conceito de cidadania nos movimentos sociais está diretamente relacionado ao fazer cotidiano. Ele é aprendido nas atividades coletivas, nos embates com o poder público, no enfrentamento e na conquista dos direitos. A universidade territorializada, comprometida com o seu contexto sócio-político e econômico, através de seus conhecimentos pedagógicos contribui para a reflexão e para a elaboração de diversas formas de luta. Uma de suas tarefas políticas está na articulação de novas concepções, valores e atitudes, intervindo na produção de um conjunto de conhecimentos formados por múltiplas determinações. Essa intervenção se operacionaliza como um processo de formação no exercício da cidadania.

Esta é uma discussão fundante no território tendo em vista que o mesmo é composto de grupos econômicos e sociais que são contraditórios não apenas em sua constituição, mas também em seus projetos de sociedade. Nele não existe neutralidade e, como tal, possui contradições históricas. A universidade não pode esquivar-se de seu papel contestador e fomentador de práticas alternativas e até mesmo contrárias a determinados interesses. Neste ínterim, é preciso saber os caminhos a seguir na condução de alternativas de melhoria de qualidade de vida para toda a população.

Salientamos que a universidade territorializada tem como princípio o bem coletivo, mesmo que suas ações possam, em determinados momentos, serem direcionadas para setores econômicos mais privilegiados. Entretanto, é preciso ter o

componente ético presente em toda essa ação. Sob esse aspecto, torna-se importante compreender que apenas a inserção física dentro de um determinado espaço territorial não significa atitudes de pertencimento. Esta deve associar-se ao comprometimento que a mesma precisa ter com os sujeitos sociais que constroem esse espaço.

O aprendizado adquirido nos Movimentos Sociais proporciona aos sujeitos sociais uma independência política, intelectual, que, junto com o saber acadêmico, poderá redimensionar uma nova ação educativa. Em suma, podemos dizer que esses aprendizados são permeados do cotidiano, que podem, num processo de reconstrução e reelaboração, contribuir para o redimensionamento do conhecimento. As análises da pesquisa apontam para a necessidade de articulação entre este saber e o saber construído nos Movimentos Sociais.

Essa concepção de espaço escolar como lugar de formação coletiva, de fortalecimento dos sujeitos sociais é um grande desafio contemporâneo. Observamos o quanto é fundamental o estabelecimento de relações dialógicas e democráticas. Nessa premissa pensamos em uma articulação entre a universidade e os movimentos sociais em que os militantes possam ser vistos como sujeitos de direitos, criadores de suas histórias, capazes de intervir e reconstruir saberes e uma nova dinâmica social.

O percurso que a pesquisa trilhou sinaliza para a necessidade de constituir espaços pedagógicos próprios para esse debate, reconhecendo as fragilidades existentes tanto na universidade quanto nos movimentos sociais, porém apresentando possibilidades de construções coletivas. A relação da universidade (*Campus* de Barreiras) e os movimentos sociais está pautada na dialeticidade, pois não se trata de apresentar um receituário, mas de ir construindo, apesar das contradições, das singularidades, das especificidades, ações coletivas que possam, na complexidade, ir reelaborando novos fazeres pedagógicos. Os movimentos sociais ressignificam as ações acadêmicas quando trazem para o interior da universidade suas demandas, desejos e proposições.

Encontram neste espaço apoio, parceiros, conhecimentos e respeito aos seus fazeres cotidianos. Neste sentido, constroem coletivamente novos conhecimentos. Por outro lado, a universidade, em sua função pública, contribui para o aperfeiçoamento das ações dos movimentos quando coloca a serviço da coletividade os conhecimentos científicos, aprimorando e contribuindo para ações mais sólidas, mais contundentes.

A partir dessas considerações, do estudo realizado, pretendemos apontar alguns caminhos que podem ser trilhados pelos movimentos sociais e pela universidade para que possamos construir espaços pedagógicos permeados de conhecimentos coletivos. No que diz respeito ao nosso Departamento, a pesquisa apontou a necessidade de nos apropriarmos do conceito de território e participarmos das atividades que são planejadas pelo conselho territorial. Existem alguns componentes curriculares que são trabalhados nos diversos cursos do Departamento que dialogam com os movimentos sociais, portanto cabe aos professores responsáveis por eles, sintonizarem com o cotidiano do território.

Gostaríamos de sugerir que o Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) elabore um instrumento de acompanhamento dos projetos realizados no Departamento que traga informações mais precisas sobre a atuação, relação estabelecida com o território e que os resultados sejam apresentados não apenas através dos relatórios, mas em um Seminário para a comunidade acadêmica e os movimentos sociais.

A pesquisa também sinalizou a dimensão dos projetos que mantém vínculos com os movimentos sociais realizados no Departamento. A maioria encontra-se na extensão. Considerando a importância da UNEB em suas ações nesta área, sugerimos que seja incentivada a realização de pesquisas nas áreas de atuação do Colegiado, considerando que o Território da Bacia do Rio Grande é permeado de muitos contrastes. Aqui é possível vislumbrar os paradoxos entre o agronegócio e a agricultura familiar, a luta pela preservação das matas ciliares e a instalação de pivôs centrais, a grande produção agrícola e a agricultura de subsistência. Além dessas questões econômicas, é fundamental também conhecermos com maior profundidade os diversos grupos culturais que moram e convivem neste espaço.

E, por fim, gostaria de sinalizar a necessidade de trabalhos da universidade voltados para a Educação do Campo. Justifica-se pelo fato do nosso Território ter a maioria da população de seus municípios morando nos espaços rurais e por acreditar, como Freire, que a educação não muda a sociedade, mas nenhuma sociedade poderá ser mudada sem educação. Essa é a nossa crença. Essa tem sido a nossa convicção.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinícius, BRAGA, Cristiano, MORELLI, Gustavo. (organizadores). **Territórios em movimentos: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumerá, Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Dimensões** da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça, FRANCO, Tânia. (organizadoras). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. In: FAVARETO, Arilson. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 12)

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em Movimentos: o que aprendemos dos Movimentos Sociais, **Currículo sem Fronteiras**, v.3,n.1,p.28-49, Jan/Jun 2003.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos Sociais, Educação, Desenvolvimento Sustentável e Solidário no Campo. Disponível em: <[http:// www.](http://www.)>. Acesso em

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. O retorno dos sujeitos coletivos. In: GARCIA, Regina Leite (org.). **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. (LDBEN). 9394/1996

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de. HAGE, Salomão Mufarrej. A política de formação de professores e a reforma da educação superior. In: MANCEBO, Deise, FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (orgs). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Ana Jovina Oliveira de. **Estágio supervisionado e narrativas (Auto) biográficas: experiências de formação docente**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia. Pro-Reitoria de Pesquisa de Pós-Graduação – PPG. Departamento de Educação – DEDC/CAMPUS I, 2008 (Dissertação de Mestrado).

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação** n. 24, p. 5-15Set/Out/Nov/Dez 2003.

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã. Da colônia a Era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves. 2.ed., 1986.

DELFFRATE, Célia Regina Cherobim; SANTOS, Sônia Aparecida Gomes. Política Multicampi na UEP: um estudo de caso. **Revista Ciência e Tecnologia e Ensino Superior**, capítulo 2 , p,177185. 2006.

FÁVERO, Celso Antonio e SANTOS, Stella Rodrigues dos. **Semi-árido: fome, esperança, vida digna**. Salvador: UNEB, 2002.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e Privatização do Ensino Superior. In: TRINDADE, Hélgio (Organizador). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FIALHO, Nadia Hage. **Universidade multicampi**. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 8ª. ed. – São Paulo, Cortez, 2002. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola; v.11).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Universidade pública, trabalho e projeto de desenvolvimento no Brasil sob o pêndulo da regressão social. **Universidade e mundo do trabalho**: Brasília, 19 e 20 de dezembro de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Educacional Superior em Debate; v. 3).

GAMBOA, S. Sánchez. (artigo). **As condições da produção científica em educação: do modelo de áreas de concentração aos desafios das linhas de pesquisa**. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v.4, n.2, p.78-93,jun. 2003 [ISSN:2539].

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez , 2011. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos/coordenação Antonio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

GOHN, Maria da Glória (Organizadora). **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais:** a construção da Cidadania dos Brasileiros. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais:** espaços de educação não-formal da sociedade civil. 2004.

GONH, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GONH, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, apresentado na **33ª Reunião Anual da ANPED**, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010. Revista Brasileira de Educação: v. 16 n. 47 maio-agosto 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT. Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre. Setembro. 2004.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LYOTARD, Jean François. **A Condição Pós-Moderna.** 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2002.

MANCIBO, Deise, FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (Organizadores). **Universidade:** políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, Rafael, VAZ, José Carlos, CALDAS, Eduardo Lima. **A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e territórios.** Revista de Administração Pública (RAP). FGV. EBAPE. Rio de Janeiro 44 (3): 559-90, MAIO/JUN. 2010.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital.** Tradução Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do Trabalho).

NEVES, Lúcia Maria W. A reforma da Educação Superior e a Formação de um novo intelectual urbano. In: SIQUEIRA, Ângela C. de, NEVES, Lúcia Maria W.(organizadoras). **Educação Superior: uma reforma em processo.** São Paulo: Xamã, 2006.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e território no Brasil.** Tradução de Maria Verônica Moraes Souto. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PERICO, Rafael Echeverry. Emergência e evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In: FAVARETO, Arilson. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios.** Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 12)

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993

RISTOFF, Dilvo. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999.

ROMANO, Roberto. Reflexões sobre a Universidade. In: SILVA, Maria Abadia, SILVA, Ronalda Barreto (Organizadoras). **A idéia da Universidade: rumos e desafios**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. Em: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em 13.11.2011

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª. ed.- Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação. Texto apresentado em sessão especial do Grupo de Trabalho: Trabalho e Educação na **29ª. Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Educação (ANPED)**, realizada em Caxambú, MG de 16 a 20 de outubro de 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A pesquisa em Educação: a abordagem crítico-dialética e suas implicações na formação do educador. **Revista de Educação da UNIVALI. Contra Pontos**. Ano 1 nº 1- Itajaí, jan/jun de 2001.

SHNEIDER, Sérgio. **A abordagem Territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/CE 16, 17, 18,19 de novembro de 2003, organizado pelo IICA- BRASIL e MDA. Disponível em [http:// www.](http://www.) Acesso em 29.06.2011. Publicação na Revista Sociologias, Porto Alegre, v. 11, p.88-125, 2004.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade Brasileira no Século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Ronalda Barreto. As armadilhas da Reforma da Educação Superior: As Universidades Estaduais da Bahia. In: SILVA, Maria Abadia, SILVA, Ronalda Barreto (Organizadoras). **A idéia da Universidade: rumos e desafios**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do Estado e do mercado?** A experiência da Campanha Nacional de escolas da Comunidade – CNEC (1985-1998). Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção Educação Contemporânea).

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. O papel dos movimentos sociais na construção de uma nova sociabilidade. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes>> Acesso em 05.02.2007

SOUZA FILHO, Alipio de. O ideal de universidade e sua missão. In: MOLL, Jaqueline e SAVEGNANI, Palmira. (Organizadores). **Universidade e mundo do trabalho:** Brasília, 19 e 20 de dezembro de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Educacional Superior em Debate; v. 3).

TAVARES, Maria das Graças Medeiros, SENA, Patty Emanoela Alves Gonçalves. O papel social da universidade na formação do educador. In: MANCEBO, Deise, FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (Organizadores.). **Universidade:** políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.

TRINDADE, Hégio (Organizador). **Universidade em ruínas:** na república dos professores. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização.** 3ª. tiragem. Rio de Janeiro: Record, 1999.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-DCH-CAMPU-IX
Pesquisadora: Nilza da Silva Martins de Lima
Orientadora: Dra. Ronalda Silva Barreto

Termo de Autorização

Eu, _____
brasileiro (a), maior, portador do RG nº _____, residente na rua
_____, nº _____ na
cidade de _____ -BA., participei como sujeito colaborador do
projeto de pesquisa intitulado “UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS:
espaços constituídos de Educação e Cidadania” desenvolvida por Nilza da
Silva Martins de Lima sob orientação da Prof. Dra. Ronalda Barreto da Silva, no
âmbito da Linha de Pesquisa III, do Programa de Pós-Graduação em Educação
e Contemporaneidade – PPGEduC do D.E. Campus I da UNEB, autorizo a
divulgação e publicação de meu nome no corpo desse trabalho, bem como de
todo material produzido na entrevista com minha participação.

Barreiras, ____ de _____ de 2011.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-DCH-CAMPU-IX
Pesquisadora: Nilza da Silva Martins de Lima
Orientadora: Dra. Ronalda Silva Barreto

ROTEIRO DE ENTREVISTA MILITANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Objetivo:

Esta entrevista é parte integrante da pesquisa de Mestrado intitulada “Universidade do Estado da Bahia- campus de Barreiras e os Movimentos Sociais: espaços constituintes de educação e cidadania” realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação da Dra. Ronalda Silva Barreto.

1. FORMAÇÃO: _____

2. O SENHOR/A ATUA EM QUE MOVIMENTO SOCIAL?

3. QUAL A IDÉIA QUE O SENHOR /A TEM DE EDUCAÇÃO?

4. E DE CIDADANIA?

5. O SENHOR/A CONHECE A UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA?

6. TEM CONHECIMENTO DOS CURSOS QUE EXISTEM NA UNIVERSIDADE?

7. O SENHOR/A EM ALGUM MOMENTO JÁ FOI PROCURADO POR PROFESSORES OU ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE?

8. O QUE ELES DESEJAVAM? O QUE O SENHOR/A ACHOU DESSA PROCURA?

9. QUAL A IDEIA QUE O SENHOR/A TEM DA UNIVERSIDADE?

10. O SENHOR/A JÁ SOLICITOU ALGUM TRABALHO DA UNIVERSIDADE? COMO FOI ISSO?

11. EXISTE ALGUMA RELAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO QUE O SENHOR/A ATUA COM A UNIVERSIDADE?

12. O SENHOR/A ACREDITA QUE A UNIVERSIDADE PODE CONTRIBUIR COM O MOVIMENTO QUE O SENHOR PARTICIPA? DE QUE FORMA?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-DCH-CAMPU-IX
Pesquisadora: Nilza da Silva Martins de Lima
Orientadora: Dra. Ronalda Silva Barreto

ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSOR

Objetivo:

Esta entrevista é parte integrante da pesquisa de Mestrado intitulada “Universidade do Estado da Bahia- campus de Barreiras e os Movimentos Sociais: espaços constituintes de educação e cidadania” realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação da Dra. Ronalda Silva Barreto.

1. Qual sua formação acadêmica?
2. Que motivações você teve para ingressar no magistério do ensino superior?
3. Há quanto tempo você está trabalhando com projetos de pesquisa e extensão que se relacionam com os movimentos sociais?
4. Que circunstâncias motivaram você a trabalhar com estes projetos?
5. Considerando sua experiência profissional, qual sua concepção de movimento social?
6. Em sua opinião, existe nos cursos da UNEB alguma lacuna na compreensão e na discussão sobre os movimentos sociais? Quais são elas?
7. Qual a dinâmica metodológica que você utiliza para envolver os estudantes nestes projetos de pesquisa e extensão?
8. Que principais dificuldades encontradas por você para o desenvolvimento desses projetos?
9. Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelos estudantes no desenvolvimento da proposta de seus projetos de pesquisa e extensão?
10. Quais são as atividades desenvolvidas nas disciplinas que você ou outros professores trabalham que, em sua opinião, contribuem para uma compreensão mais sólida pelos estudantes no desenvolvimento dos projetos de pesquisa e extensão que se relacionam com os movimentos sociais?
11. Como os estudantes analisam essa experiência?
- 12.. Como você articula os outros segmentos da UNEB com esses programas especiais?
13. Pela experiência que você tem, de que forma as pessoas que estão no movimento social veem a Universidade?

14. Após o envolvimento dos estudantes em projetos de ensino e extensão que se relacionam com os movimentos sociais, você percebe alguma mudança no que diz respeito à concepção de educação e cidadania?
15. Você percebe alguma resistência dos estudantes em trabalharem com esses projetos que se relacionam com os movimentos sociais?
16. Qual a articulação que você faz dos projetos que realiza para a consolidação do Território da Bacia do Rio Grande-Ba?
- 17.. Qual o reconhecimento científico que a academia lhe proporciona no desenvolvimento desses projetos com os movimentos sociais?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-DCH-CAMPU-IX
 Pesquisadora: Nilza da Silva Martins de Lima
 Orientadora: Dra. Ronalda Silva Barreto

**LEVANTAMENTO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO REGISTRADOS NA PROEX NO PERÍODO DE
 2005 A 2010.**

ANO	TÍTULO DO PROJETO	OBJETIVO DO PROJETO	PROFESSOR RESPONSÁVEL	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE PARTICIPANTES	RESULTADOS (RELATÓRIO)